

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Francisco de Assis Mendonça

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

História: Questões & Debates, ano 35, volume 66, n. 1, jan./jun. 2018
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Editoras

Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni.

Conselho Editorial

Marion Brepohl (Presidenta da APAH-Associação Paranaense de História);
Ana Paula Vosne Martins, Departamento de História, UFPR; André Macedo Duarte, Departamento de
Filosofia, UFPR; Euclides Marchi, Departamento de História, UFPR; Luiz Geraldo Santos da Silva,
Departamento de História, UFPR; Márcio B. S. de Oliveira, Departamento de Ciências Sociais,
UFPR; Marilene Weinhardt, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, UFPR;
Renan Frighetto, Departamento de História, UFPR; Renata Senna Garraffoni,
Departamento de História, UFPR; Sergio Odilon Nadalin, Departamento de História, UFPR

Conselho Consultivo

Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), Celso Fonseca (Universidade de Brasília),
Claudine Haroche (Universidade Sorbonne, França), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade
Estadual de São Paulo), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Pablo de la Cruz
Diaz Martinez (Universidade de Salamanca, Espanha), Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de
Campinas), Rodrigo Sá Mota (Universidade Federal de Minas Gerais), Ronald Raminelli (Universidade
Federal Fluminense), Sidney Munhoz (Universidade Estadual de Maringá), Stefan Rink (Universidade
Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP,
PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

HISTÓRIA

Questões & Debates

VOLUME 66 – N. 01 – JANEIRO A JUNHO DE 2018

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

<http://revistas.ufpr.br/historia>

Editoração eletrônica e Capa: Willian Funke

Imagem da Capa

The view of Patara from the theatre in 2012

Foto de: Eisuke Tanaka

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional,
Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida
atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,

1980.

Volume 66, n. 1, jan./jun. 2018

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL

PUBLISHED IN BRAZIL

Curitiba, 2018

EDITORIAL

Nos últimos anos os editores e as editoras da *História: Questões e Debates* têm feito um esforço coletivo para adaptar a Revista às novas demandas das mídias digitais, agências de fomento e avaliações institucionais. Assim, há várias novidades que gostaríamos de destacar para comemorar os trinta e sete anos da HQD: atualmente a Revista é publicada somente *online* e todos os volumes mais antigos se encontram digitalizados e disponíveis no site. Ao longo de 2017 contamos com o trabalho de Willian Funke, pós-graduando e bolsista, que tem nos auxiliado a organizar todo o processo de indexação e aprimoramento do *layout* da Revista e, também, o apoio incondicional do Setor de Periódicos da UFPR para que possamos manter a periodicidade da Revista.

Como os leitores, leitoras, autores e autoras sabem, há muitos anos a Revista HQD trabalha com um sistema de dossiês com chamadas públicas e, mais recentemente, as editoras têm adotado como prática alternar convidados do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR com pesquisadores importantes e externos na sua organização. Em 2018, pela primeira vez, teremos um dossiê organizado por uma colega da Universidade de Laval, Quebec, Canadá, Allison Bain. O dossiê será publicado em duas partes, no primeiro e segundo semestre, com uma temática interdisciplinar que discute História, Memória e Patrimônio. Os artigos, como terão a oportunidade de ler, foram escritos por estudiosos da cultura material e patrimônio e em consonância com as preocupações atuais de discutir políticas públicas para uma democratização do acesso ao passado e gestão de patrimônio. São experiências realizadas em diferentes países que participaram, em 2016, do seminário da *Association for Critical Heritage Studies (ACHS)* que inspiraram um debate sobre História e Memória levando em conta a materialidade do passado. Além do dossiê, na sessão livre de artigos contamos com o artigo de Daniela Queiroz Campos (EHESS - Paris) sobre as revistas femininas do início do século XX, debatendo questões de comportamento e construção de feminilidade e uma discussão do trabalho clássico de Carlos Roberto Antunes dos Santos, *História da Alimentação no Paraná*, realizada por Maria Cecília Barreto Amorim Pilla (PUC PR) e Cilene da Silva Gomes Ribeiro (PUC PR), além de

uma resenha realizada por Cristine Tedesco (UFRGS) do livro organizado por Francesco Solinas, *Lettere di Artemisia*.

Acreditamos que esse número seja um passo importante para a internacionalização da nossa Revista. Não há dúvidas que, ao longo de sua história, a HQD sempre observou a importância da divulgação de trabalhos de especialistas de diferentes países aqui no Brasil, mas a proposta de 2018, com um dossiê organizado pela professora Allison Bain, da Universidade de Laval, é um pouco diferente das experiências anteriores: com essa iniciativa nossa perspectiva é que a HQD circule e seja lida por especialistas de diferentes países e que seja reconhecida como um periódico de qualidade internacional para a publicação e divulgação de trabalhos na área de História. Nessa nova etapa, passaremos a aceitar artigos em inglês, francês e espanhol, e aos poucos, pretendemos torná-la bilíngue.

Trata-se de um projeto, portanto, para ser desenvolvido nos próximos anos e que conta com o apoio de diferentes profissionais, assim somos gratas ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, ao Setor de Periódicos da UFPR, ao Conselho Editorial, à APAH e às/aos pareceristas que têm colaborado para que a HQD siga um caminho inovador no debate de ideias na área de História no Brasil e no exterior.

As Editoras.

INTRODUCTION

This collection of papers, featured in two issues of *História: questões e debates*, is the result of discussions held at the 2016 Association for Critical Heritage Studies (ACHS) conference in Montréal, Canada. Over two days, participants from seven countries and four indigenous nations (referred to as First Nations in Canada) presented a diverse array of papers. These meetings were an appropriate venue to bring together these scholars, as the ACHS strives to study heritage as a field of critical inquiry, challenging more conservative views, while encouraging inclusive, participatory practices. The ACHS Manifesto prepared for the 2012 conference suggests “the integration of heritage... with studies of memory, public history, community, tourism, planning and development... while increasing dialogue and debate between researchers, practitioners and communities.” Furthermore, it seeks to democratise “heritage by consciously rejecting elite cultural narratives and embracing the heritage insights of people communities and cultures that have traditionally been marginalised in formulating heritage policy... thereby including diverse non-Western cultural heritage traditions.”¹ Like many archaeologists, we feel that the ACHS Manifesto expresses how we hope archaeology will evolve as a discipline. Since the 2000s, an increasing amount of scholarship is devoted to decolonising the humanities, encouraging training and collaboration with First Nations (ATALAY, 2006; CHALIFOUX and GATES ST-PIERRE, 2017; LYDON and RIZVI, 2010; SAILLANT et al. 2011), as well as creating a more collaborative, or public, archaeology (see the journal *Public Archaeology*; MATSUDA and OKAMURA, 2011; MOSHENKA, 2017; SKEATES et al., 2012). While most archaeology is robustly multi-disciplinary, a decidedly Western narrative continues to dominate archaeological practice.

In proposing a session that corresponded to the ACHS 2016 theme *What does heritage change?* and in the spirit of the ACHS 2012 Manifesto, we argued that archaeology, in going above and beyond the traditional goals of research and post-excavation analyses, may indeed contribute to education and to the creation of identities

1 Association for Critical Heritage Studies, 2012 Manifesto, www.criticalheritagestudies.org/history/

and communities. Our session began with papers on how the practice of archaeology is managed and legislated. Regardless of planned outcomes, the legislation and management of buried heritage is a key part of the archaeological process. Archaeological sites are managed by multiple forms and branches of legislation at the local, regional, provincial/state, and national levels. Competing and at times conflicting interests, poor funding, and weak legislation may hinder the proper integration of archeological heritage in the planning and management of cities, First Nations lands, outlying regions slated for development, and parklands. Four papers and two case studies present some of these shared challenges while also highlighting archaeological success stories.

Desrosiers' paper outlines how archaeology is legislated and practiced in the Canadian province of Québec, while Moss discusses management at the municipal level in the city of Québec. They discuss the experiences of archaeologists in a legislative setting that is ambiguous about the roles and responsibilities of different stakeholders. Tanaka's paper focuses on the complex management of archaeology at the site of Patara, Turkey, and explains how a variety of government bodies apply their specific legislations to the site. The perception of what is an archaeological site has evolved since excavations began at Patara, and Tanaka's paper grapples with these diverging narratives. Treyvaud and her colleagues from the Abenaki Nation in southern Québec explain the Waban-Aki approach to co-managing cultural heritage and natural resources. Incorporating and exploring a variety of research methodologies, they view archaeology as a means to study the Nation's past as well as to affirm its presence today.

This volume concludes with the presentation of two case studies. Wang and Nakamura discuss the relatively recent classification of Chinese large-scale archaeological sites and presents us with three examples, while Hesham and Baller focus on Luxor, Egypt, and how archaeology has impacted both the local community and the cultural landscape since the nineteenth century. Their papers propose concrete recommendations for improved management and legislation of these sites that, if applied, would improve the lives of local community members, while also respecting the need to maintain and interpret archaeological sites deemed to be significant symbols of national heritage.

Acknowledgments

We wish to thank all participants in our session and for their lively discussions and their contributions to these volumes. Warm thanks also go to Lucie Morrisset, Université de Québec à Montréal, and the Chair of the 2016 ACHS meetings for the invitation to organize our session. The CELAT research centre of Université Laval, Québec, and the Groupe de recherche en archéométrie at Université Laval generously supported this initiative.

Allison Bain & Réginald Auger*

Bibliography

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly*, n. 30 (3/4), pp. 280-310, 2006.

CHALIFOUX, Éric and Christian GATES ST-PIERRE. Décolonisation de l'archéologie : émergence d'une archéologie collective. *Salons Érudit*, 2017. salons.erudit.org/2017/08/01/decolonisation-de-larcheologie/

LYDON, Jane and Uzma Z. RIZVI (eds.) *Handbook of Postcolonial Archaeology*. New York: Taylor and Francis, 2010.

MATSUDA, A., and OKAMURA, K. Introduction: New Perspectives in Global Public Archaeology. In: A. Matsuda and K. Okamura, (eds). *New Perspectives in Global Public Archaeology*. London: Springer, pp. 1–18, 2011.

MOSHENSKA, G. *Key Concepts in Public Archaeology*. London: UCL Press, 2017.

SAILLANT, Francine, KILANI, Monder and Florence Graezer BIDEAU, (eds.). *Le Manifeste de Lausanne : pour une anthropologie non hégémonique*. Montréal, Québec : Éditions Liber, 2011.

SKEATES, Robin, MCDAVID, Carol and J. CARMAN (eds.), *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

* Professors of Archaeology, CELAT, Université Laval, Québec, QC, CANADA, G1V 0A6. E-mail: allison.Bain@hst.ulaval.ca

SUMÁRIO

DOSSIÊ – O que o patrimônio muda? (Parte 1)

What does heritage change? (Part 1)

- 15** La recherche archéologique au Québec. Quelle place au soleil ?
A pesquisa arqueológica no Québec. Qual lugar ao sol?
Pierre Desrosiers
- 43** Archaeological Practice in Québec City, a UNESCO World Heritage City
Prática arqueológica na cidade de Québec, uma cidade Patrimônio Mundial da UNESCO
William Moss
- 71** Archaeology has transformed “stones” into “heritage”: The production of a heritage site through interactions among archaeology, tourism, and local communities in Turkey
A Arqueologia transformou “pedras” em “patrimônio”: a produção de um patrimônio através da interação entre arqueologia, turismo e comunidade local na Turquia
Eisuke Tanaka
- 95** Mieux connaître le Ndakinna : la contribution de l’archéologie collaborative au processus d’affirmation territoriale de la Nation Abénakise
Conhecer melhor o Ndakinna: a contribuição da arqueologia colaborativa no processo de afirmação territorial da Nação Abénakise
Geneviève Treyvaud, Suzie O’Bomsawin e Marie-Ève Samson

- 113** Case Studies in Large-Scale Archaeological Site Conservation and Management in China: The Liangzhu, Yin Xu, and Han Yangling Sites
Estudos de caso sobre conservação e gestão de sítios arqueológicos de grande escala na China: Os sítios Liangzhu, Yin Xu e Han Yangling
Dongdong Wang e Shin'ichi Nakamura
- 141** Changing perspectives on responsible heritage site management: the case of Luxor City, Egypt
Perspectivas em mudança sobre a gestão responsável de sítios de patrimônio: o caso da Cidade de Luxor, Egito
Eman Shokry Hesham e Inken Baller

Artigos

- 169** Garotas no país do bom tom: a civilidade entre manuais e revistas
Garotas in the country of good manners: civility between the manuals and the magazines, and between the legible and the visible
Daniela Queiroz Campos
- 197** Carlos Roberto Antunes dos Santos e a história da alimentação no Paraná
Carlos Roberto Antunes dos Santos and the history of food in the Paraná
Maria Cecília Barreto Amorim Pilla e Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Resenha

- 225** Artemisia Gentileschi e os mecenas de seu tempo: cartas de uma pintora do Século XVII
Resenha de: SOLINAS, Francesco. (Org.) *Lettere di Artemisia*. Firenze: De Luca Editori d'Arte, 2011.
Cristine Tedesco

Dossiê

O que o patrimônio muda? (Parte 1)
What does heritage change? (Part 1)

Organizadora: Allison Bain

LA RECHERCHE ARCHÉOLOGIQUE AU QUÉBEC. QUELLE PLACE AU SOLEIL ?

A pesquisa arqueológica no Quebec. Qual lugar ao sol?

*Pierre Desrosiers**

RÉSUMÉ

Le Québec, comme toutes les provinces canadiennes, a légiféré sur la protection du patrimoine archéologique. Ce faisant, elle encadre du même coup la recherche. Comment s'harmonise alors la recherche avec la pratique actuelle de l'archéologie ? La législation permet-elle de mener à terme la recherche archéologique afin que le citoyen puisse bénéficier des connaissances acquises ? Le survol met en scène les divers acteurs associés à la recherche archéologique au Québec et permet de faire des constats alarmants sur la production de la connaissance. Celle-ci est bel et bien reléguée au second plan, derrière la protection du patrimoine archéologique. N'empêche que la finalité de la protection demeure, à ce jour, ambiguë.

Mots-clés: archéologie; loi; recherche; protection; patrimoine

ABSTRACT

Quebec, like all Canadian provinces, has legislated for the protection of archaeological heritage. In so doing, it also guides archaeological research. How does the research fit into the current practice of archeology? Does the legislation allow for archaeological research to be conducted in such a way that citizens can benefit from the knowledge acquired? This overview of the various actors associated with archaeological research in

* Chercheur adjoint au (pesquisador adjunto) CELAT. 1030, Ave des Sciences-Humaines, Université Laval, Québec, G1V 0A6 – CANADA.
E-mail: desrosiers.pierre896@videotron.ca

Quebec exposes some rather alarming findings on knowledge production. Knowledge production is well and truly relegated to the background, after the protection of archaeological heritage. The purpose of heritage protection remains, therefore, ambiguous.

Keywords: Archaeology; legislation; research; protection; heritage

RESUMO

O Quebec, assim como todas as províncias canadenses, legislou sobre a proteção do patrimônio arqueológico. Em consequência, a pesquisa também ficou enquadrada por esta lei. Neste contexto, de que forma a pesquisa e a prática atual da arqueologia se harmonizam? Até onde a legislação permite desenvolver a pesquisa arqueológica para que o cidadão possa beneficiar-se do conhecimento resultante das pesquisas? Este texto apresenta um panorama dos diferentes atores associados à pesquisa arqueológica no Quebec e faz constatações alarmantes sobre a produção de conhecimento. A pesquisa está realmente relegada para o segundo plano, após a proteção do patrimônio arqueológico. Não obstante, a finalidade da proteção permanece até hoje ambígua.

Palavras-chave: arqueologia; lei; pesquisa; proteção; patrimônio

1. Introduction

La recherche est au cœur de la pratique archéologique ; sans elle il n'y a pas d'acquisition de nouvelles connaissances, c'est la stagnation intellectuelle. Le dictionnaire Larousse propose une définition de l'archéologie scientifique qui s'applique encore aujourd'hui : « Au XX^e siècle, l'archéologie devient une discipline à part entière, soutenue par une législation et un enseignement. Le travail archéologique comprend quatre stades principaux : la prospection, la fouille, l'étude du matériel qui mène à son interprétation et, enfin, la publication ». Le présent exercice explore la notion de recherche archéologique dans la législation québécoise, ontarienne et française, avant de s'attarder sur qui fait de la recherche

archéologique et dans quels contextes elle se concrétise au Québec en 2013 et 2014.

Comme point de départ, il faut revenir à la notion de fouille. Sans elle, il n'y a pas de recherche scientifique possible. Ce qui se fait préalablement sur le terrain, l'inventaire d'un territoire ou l'évaluation d'un site, ce qu'on peut appeler de la prospection, ne sont que des étapes préparatoires à la recherche. La fouille est l'essence même du travail de l'archéologue fondé sur l'étude du contexte dans lequel les vestiges mobiliers et immobiliers sont mis au jour. C'est en vue de la fouille qu'une problématique, des objectifs et une stratégie de recherche sont déterminés ; c'est ce qui oriente la cueillette de données en vue des analyses qui seront effectuées ultérieurement en laboratoire, de l'interprétation des résultats et de la diffusion des connaissances qui s'en suivront.

Les connaissances acquises par la fouille et les analyses permettent de reconstituer le passé d'un site, l'histoire de ses occupants et leurs modes de vie. À vrai dire, sans fouille il est possible de faire des recherches scientifiques, mais l'essence même de la recherche archéologique réside dans la reconstitution du contexte synchronique et diachronique du passé des êtres humains qui nous ont précédés sur le territoire.

2. Le cadre légal entourant la recherche archéologique

Le cadre légal varie d'une juridiction à l'autre ; cela peut être dû à bon nombre de facteurs dont la tradition, les pressions sociales, les groupes d'intérêts, etc. Le Québec est une province canadienne et son héritage français oriente et définit plusieurs des actions gouvernementales en matière d'archéologie alors que les autres provinces canadiennes, comme l'Ontario, possèdent un héritage en grande partie anglo-saxon qui, lui aussi, influence les actions gouvernementales en matière d'archéologie. L'archéologie française

sert ici à comparer une structure gouvernementale européenne par rapport à une structure nord-américaine.

2.1 La législation québécoise

La loi sur le patrimoine culturel (2012)¹ et le règlement sur la recherche archéologique (2013)² réfèrent nommément à la recherche archéologique et y associent les fouilles et les relevés sans toutefois expliquer ce qu'elle signifie. La législation fixe des balises générales pour l'obtention d'un permis de recherche archéologique : le requérant et son équipe doivent présenter leurs qualifications, ce qui inclut leur formation, leurs expériences professionnelles, leurs publications et les organismes auxquels ils se rattachent. Il revient alors au ministère de la Culture et des Communications d'évaluer si les informations fournies garantissent « l'exécution satisfaisante et complète du projet » (art. 69). La législation n'exclut pas spécifiquement les amateurs, mais ces derniers ne peuvent faire une demande s'ils n'ont pas la formation et l'expérience professionnelles requises. Enfin, en vertu du *Guide intérimaire en matière de consultation des communautés autochtones* (2008)³, le ministère doit évaluer si l'intervention archéologique peut porter atteinte aux droits revendiqués par une ou des communautés autochtones ; cela se traduit par une consultation préalable auprès d'elles⁴.

Les différences entre les dispositions réglementaires de 1973 et de 2013 sont importantes sur le plan scientifique. Celles de 1973 s'appuyaient sur un programme de recherche comprenant la nature de la recherche et la problématique envisagée, ainsi qu'un programme de diffusion et de mise en valeur. Lesdits programmes ne s'avèrent plus pertinents en 2013. Sauf qu'en procédant ainsi, la démarche archéologique n'est plus aussi cohérente, ni aussi explicite sur le plan scientifique. Le résultat fait qu'on dissocie l'intervention

1 <http://legisquebec.gouv.qc.ca/fr/ShowDoc/cs/P-9.002>

2 <http://legisquebec.gouv.qc.ca/fr/ShowDoc/cr/P-9.002,%20r.%202.1>

3 https://www.autochtones.gouv.qc.ca/publications_documentation/publications/guide_interner_2008.pdf

4 La consultation auprès des communautés autochtones a débuté en 2015.

archéologique d'une démarche globale d'acquisition de connaissance, ce qui rend l'intervention archéologique plus technique.

2.2 La législation ontarienne

La législation ontarienne est plus étoffée en matière d'archéologie que celle du Québec. D'abord, il faut obtenir une licence pour pratiquer l'archéologie en Ontario. Celle-ci est valide pour une période d'un à trois ans, ce qui permet à son détenteur de réaliser des interventions archéologiques sur le territoire en fonction de différents stades (1 à 4) de complexité du travail de terrain. Ces stades permettent aux archéologues les plus qualifiés de réaliser des fouilles et aux amateurs de contribuer à la recherche sur le terrain en réalisant des activités complémentaires (par exemple, la cueillette d'artefacts sur un site).

La législation est orientée essentiellement vers la gestion et la protection du patrimoine archéologique ; les interventions archéologiques qu'elle autorise y sont assujetties. Le volumineux cahier (193 pages) des *Normes et Directives à l'intention des archéologues-conseils* (2011)⁵ présente des balises strictes et détermine ce qu'il faut faire en fonction des quatre catégories de licences ainsi que dans le contexte de l'aménagement du territoire. Même les conditions de fouilles sont déterminées en fonction de l'aménagement du territoire et, en cela, rejoint une autre loi ontarienne, la *Loi sur l'aménagement du territoire* (1990)⁶ où l'archéologie joue un rôle majeur. Enfin, une consultation des nations autochtones s'impose lorsqu'une intervention archéologique peut avoir « des effets indésirables sur les droits ancestraux ou issus de traités, établis ou affirmés »⁷.

La recherche est à peine mentionnée dans la législation ontarienne. De fait, il existe une licence de recherche appliquée pour les chercheurs universitaires mais, globalement, la reconnaissance gouvernementale de l'expertise archéologique se limite à la

5 http://www.mtc.gov.on.ca/fr/archaeology/archaeology_s_g.shtml

6 <http://legisquebec.gouv.qc.ca/fr/ShowDoc/cs/A-19.1>

7 <https://www.ontario.ca/fr/page/obligation-de-consulter-les-peuples-autochtones-en-ontario>

ontario

délivrance d'une licence professionnelle. Non seulement l'archéologue doit-il être en possession d'une maîtrise en archéologie, mais il doit aussi faire partie d'une association d'archéologues avec un code de déontologie. À cela s'ajoute l'expérience démontrée de pratique professionnelle sur le terrain, en matière de gestion et de supervision et, finalement, en rédaction de rapports.

En somme, l'État ontarien concentre son action sur la bonne pratique professionnelle, sans toutefois accorder d'intérêt particulier à l'acquisition et à la diffusion des connaissances. Celles-ci peuvent évidemment être acquises et diffusées dans le cadre législatif ontarien, mais ce n'est pas le but visé. Il en va de même pour le traitement ambigu des collections archéologiques issues des interventions de terrain ; celles-ci se retrouvent chez les archéologues considérés comme étant les gardiens des biens de l'État.

2.3 *L'archéologie préventive en France*

En France, l'archéologie s'inscrit dans un processus légal qui remonte à la loi Carcopino du 27 septembre 1941⁸ réglementant les fouilles archéologiques. Pour leur part, le *Code du patrimoine* adopté en 2000⁹, puis la *Loi du 17 janvier 2001*¹⁰ relative à l'archéologie préventive, ouvrent la voie à la création de l'Institut national de recherches archéologiques préventives (INRAP) avec un mandat ambitieux :

L'archéologie préventive, qui relève de missions de service public, est partie intégrante de l'archéologie. Elle est régie par les principes applicables à toute recherche scientifique. Elle a pour objet d'assurer, à terre et sous les eaux, dans les délais appropriés, la détection, la conservation ou la sauvegarde par l'étude scientifique des éléments du patrimoine archéologique affectés ou

⁸ <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006074257>.

⁹ <https://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do?cidTexte=LEGITEXT000006074236&idArticle=LEGIARTI000006845683>.

¹⁰ <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00000221337&dateTexte=&categorieLien=id>.

susceptibles d'être affectés par les travaux publics ou privés concourant à l'aménagement. Elle a également pour objet l'interprétation et la diffusion des résultats obtenus. (CODE DU PATRIMOINE, art. L-521-1)

L'approche préventive privilégiée par cette entité gouvernementale conserve une logique propre à la démarche archéologique qui se prolonge dans l'analyse, l'interprétation des résultats et leur diffusion : l'acquisition et la diffusion des connaissances paraissent ici bien incarnées. De plus, l'approche préventive se veut soucieuse de gérer et de protéger le patrimoine archéologique et inscrit son action dans un cadre de développement social et économique, ce qui est un défi considérable en soi.

La recherche semble être le moteur qui anime l'approche préventive préconisée par l'État français et elle ne semble avoir été ni réduite, ni altérée, face au mandat de l'INRAP, même par rapport à d'autres institutions nationales tel que l'Institut national de la recherche scientifique (INRS).

2.4 Résumé

Trois juridictions, trois visions différentes, malgré un dénominateur commun : l'encadrement légal de la pratique archéologique de terrain. Toutes trois reconnaissent le besoin de légiférer pour protéger ce patrimoine culturel, mais les façons de faire divergent considérablement, notamment sur le plan de la gestion, de la recherche, de la diffusion et de l'intégration du patrimoine archéologique au milieu de vie.

L'attention portée à la recherche archéologique – base de toute formation universitaire en archéologie – est très variable d'une juridiction à l'autre. À ce titre, il vaut la peine de réitérer qu'au Québec la formation universitaire est un élément considéré et évalué dans toute demande de permis, alors qu'en Ontario c'est un prérequis et qu'en France c'est la base de toute recherche scientifique. En ce qui a trait à la notion de recherche proprement dite, elle demeure floue au Québec, alors qu'elle est appliquée à l'aménagement du territoire en

Ontario et fermement enchâssée dans une archéologie préventive en France.

Le lien entre les pratiques de terrain et leur insertion dans une démarche archéologique aboutie, c'est-à-dire qui permet d'acquérir et de diffuser des nouvelles connaissances, semble implicite dans les législations canadiennes alors qu'il est explicite en France. En fait, les législations canadiennes ont tendance à se restreindre aux pratiques de terrain sans aborder le contexte plus global de la démarche archéologique tandis qu'il est expressément reconnu dans la législation française. Ce faisant, les premières introduisent une nouvelle finalité : la protection du patrimoine archéologique qui se traduit généralement par la levée de la contrainte archéologique sous différentes formes : des interventions archéologiques, l'évitement et la protection à long terme. L'absence de lien entre la protection, la recherche et la diffusion a ici l'effet de compartimenter les activités archéologiques alors qu'elles devraient s'inscrire dans un processus global et continu.

3. Qui fait de la recherche archéologique au Québec ?

Le tour d'horizon qui suit couvre plus spécifiquement la réalité autour de la recherche archéologique des années 2013 à 2015.

3.1 Les universités

On ne peut aborder la recherche archéologique sans tenir compte tout d'abord de la production universitaire. À cet égard, l'offre universitaire en matière de formation archéologique est fort riche (figure 1).

Figure 1 : Les universités du Québec offrant une formation en archéologie.

Université	Département	Programmes / cours offerts en archéologie
Université Laval	Département des sciences historiques	Programmes en archéologie offerts aux étudiants au baccalauréat (premier cycle), à la maîtrise et aux études doctorales.
Université de Montréal	Département d'anthropologie	Programmes en archéologie offerts aux étudiants au baccalauréat (premier cycle), à la maîtrise et aux études doctorales.
Université McGill	Département d'anthropologie	Programmes en archéologie offerts aux étudiants au baccalauréat (premier cycle), à la maîtrise et aux études doctorales.
Université du Québec à Montréal	Département d'histoire de l'art	Cours seulement
Université du Québec à Chicoutimi	Département d'histoire	Certificat au niveau du baccalauréat (premier cycle) en archéologie
Université du Québec à Rimouski	Département d'histoire régionale	Cours seulement

En milieu universitaire, la recherche se conjugue avec la formation. En matière d'archéologie québécoise¹¹, celle-ci couvre à des degrés divers les aspects traditionnels de la discipline représentatifs des cultures autochtones (archéologie préhistorique) et eurocanadiennes (archéologie historique) ; elle explore de façon substantielle la culture matérielle (artéfacts) prélevée sur les sites, ainsi que les écofactifs qui leur sont associés pour mieux reconstituer l'environnement culturel et naturel de l'occupation humaine; elle se fait aussi avec des collections de référence pour mener des études spécialisées sur divers matériaux trouvés sur les sites du Québec ; elle développe des approches statistiques et archéométriques ; elle utilise des supports géomatiques et des logiciels de modélisation ; et, enfin, elle n'hésite pas à développer des partenariats avec d'autres

¹¹ L'archéologie classique est enseignée également dans les universités québécoises, sauf que les deux archéologies ne se retrouvent pas dans les mêmes départements.

laboratoires scientifiques universitaires en archéologie et dans plusieurs domaines connexes. La formation universitaire offerte au Québec est de calibre international grâce aux chercheurs qui y travaillent, aux installations et équipements disponibles, et à l'encadrement et à la synergie qui s'en suivent entre les professeurs, les étudiants et la communauté des archéologues en général.

En plus d'une formation théorique, l'université offre des stages pratiques. En 2015, toutes les universités québécoises possédaient un chantier-école et parfois même plusieurs (figure 2). Le chantier-école se déroule sur un site qui permet généralement de construire un programme de recherches à long terme et de faire des fouilles pendant plusieurs années.

Figure 2 : Les chantiers-écoles universitaires au Québec en 2015.

Les chantiers-écoles en archéologie au Québec en 2015	
<i>Universités - Collèges</i>	<i>Chantiers-écoles</i>
Université de Montréal	<ul style="list-style-type: none"> • Site Droulers-Tsionhiakwatha (village iroquoien), Saint-Anicet, Montérégie • Site Kruger, Sherbrooke (site amérindien de la période Archaique) • Ferme du Mont-Royal, Montréal (site euroquébécois?) • Île Saint-Bernard (site amérindien et euroquébécois?)
Université Laval	<ul style="list-style-type: none"> • Îlot des Palais (palais de l'intendant, archéologie urbaine), Québec • Fort Saint-Jean (militaire), Saint-Jean, Montérégie
Université du Québec à Chicoutimi	<ul style="list-style-type: none"> • Baie-Sainte-Marguerite (préhistoire régionale), Saguenay
Université du Québec à Rimouski	<ul style="list-style-type: none"> • Camp forestier de la Matapédia (histoire régionale), Amqui, Bas-Saint-Laurent

Les universités publient les résultats des recherches archéologiques faites au Québec, directement ou indirectement. À l'Université Laval, par exemple, le Centre de recherche Cultures-Arts-Sociétés (CELAT), qui regroupe des chercheurs de l'Université Laval, de l'Université du Québec à Montréal et de l'Université du Québec à Chicoutimi, publie les recherches archéologiques des chercheurs. Les Cahiers du CELAT sont d'ailleurs privilégiés pour diffuser les résultats des fouilles menées sur le site du Palais de l'intendant à Québec ; la dernière étant celle de Simoneau (2014). Les Presses de l'Université Laval publient parfois des recherches

archéologiques ; la dernière en lice est celle de Desrosiers (2011). Par contre, les Presses de l'Université du Québec et les Presses de l'Université de Montréal n'ont pas publié d'ouvrages archéologiques depuis plusieurs années. Les chercheurs ont alors recours aux maisons d'édition intéressées à publier les résultats de leurs recherches (voir plus loin).

3.2 Les institutions gouvernementales

Au ministère de la Culture et des Communications du Québec (MCC), il ne se fait plus de recherche archéologique depuis plusieurs décennies, ni sur le terrain, ni au laboratoire et à la réserve d'archéologie du Québec, le dépôt gouvernemental des collections archéologiques du Québec. C'est principalement via les ententes de développement culturel avec les municipalités que la recherche se fait lorsque celles-ci veulent bien en faire car ce sont elles qui orientent leurs choix en fonction de leurs besoins en matière de connaissance, de conservation ou d'aménagement du territoire (voir plus loin).

D'autres ministères et sociétés d'État tels que le ministère des Transports du Québec, Hydro-Québec ou la Commission de la Capitale nationale de Québec investissent des sommes importantes pour prendre en compte le patrimoine archéologique. Leurs projets se font en fonction du respect des lois qui assurent la protection du patrimoine archéologique au Québec.

Au sein du gouvernement fédéral, la majorité des projets archéologiques sont réalisés sous la gouverne de l'agence Parcs Canada dans les lieux historiques et les parcs nationaux du Canada. Depuis 2014, le gouvernement fédéral réinvestit massivement dans les projets de restauration des bâtiments historiques où le patrimoine archéologique est pris en compte et des interventions archéologiques sont faites en conséquence (PARCS CANADA, 2014). En matière de recherche, il ne reste que l'expertise en archéologie subaquatique qui, depuis Ottawa, s'investit régulièrement dans des projets au Québec.

3.3 Les instances municipales

Les villes de Montréal et de Québec disposent annuellement d'un budget de plusieurs centaines de milliers de dollars pour réaliser

des projets en archéologie. Les subventions accordées par le MCC en vertu des ententes de développement culturel sont paritaires, c'est-à-dire que chaque partenaire défraie le même montant annuellement, soit 50 % du total. Les projets sont généralement associés à la qualité de vie des citoyens en milieu urbain, à la protection et à la mise en valeur du patrimoine culturel qui bénéficie d'une protection légale, soit les sites patrimoniaux déclarés ou classés et les immeubles classés. Le patrimoine archéologique est pris en considération dans cette vision globale de la protection du patrimoine culturel. Pour que des fouilles soient réalisées, elles doivent habituellement être encadrées par un projet qui répond à des besoins d'aménagement urbain : parcs, lieux patrimoniaux, etc. La diffusion de la recherche archéologique municipale se fait essentiellement via leur site web ou, encore, dans les Cahiers du CELAT à Québec et dans la collection Patrimoine archéologique de Montréal à Montréal.

Les autres municipalités locales et régionales du Québec ne bénéficient que d'une maigre subvention en patrimoine dans le cadre de leurs ententes de développement culturel ; néanmoins plusieurs voient les recherches archéologiques comme une valeur ajoutée à la qualité de vie de leurs citoyens et réussissent à diffuser les connaissances acquises.

3.4 Les organismes autochtones

Certains organismes autochtones bénéficient d'ententes depuis des décennies avec d'autres partenaires gouvernementaux fédéraux et provinciaux pour réaliser des projets culturels. C'est le cas de l'Administration régionale Crie¹² et de l'Institut culturel Avataq¹³. Ces mêmes organismes comptent des archéologues¹⁴ dans leurs effectifs et dirigent des interventions archéologiques dans les communautés autochtones ; ces interventions servent autant à la recherche qu'à des fins de sensibilisation et d'éducation, en particulier auprès des jeunes. Ils bénéficient de laboratoires pour la

12 Administration régionale Crie www.gcc.ca.

13 Institut culturel Avataq : www.avataq.qc.ca.

14 Des coupures budgétaires à l'automne 2015 ont cependant entraîné le départ de la majorité de l'équipe d'archéologues au sein de l'Institut culturel Avataq.

poursuite de recherches sur le terrain et de réserves pour conserver leurs collections archéologiques. De plus, les Cris ont maintenant un musée qui présente les résultats des recherches archéologiques.

3.5 *Les institutions muséales*

Plusieurs institutions muséales sont subventionnées par les paliers municipaux et provinciaux et certains de leurs projets présentent des volets archéologiques. Le projet de recherche le plus important des dernières années, piloté par le musée de Pointe-à-Callière, concerne la Cité d'archéologie et d'histoire de Montréal où des travaux majeurs ont permis de dégager plusieurs vestiges archéologiques enfouis dans le sol à des fins de mise en valeur. Pointe-à-Callière produit aussi des ouvrages de référence en archéologie au Québec, en collaboration avec les Éditions de l'Homme : deux ont déjà vu le jour *Air* (PINTAL et al., 2015) et *Fragments d'humanité* (POTHIER, 2016), et trois autres (*Eau, Terre et Feu*) sont en voie de rédaction.

3.6 *Les organismes nationaux*

L'Association des archéologues du Québec encourage la recherche archéologique via son colloque annuel et ses publications, dont la revue scientifique *Archéologiques*¹⁵. Rédigé au moment de la création de l'association en 1979, le *Code d'éthique et des normes professionnelles*¹⁶ énonce les responsabilités de l'archéologue envers ses collègues et les communautés en matière de recherche ; il affirme que : « L'archéologue est responsable de la planification et/ou de la réalisation de recherches archéologiques puis de la diffusion de leurs résultats » (point 3). Le code correspond essentiellement à l'esprit d'autres codes de déontologie ou de conduite rédigés par des organismes nord-américains qui, comme le souligne Wylie (2003, p. 25), ont pour but de permettre aux archéologues d'harmoniser les

¹⁵ La revue *Archéologiques* : <http://www.archeologie.qc.ca/publications/>.

¹⁶ Le code d'éthique de l'Association des archéologues du Québec : <http://www.archeologie.qc.ca/lassociation/code-dethique/>.

objectifs spécialisés de leur profession avec les enjeux de société dans lesquelles ils vivent et pratiquent leur profession.

De son côté, Archéo-Québec¹⁷, l'organisme panquébécois réseau de la diffusion de l'archéologie, ne mène pas de recherche archéologique. Son mandat l'amène plutôt à organiser annuellement le Mois de l'archéologie et à collaborer avec un vaste réseau d'organismes provenant de divers milieux qui s'intéressent à l'archéologie. Ses activités s'étendent aussi à la rédaction de divers documents destinés aux municipalités, au tourisme régional et à la diffusion du patrimoine archéologique.

3.7 *Les éditeurs de périodiques et les maisons d'édition*

Trois périodiques scientifiques diffusent la recherche archéologique qui se fait au Québec : *Archéologiques*, *Recherches amérindiennes au Québec*¹⁸ et *Études Inuit Studies*¹⁹. La Société Recherches amérindiennes au Québec dispose aussi de collections – dont *Paléo-Québec* – qui permettent de publier des ouvrages scientifiques en archéologie, le dernier en lice étant le collectif d'auteurs dirigé par Claude Chapdelaine sur le village iroquoien Mailhot-Curran en Montérégie (2015). Pour sa part, la revue *Études Inuit Studies* a publié en 2015 un article sur les recherches menées par l'Institut culturel Avataq (DESROSIERS et RAHM, 2015).

Les maisons d'édition québécoises publient peu souvent des ouvrages à contenu archéologique. Néanmoins, l'ouvrage *Archéologie de l'Amérique coloniale française*, qui dépasse largement les frontières québécoises tout en lui faisant jouer un rôle central, a été publié récemment par Lévesque éditeur (MOUSSETTE et WASELKOVA, 2013). Comme mentionné plus tôt, les Éditions de l'Homme a publié en 2015 et 2016 deux collectifs d'auteurs réalisés par Pointe-à-Callière, le musée d'archéologie et d'histoire de Montréal (*Air et Fragments d'humanité*).

¹⁷ Le réseau Archéo-Québec : www.archeoquebec.com.

¹⁸ La revue Recherches amérindiennes au Québec : <http://recherches-amerindiennes.qc.ca/site/>.

¹⁹ La revue Études Inuit Studies : <https://www.etudes-inuit-studies.ulaval.ca/>.

Encore plus rares sont les recherches archéologiques québécoises publiées ailleurs au Canada, exception faite de la collection Mercure rattachée maintenant aux Presses de l'Université d'Ottawa et bénéficiant d'une subvention du ministère du Patrimoine canadien. La dernière en lice est celle de Bibeau et al. (2015), une publication des recherches menées sur le territoire cri et subventionnées par Hydro-Québec dans le cadre de l'aménagement hydroélectrique de l'Eastmain-1. Quant au Musée canadien de l'histoire, auparavant le Musée canadien des civilisations, il a publié, en collaboration avec les Presses de l'Université d'Ottawa, les recherches sur l'occupation iroquoise à l'embouchure de la rivière Saguenay (PLOURDE, 2013).

3.8 Résumé

Ce tour d'horizon témoigne bien du fait que la recherche archéologique demeure au cœur des préoccupations des archéologues québécois, même s'ils n'ont pas toujours l'opportunité de la mener à terme.

Les chercheurs universitaires doivent composer avec la formation dans les chantiers-écoles et les laboratoires qu'ils gèrent, ce qui reporte d'autant les résultats de recherche ; la méthodologie scientifique prend ici le pas sur l'interprétation. Néanmoins, bon an, mal an, les publications scientifiques sont réalisées, sous forme de collectifs d'auteurs généralement. En dehors du monde universitaire, les institutions gouvernementales et municipales, ainsi que les institutions muséales et les organismes autochtones font elles aussi des recherches archéologiques, sauf que celles-ci sont subordonnées à des projets où l'archéologie demeure une composante parmi d'autres du projet d'aménagement, de développement, de sensibilisation, d'éducation ou de mise en valeur. Les fouilles réalisées dans un tel cadre font souvent l'objet d'analyses et aboutissent à des résultats probants. Elles sont toutefois moins fréquentes et les interprétations qui en résultent peinent à être publiées. Somme toute, les connaissances acquises au fil des ans trouvent un exutoire fort intéressant dans des collectifs d'auteurs destinés au grand public et présentés comme des livres-synthèses tels qu'*Air* (PINTAL et al. 2015) et *Fragments d'humanité* (POTHIER, 2016).

4. *Qu'est-ce qui se fait comme recherche archéologique sur le terrain ?*

Après avoir fait un tour d'horizon sur ceux qui font de la recherche et sur leurs publications, voici ce qui s'est fait comme fouilles archéologiques au Québec durant les années 2013 et 2014, le but étant ici de mieux saisir les contextes qui les ont motivés et les objectifs poursuivis. Ont été retenues les données disponibles sur les interventions archéologiques réalisées au Québec, toutes juridictions confondues²⁰. Plutôt que de porter sur l'ensemble des interventions (fouilles, inventaires, surveillances, etc.), ce qui a déjà fait l'objet d'un article (DESROSIERS, 2016), l'exercice se concentre sur les fouilles qui ont été réalisées durant cette période. Sont exclues les fouilles ouvertes au public, plutôt considérées comme des activités où la recherche n'est pas l'objectif premier. Sont inclus toutefois les chantiers-écoles, les fouilles proprement dites et les « divers » (figure 3). Cette dernière catégorie couvre un ensemble d'interventions au sein d'un même projet soumis au MCC en vue de l'obtention d'un permis de recherche archéologique²¹. Elle comprend la prospection, la fouille et la surveillance sur un site ou un territoire voué à une destruction imminente pour faire place à un aménagement ou à un projet de construction.

²⁰ Les données proviennent du ministère de la Culture et des Communications via la *Loi sur l'accès à l'information*, ainsi que de Parcs Canada et d'autres organismes via des contacts individuels.

²¹ Cette catégorie reflète une réalité de la pratique archéologique au Québec où, pour éviter d'avoir à modifier son permis en cours de route, l'archéologue préfère énumérer dans sa demande initiale l'ensemble des interventions qui pourraient être réalisées.

Figure 3 : Description sommaire des fouilles réalisées au Québec en 2013 et 2014.

2013 28 projets sur 181 (15 %)	2014 42 projets sur 216 (19 %)
Nature des interventions : <ul style="list-style-type: none"> • 16 fouilles, • 7 chantiers-écoles, • 5 divers. 	Nature des interventions : <ul style="list-style-type: none"> • 19 fouilles, • 16 divers, • 7 chantiers-écoles.
Contextes : <ul style="list-style-type: none"> • 22 projets culturels, • 4 projets de développement, • 2 projets d'aménagement urbain. 	Contextes : <ul style="list-style-type: none"> • 26 projets culturels, • 10 projets de développement, • 6 projets d'aménagement urbain.

À priori, moins de 20 % des interventions archéologiques réalisées au Québec en 2013 et 2014 incluait des fouilles, les autres interventions étant destinées principalement à la prospection (inventaires ou évaluations), à la surveillance lors des travaux d'excavation dans le cadre de projets de développement ou d'aménagement, ou à des activités destinées au public. Quant aux contextes, les projets culturels dominent largement d'une année à l'autre. Rappelons cependant que les obligations légales contribuent au nombre élevé de projets culturels qui sont généralement situés dans les sites patrimoniaux déclarés ou classés, en particulier à Québec et à Montréal, ou, encore, dans les lieux historiques nationaux du Canada. Les fouilles réalisées dans un tel contexte ne le sont pas nécessairement à des fins de recherche ; elles servent souvent à documenter un vestige et à libérer la contrainte archéologique en vue d'une mise en valeur, d'un projet de construction ou d'un aménagement urbain.

Les chantiers-écoles sont principalement menés par des universités et par des collèges. Les chantiers-écoles universitaires disposent de laboratoires et d'infrastructures d'envergure, ainsi que de conditions plus propices pour poursuivre les analyses, interpréter les résultats et publier le tout. En somme, à travers leur formation, les universités continuent à faire valoir la démarche traditionnelle d'acquisition et de diffusion des connaissances propre à la recherche archéologique.

Les projets divers où un ensemble d'interventions est prévu d'avance, répondent généralement à des obligations légales, contractuelles, ou les deux. Cette catégorie vise à documenter le

patrimoine archéologique qui s'y trouve et à libérer la contrainte archéologique, c'est-à-dire à faire les interventions nécessaires pour que le promoteur puisse ensuite réaliser son projet en conformité avec la loi.

En associant les fouilles menées en 2013 et 2014 avec une problématique de recherche conformément à toute recherche archéologique traditionnelle, il s'avère que cette préoccupation scientifique est de moins en moins présente (figure 4).

Figure 4 : Les fouilles réalisées dans un contexte de recherche.

Fouilles archéologiques au Québec (2013-2014) : Recherche		
2013	2014	Commentaires
Total de 181 projets	Total de 216 projets	Augmentation de 35 projets (19 %).
38 fouilles prévues (20 %)	48 fouilles prévues (22 %)	Faible augmentation de fouilles en 2014 (2 %).
28 fouilles réalisées (15 %) <ul style="list-style-type: none"> • 11 avec objectif de recherche (dont 7 chantiers-écoles), • 9 avec pour objectif de dégager et documenter les vestiges, • 8 sans problématique particulière (potentiel inconnu). 	42 fouilles réalisées (19 %) <ul style="list-style-type: none"> • 20 avec objectif de recherche (dont 7 chantiers-écoles), • 16 avec pour objectif de dégager et documenter les vestiges, • 6 sans problématique particulière (potentiel inconnu). 	Écart entre ce qui est prévu et ce qui est réalisé (après vérification auprès des archéologues concernés).
11 recherches (6 %)	20 recherches (9 %)	Moins de 10 % de projets permettant d'acquérir de nouvelles connaissances.

En effet, très peu de fouilles archéologiques étaient réalisées en 2013 et 2014 dans un cadre de recherche traditionnel (moins de 10 %) et un nombre de plus en plus élevé de fouilles se font sans véritable objectif d'acquisition de connaissance. Cela est dû au fait qu'au moment de préparer sa demande de permis, l'archéologue ne sait pas ce qu'il est susceptible de trouver ou, encore, que son mandat consiste tout simplement à dégager les vestiges et à les documenter. Entre la documentation des vestiges et l'acquisition de connaissances,

il existe un écart considérable que l'archéologue doit combler tant bien que mal lors de la rédaction de son rapport et dans un délai de moins d'un an, selon l'exigence de la loi québécoise.

Il aurait été intéressant de se pencher aussi sur la nature des connaissances acquises au cours des années 2013 et 2014, toutefois les rapports de fouilles n'étaient pas tous disponibles au moment de la rédaction de cet article.

4.1 Résumé

En somme, les fouilles sont destinées à plusieurs fins (formation, développement, aménagement, restauration, éducation, mise en valeur, etc.) et la recherche y occupe une place bien mineure. À vrai dire, les fouilles s'insèrent dans des contextes culturel, social, économique et touristique où les enjeux ne concordent pas nécessairement avec la recherche. Elle se fait aisément en milieu universitaire, mais ailleurs elle doit faire valoir sa pertinence durant les fouilles, pour que des analyses puissent être faites et que la diffusion des résultats soit envisagée. De plus, il existe généralement peu de budget pour réaliser des analyses spécialisées, sauf pour faire des datations au radiocarbone ou des analyses zooarchéologiques ou paléoenvironnementales sommaires. N'empêche que certains projets appellent des fonds supplémentaires, lorsque le potentiel et les résultats préliminaires convainquent à la fois l'archéologue et le promoteur de l'intérêt public et de bénéfices éventuels. Plutôt qu'une contrainte de plus à la réalisation de leurs projets, certains promoteurs y voient une valeur culturelle ajoutée, mais ils se font encore rares.

En fait, la protection du patrimoine archéologique prend le dessus sur la recherche scientifique. Ironiquement, l'archéologue n'a reçu aucune formation universitaire en matière de protection du patrimoine archéologique puisque la formation est centrée essentiellement sur la recherche. L'archéologue découvre cette réalité sociale, économique et culturelle en réalisant des interventions archéologiques autres que les chantiers-écoles universitaires. Son apprentissage professionnel se fait avec les firmes et les consultants qui pratiquent dans ce même cadre professionnel depuis maintenant plus de 35 ans.

Enfin, peut-être faut-il aussi s'interroger sur la pertinence de la protection du patrimoine archéologique si elle n'inclut pas la recherche. D'où la question suivante qui sera centrale à la prochaine discussion : À quoi sert de protéger ce que l'on ne prend pas le temps de connaître ? Si le réflexe actuel consiste à consigner des données, à documenter, puis à conserver le patrimoine archéologique, comment concilier cet exercice avec le processus d'acquisition et la diffusion des connaissances pourtant essentiels pour alimenter la réflexion sur le devenir de la société ? Autre interrogation : qu'advient-il des données et des collections recueillies au fil des années s'il n'existe aucun mécanisme pour les étudier et diffuser les résultats ?

5. *Discussion*

L'évolution de la pratique archéologique actuelle sur le terrain a de sérieuses répercussions sur la recherche telle qu'elle a été conçue et structurée traditionnellement, c'est-à-dire en fonction de l'acquisition et de la diffusion des connaissances. Alors que le fondement de la recherche consiste à recueillir, analyser, interpréter les données et publier les résultats en vue de la transmission des connaissances pour le bénéfice de la société, il est beaucoup plus difficile d'y arriver aujourd'hui à cause des enjeux culturels, sociaux et économiques entourant la protection du patrimoine archéologique. Le portrait de la situation n'est pas facile à faire puisque plusieurs éléments doivent être considérés dont les conditions légales et contractuelles qui balisent le travail de l'archéologue.

À la lumière des observations proposées jusqu'à présent, des constats sont établis ici en fonction de ce qui se fait comme recherche sur le terrain, en laboratoire et sur ce qui est diffusé (figure 5).

Figure 5 : Constats face à la situation actuelle de la recherche archéologique au Québec.

Constats entourant la recherche archéologique au Québec		
	Constat	Principal acteur
1.	La recherche archéologique reste en plan face à la protection du patrimoine archéologique.	Gouvernement (législation)
2.	L'intégration de l'archéologie dans la planification d'un projet demeure ardue en amont comme en aval.	Promoteur public ou privé
3.	L'interprétation se fait sur des bases historiques plutôt que sur des contextes archéologiques.	Archéologue
4.	La méthodologie prend souvent le dessus sur l'interprétation (objectivité vs subjectivité).	Chercheur universitaire
5.	La diffusion se fait par des rapports de terrain et par des collectifs d'auteurs.	Archéologue
6.	La pratique de terrain est de plus en plus technique.	Archéologue
7.	Les attentes face à l'archéologue sont considérables.	Société

Premier constat (ou évidence !), les interventions sur le terrain ne sont pas destinées à la recherche. La pratique actuelle, encouragée par le cadre légal fédéral et provincial, se limite généralement à récupérer les données sur le patrimoine archéologique avant sa destruction imminente face au développement du territoire. Alors que le Québec considère que toute intervention sur le terrain constitue une recherche archéologique, l'Ontario les qualifie plus justement de travaux archéologiques. De son côté, l'INRAP en France englobe l'ensemble des interventions archéologiques dans une approche préventive où il fait une distinction entre le diagnostic et la fouille, tout en rappelant qu'ils doivent tous deux aboutir à l'acquisition et à la diffusion des connaissances. L'INRAP n'échappe cependant pas au fait d'accumuler des données et des collections sans trop savoir à quelles fins elles sont destinées, comme c'est le cas en Ontario et au Québec d'ailleurs.

Deuxième constat, la pratique archéologique sur le terrain est de plus en plus segmentée en fonction des projets et des promoteurs publics et privés. Les interventions sont dictées par la construction d'un bâtiment, l'aménagement d'un sentier, la restauration d'un bâtiment historique, mais l'intégrité même du site archéologique est

rarement prise en considération. Alors que le nombre de promoteurs s'accroît et les enjeux de société sont de plus en plus diversifiés, il devient même difficile de faire valoir la conservation du patrimoine archéologique *in situ*. La restauration du couvent des Augustines à Québec illustre bien le problème : alors que la conservation du patrimoine archéologique était une condition légale de l'autorisation des travaux, les coûts rattachés aux découvertes imprévues étaient tels qu'ils ont mis en péril la réalisation du projet. L'archéologie entre encore difficilement dans la planification des projets et les mécanismes légaux prévus demeurent encore insuffisants, aussi bien en amont qu'en aval.

Troisième constat, en lieu et place de l'étude du contexte archéologique révélé lors des fouilles, on se sert des repères historiques pour y greffer les données archéologiques, ce qui devient un complément à l'histoire déjà connue et non une reconstitution originale de l'histoire du lieu et des modes de vie de ses occupants. Alors que la pratique archéologique s'est affranchie de la science des antiquaires au 19^e siècle (DESROSIERS, 2011, p. 21), il ne faudrait pas que les contraintes actuelles, bien que multiples, empêchent les archéologues d'étudier et de reconstituer les contextes dans lesquels les vestiges ont été découverts. C'est l'essence même de leur contribution à la société.

Quatrième constat, la recherche universitaire mise beaucoup sur les laboratoires et les équipements de plus en plus sophistiqués qui peuvent être utilisés par les chercheurs. Il en résulte des avancées significatives en archéométrie et en études environnementales, notamment. Un peu à l'image de ce qui se déroule sur le terrain où l'étude du contexte est trop souvent laissée pour compte, en milieu universitaire c'est l'interprétation qui semble être le talon d'Achille des chercheurs. Les nouvelles technologies les accaparent beaucoup et ils ne disposent plus d'assez de temps pour se consacrer à l'essence même de la recherche archéologique : l'interprétation. De plus, les besoins de rentabilité des laboratoires ralentissent la production scientifique. Les chercheurs eux-mêmes vivent des situations qui les éloignent de la recherche archéologique fondamentale. Il est beaucoup plus aisé d'élaborer des méthodologies complexes et sophistiquées qui ne s'adressent généralement qu'à quelques spécialistes plutôt que d'étudier un site, de révéler sa signification, de

recevoir des critiques du milieu professionnel et de répondre aux attentes du public.

Cinquième constat, la rédaction d'un rapport au terme d'un an comme l'exige la loi québécoise ne peut se substituer à une publication des résultats de la recherche. Le rapport a pour objectif de décrire ce qui s'est passé et de consigner les données observées ; parfois des interprétations préliminaires y sont avancées, ainsi que des recommandations en vue de la poursuite de la recherche²². Diffusé ou non, le rapport reste un document technique. Cela se traduit – au Québec comme ailleurs – dans des rapports techniques qui présentent des résultats uniformes (plats) qui couvrent l'essentiel des données descriptives : le nombre de mètres carrés fouillés, les relevés stratigraphiques, l'inventaire des artefacts etc. De plus, les résultats n'atteignent pas les objectifs de base entourant la recherche archéologique : «... lack the kind of data synthesis needed to describe one of the fundamental aspects of archaeological study: understanding past behavior» (BERGMAN and DOERSHUK, 2003, p. 88). Les publications scientifiques vont évidemment beaucoup plus loin, mais elles se font assez rares. Les publications-synthèses de collectifs d'auteurs tels qu'*Air* (PINTAL et al., 2015) et *Fragments d'humanité* (POTHIER, 2016) remédient éloquemment aux lacunes actuelles, mais elles ne devraient pas s'y substituer complètement. À la lumière de la situation actuelle où les collectifs d'auteurs et les diffusions web préconisées par les instances municipales ont la cote, il ne faut pas minimiser – peut-être même revaloriser – l'importance des publications scientifiques.

Sixième constat, une fatigue apparente s'installe dans le milieu professionnel où l'autonomie pour réaliser un travail satisfaisant est de plus en plus rare. À part les contraintes légales, il y a aussi les contraintes contractuelles et la logistique de terrain qui deviennent de plus en plus ardues pour l'archéologue. Il existe aussi une hiérarchie associée au travail de terrain, où des diplômés en archéologie font office de « techniciens », un terme décrié par tous ceux et celles concernées par cette appellation réductrice. C'est une

22 Recommandations qui sont souvent laissées pour compte.

situation alarmante et préoccupante pour l'avenir de la profession au Québec.

Septième et dernier constat, il existe tout un système influençant la pratique archéologique au Québec et qui fait subir d'énormes pressions aux archéologues. Les dispositions légales et contractuelles, parfois contradictoires entre elles ou encore mal comprises, en découragent plusieurs à vivre de la profession. S'ajoutent à cela les attentes des promoteurs qui veulent maximiser leur investissement dans un marché concurrentiel où l'offre archéologique est beaucoup plus importante que la demande. Leurs attentes peuvent aussi inclure bon nombre d'activités autres que les interventions de terrain, qui s'ajoutent au travail premier de l'archéologue sans nécessairement que ces activités complémentaires soient rémunérées. Bref, le travail en milieu culturel oblige à beaucoup de bénévolat pour les passionnés d'archéologie !

6. Conclusion

La recherche archéologique occupe-t-elle encore une place importante en 2016 au Québec ? À la lumière des constats qui viennent d'être faits, on peut dire qu'elle a perdu sa place au soleil. Faut-il s'en inquiéter ? Aux yeux des archéologues, la réponse est évidemment oui, mais ce n'est pas nécessairement le cas pour les autres acteurs qui réduisent trop souvent le rôle de l'archéologue à protéger le patrimoine archéologique plutôt qu'à l'étudier et le comprendre. En ce sens, il apparaît évident que l'État doit réaffirmer son importance en matière de recherche archéologique. L'actuel *Règlement sur la recherche archéologique* la réduit à des gestes de nature archéologique posés sur le terrain que ce soit pour conserver, détruire, sensibiliser le public, former des étudiants ou, bien sûr, faire de la recherche. Ces gestes n'accordent évidemment pas une place centrale à l'acquisition et à la diffusion des connaissances. Il faudrait donc réviser ce règlement en conséquence, action somme toute assez

simple puisqu'elle relève d'une volonté ministérielle plutôt que d'une loi gouvernementale.

Une autre évidence se dessine aussi : il devient de plus en plus difficile de mener une recherche archéologique à terme. Tout conjure pour faire dévier l'archéologue de son objectif premier. En premier lieu, c'est la législation qui met l'accent sur la protection du patrimoine archéologique plutôt que la recherche. Cela se justifie aisément aux yeux de la société, ne faut-il pas éviter de détruire les vestiges tangibles de notre mémoire collective sans les documenter ? Mais qu'est-ce qu'on sauve exactement ? Essentiellement, on conserve des données transposées dans des rapports techniques et des collections qui s'accumulent dans les réserves d'archéologie et on repousse encore plus loin le jour où toutes ces données et collections prendront véritablement un sens pour l'archéologue et ultimement pour la société. Cette façon de faire serait sans doute plus légitime si des mécanismes étaient en place pour prévoir et planifier ce que la société veut faire avec tout ce bagage inexploité depuis plusieurs décennies.

Il y a aussi ce qu'on pourrait appeler tout le théâtre autour de l'archéologie : le besoin de la faire connaître, de sensibiliser le public à son importance, de le faire participer au travail de l'archéologue et de lui faire découvrir le passé autour d'eux. Ce sont toutes des actions méritoires, même nécessaires pour que l'archéologie prenne ancrage dans la société québécoise et il reste encore beaucoup à faire à cet égard. Sauf que l'essentiel y est laissé pour compte : la recherche. L'image du diplômé en archéologie qui sert de main d'œuvre (technicien) sur un chantier de fouilles vient en tête et illustre bien le fait que l'archéologue serait mieux utilisé dans la société si on lui permettait de mettre son expertise au service de la connaissance.

Un réflexe social s'implante graduellement et permet aujourd'hui de mieux intégrer la protection du patrimoine archéologique au développement. À cet égard, des progrès notables ont été observés ; avec les années, l'archéologue parvient bien à faire valoir son rôle auprès des promoteurs. Toutefois pour que le réflexe soit socialement plus ancré, il serait nécessaire que l'État reconnaisse davantage le rôle de l'archéologue en faisant de l'adhésion à la communauté professionnelle, l'Association des archéologues du

Québec et à son code d'éthique, une condition essentielle à l'obtention d'un permis de recherche archéologique.

La formation universitaire en archéologie demeure pertinente en 2016 ; elle fait valoir une démarche intellectuelle complète autour de la recherche sur le plan théorique et pratique. Toutefois pour se préparer à la pratique professionnelle, il n'existe presque rien ; il faut donc parfaire ses études en gestion de projets, en administration, en muséologie. Le choc est considérable pour la relève. Peut-on souhaiter qu'une réflexion se fasse au sein de la communauté des archéologues (chercheurs, académiciens et professionnels) pour mieux comprendre les enjeux de société autour de la pratique archéologique, définir plus clairement le rôle de l'archéologue et, conséquemment, contribuer davantage à bâtir son avenir ?

Enfin, faut-il réitérer que peu de recherches archéologiques sont complétées, puis publiées au Québec ? Il ne faut pas oublier que la réflexion de l'archéologue sur la société vue à travers le prisme du site étudié – ou il peut « prendre la mesure des ombres » (MOUSSETTE, 2009)²³ – mérite aussi sa place au soleil.

Bibliographie

BERGMAN, Christopher A. and DOERSHUK F., John. Cultural Resource Management and the Business of Archaeology. In Larry J. Zimmerman, Karen D. Vitelli & Julie Hollowel-Zimmer (eds), *Ethical Issues in Archaeology*. Walnut Creek CA, (USA): Altamira Press, 2003, p. 85-97.

BIBEAU, Pierre, DENTON, David & BURROUGHS André. *Ce que la rivière nous procurait : archéologie et histoire du réservoir de l'Eastmain 1*. Les Presses de l'Université d'Ottawa et le Musée canadien de l'histoire, collection Mercure, 2015.

²³ Cette expression vient d'une alliée naturelle de la recherche archéologique, Catherine Fortin, spécialiste en ethnobotanique et poète.

CHAPDELAINÉ, Claude (sous la direction de) (2015). Mailhot-Curran: un village iroquoien du XVII^e siècle, *Recherches amérindiennes au Québec*, *Paléo-Québec*, n. 35, 2015.

CODE DU PATRIMOINE.

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do?cidTexte=LEGI TEXT000006074236&idArticle=LEGIARTI000006845683> (version en vigueur depuis le 24 février 2004).

DESROSIERS, Pierre. *L'Archéomuséologie. La recherche archéologique entre au musée*, Québec: Presses de l'Université Laval, 2011.

DESROSIERS, Pierre. Archéologie et développement durable au Québec. *Archéologiques*, n. 29, 2016, p. 66-88.

DESROSIERS, P. M. & J. RAHM. Sivunitsatinnut ilinniapunga : l'archéologie inuite et l'apprentissage. *Études/Inuit/Studies* vol. 39, n. 2, p. 259-283, 2015

MOUSSETTE, Marcel. *Prendre la mesure des ombres. Archéologie du Rocher de la Chapelle. Île aux Oies (Québec)*. Québec: Les Éditions GID, 2009.

MOUSSETTE, Marcel & A. WASELKOVA Gregory. *Archéologie de l'Amérique coloniale française*. Montréal: Lévesque éditeur, 2013.

PARCS CANADA. Investissement dans l'infrastructure. Se préparer au plus gros investissement de tous les temps dans l'infrastructure de Parcs Canada! 2014. <http://www.pc.gc.ca/fra/agen/infrastructure.aspx>

PINTAL, Jean-Yves, PROVENCHER Jean & PIÉDALUE Gisèle. *Air. Archéologie du Québec. Territoire et peuplement*. Montréal: Pointe-à-Callière, musée d'archéologie et d'histoire de Montréal & Les Éditions de l'Homme, 2015.

PLOURDE, Michel. *L'exploitation du phoque à l'embouchure du Saguenay par les Iroquoiens de 1000 à 1534*. Ottawa: Collection Mercure, Les Presses de l'Université d'Ottawa et le Musée canadien de l'histoire, 2013.

POTHIER, Louise. *Fragments d'humanité. Pièces de collections*. Montréal: Pointe-à-Callière, musée d'archéologie et d'histoire de Montréal et Les Éditions de l'Homme, 2016.

SIMONEAU, Daniel. Îlot des Palais. Rapport de fouilles archéologiques réalisées par la Ville de Québec. Saisons 2006 et 2007. Québec: *Cahiers d'archéologie du CÉLAT*, n° 40, 2014.

WYLIE, Alison. On Ethics. In Larry J. Zimmerman, Karen D. Vitelli & Julie Hollowel-Zimmer (eds) *Ethical Issues in Archaeology*. Altamira Press, Walnut Creek CA, (USA): 2003, p. 3-16.

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

ARCHAEOLOGICAL PRACTICE IN QUÉBEC CITY, A UNESCO WORLD HERITAGE CITY

Prática arqueológica na cidade de Quebec, uma cidade Patrimônio Mundial da UNESCO

*William Moss**

ABSTRACT

Archaeology is recognized as a tool for economic development and for social engagement. The municipal level is increasingly seen as the locus for protecting archaeological heritage resources and for engaging the public. Being responsible for a UNESCO World Heritage site, the municipal government of the City of Québec has developed an approach that stands at the juncture of governance and public participation, of legislation and practice. The municipal government has one of the longest-standing archeology programmes in Canada and has been a witness to changes in governance and practice over the past half century. City archaeologists are currently preparing an archaeological master plan in the context of renewed heritage legislation in the province of Québec. This will be accompanied by policies and programmes designed to foster public interest and promote public participation in the process.

Keywords: Legislation; archaeological resource management; development; Québec; commemoration

RÉSUMÉ

L'archéologie est reconnue comme instrument d'engagement social et de développement économique. Le palier municipal est de plus en plus reconnu comme lieu de prédilection pour la protection du patrimoine culturel archéologique et plus l'implication citoyenne. En tant que site du patrimoine mondial

* Chief Archaeologist, Ville de Québec, 295, boulevard Charest Est – Québec QC Canada G1K 3K8. E-mail: william.mosss@ville.quebec.qc.ca

de l'UNESCO, la Ville de Québec a élaboré une approche qui fait le pont entre la gouvernance et la participation publique, entre la législation et la pratique. Le programme archéologique élaboré par la Ville se compte parmi les plus anciens au Canada et peut témoigner des changements à la gouvernance et à la pratique depuis un demi-siècle. Les archéologues municipaux préparent présentement un plan directeur dans le contexte d'une législation sur le patrimoine récemment renouvelée par la province de Québec. Ce plan sera accompagné par une politique et de programmes facilitant la participation des citoyens au processus de gestion et de mise en valeur de ce patrimoine.

Mots-clés: Législation; gestion des ressources archéologiques; développement; Québec; commémoration

RESUMO

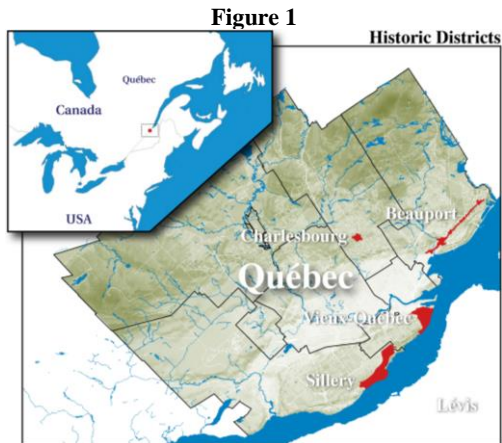
A arqueologia é conhecida como ferramenta de desenvolvimento econômico assim como meio de engajamento social. O nível municipal está sendo, cada vez mais, visto como o meio privilegiado para a proteção do patrimônio cultural arqueológico e a participação cidadã. Enquanto sitio do patrimônio mundial da UNESCO, a cidade de Quebec desenvolveu uma abordagem conectando governança e participação pública, assim como legislação e prática. O programa arqueológico da cidade de Quebec conta entre os mais antigos no Canadá e ilustra as evoluções na governança e na prática arqueológicas desde os últimos cinquenta anos. Os arqueólogos da cidade de Quebec trabalham atualmente em preparar um plano diretor arqueológico no contexto da atualização da legislação do patrimônio na província canadense de Quebec. Este plano será acompanhado por políticas e programas pensados para favorecer o interesse público bem como promover a participação da população nesse processo de gestão e valorização desse patrimônio.

Palavras-chave: Legislação; gestão dos recursos arqueológicos; desenvolvimento; Québec; comemoração

1. Introduction

Québec City has a population of 536,000 people in an urban region of 790,000 inhabitants; it covers a territory of 463 square kilometers, or 178 square miles (CMQ, 2015). This territory includes four historic districts defined by the province's *Cultural Heritage Act*

(ÉDITEUR OFFICIEL DU QUÉBEC, 2017), which, together, represent one third of designated historic districts in the province (Figure 1). One of the four, The Historic District of Old Québec, is listed as a UNESCO World Heritage site,¹ one of two such sites in Canada. The city is comprised of more than twenty former village centres, several going back to the first decades of the 17th century French colony in the New World. These centres were subsumed by the modern city in a series of annexations beginning in 1889, with the most recent taking place in 2002. The city sits at the junction of three major geological regions of the northeastern portion of the continent and has experienced significant environmental change throughout the Holocene. For these reasons, Québec City has a particularly rich and varied heritage, seen in its similarly rich and varied archaeological sites (MOSS, 1993; MOUSSETTE & WASELKOVA, 2013, p. 217-257).



Map of Québec City and the four historic districts defined by the provincial *Cultural Heritage Act*. (Graphics by André Tanguay; courtesy of Ville de Québec.)

Numerous institutions are involved in research, site preservation, and site interpretation. These include the federal government's Parks Canada Agency, the provincial government's

¹ <http://whc.unesco.org/en/list/300>

Ministère de la Culture et des Communications (MCC) and its Commission de la Capitale nationale du Québec (CCNQ), Université Laval, and the municipal administration of Ville de Québec (hereafter the City of Québec). The City occupies a central position in this matrix, one reason being its direct relations with all citizens, including members of the corporate world, property developers, and residents. Furthermore, municipal administrations are the closest level of government to the population, and numerous individuals and associations are active participants in municipal processes. The City adopted heritage policy recognizing the contribution of archaeological heritage to the general economy (VILLE DE QUÉBEC, 2007, p. 47), and it is currently developing a long-term vision of heritage in order to plan for the coming decades (VILLE DE QUÉBEC, 2016). The City has played an active role over the past quarter century and has had considerable success in heritage preservation, particularly through partnerships with different stakeholders. This article will examine several of these partnerships and situate them in the context of recently adopted heritage legislation that will change the various roles and responsibilities of different levels of government for decades to come. It will examine the contribution that these partnerships have made to the local and the national community, and it will conclude with a critique of current practice, stemming from questions recently posed by Shannon Dawdy in a plenary address to the Society for American Archaeology: “Should archaeology be useful?” or “Can archaeology save the world?” (DAWDY, 2009a). This address, given in a session looking at the state of archaeology in the new millennium, critiques current practice as a self-serving appendage of “heritage, more concerned with tradition and imagined pasts than with future possibilities.”

2. An Overview of Québec City and Its Archaeology

Archaeology in Québec City is an extension of the province of Québec’s distinctive approach to archaeological practice. The

City's approach therefore differs from many other models within North America (BAUGHER *et al.*, 2017), as emphasis has focussed on developing knowledge of the city's archaeological heritage, creating attractive urban spaces through innovative place making, and actively fostering public education.

2.1 General Approach

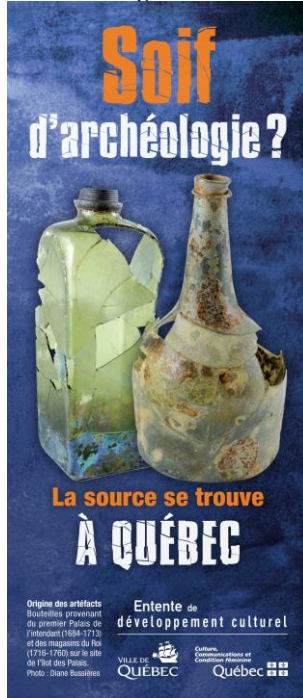
Québec City – the geographic entity, as opposed to the political administration, the City of Québec – is characterized by a community of researchers working for a series of institutions. This synergy has generated important results, the most recent example being a compendium of research in the context of the 400th anniversary of the founding of the city in 1608 (MOSS, 2009a; MOSS, 2009b). This publication presents an interesting collection of research papers resulting from important signature projects, such as the provincial government's Place-Royale programme of the 1970s and 1980s; Parks Canada's Fortifications of Québec programme from the 1980s until the 2000s; Université Laval's Îlot des Palais programme beginning in 1982; and the provincial Commission de la Capitale nationale's programme on the 16th century Cartier-Roberval site (SAMSON & FISET, 2013), among others.

The City administration itself has had an active archaeological programme since the eve of the listing of The Historic District of Old Québec on the UNESCO World Heritage registry in 1985, at which time it created a position for a City Archaeologist, the first of its kind in Canada (Figure 2). The City promotes a collaborative approach in partnership with a number of institutional and corporate partners. The approach is characterized by the concept of “vivre ensemble,” or “living together,” which is fundamentally important in an urban context where archaeologists, town planners, promoters, and whole populations must live, work, and advance into the future together.² One of the most successful examples of this is

² Dufay et al. (2014, p. 3) describe “vivre ensemble” as: “Ce territoire si particulier, où se succèdent et cohabitent des populations diverses, est par définition le siège du ‘vivre ensemble’.”

seen in the City's long-standing collaboration with the provincial government and with Université Laval.

Figure 2



The City has put considerable effort into interpreting its archaeological heritage for the general public. This advertisement, used in local newspapers and regional heritage magazines, highlights the work of Québec City in the province of Québec. (Courtesy of Ville de Québec.)

Under the *Cultural Properties Act*, which preceded the 2012 *Cultural Heritage Act*³, the bulk of the City's actions were carried out

³ Cultural Heritage Act 2012 (in English) <http://legisquebec.gouv.qc.ca/en/ShowDoc/cs/P-9.002>, Loi sur le patrimoine culturel (en français) <http://legisquebec.gouv.qc.ca/fr/ShowDoc/cs/P-9.002>

within the terms of a series of memoranda of agreement concluded with the provincial MCC beginning in 1979. Known as *Entente sur le développement culturel*, these long-term memoranda of agreement (for five- or, more recently, three-year periods) covered a wide range of cultural and heritage projects, including archaeological research and site interpretation. The orientations and programmes were identified by each agreement, and projects were developed through yearly, jointly approved programming. Costs were shared on a 50/50 basis between the provincial MCC and the City of Québec. Although archaeology was only a very small portion of each memorandum of agreement's objectives and concomitant budgets, the availability of funds that were guaranteed on an annual basis greatly enhanced the City's capacity for action. It also allowed for the development of new projects and perspectives that went beyond the simple rescue of sites and data that often occurs in urban development projects.

Development projects for historic districts were submitted to the City Archaeologist by the City's planning department and the respective boroughs. The nature and scope of research, site protection, and site interpretation were negotiated with project promoters by the City Archaeologist. Research was carried out by the City's archaeological team or with private contractors mandated and funded by the City within the annual budget of each *Entente sur le développement culturel*.

The City and Université Laval are particularly close partners, and they have worked together annually since 1982. Since 1985, they have concluded a series of memoranda of agreement mirroring the *Entente sur le développement culturel* documents between the City of Québec and the province. These memoranda offer financial and technical support to the university's field school, which has been held on municipal properties since 1982, except for a brief period when it was held on the Hunt Block site from 1993-1996 (ROY, 2012). This collaboration has notably produced a series of publications by Laval students and City-mandated archaeologists in the series *Cahiers d'archéologie du CELAT*, as well as in earlier series.⁴ In an early

4 CÉLAT stands for Centre de recherches cultures – arts – sociétés, formerly Centre interuniversitaire d'études sur les lettres, les arts et les traditions. The CÉLAT website provides a

agreement between the two organisations, Université Laval developed an ecosystem model for use by the City to orient research on major and minor sites in the context of urban infrastructure programmes (L'ANGLAIS, 1994). While this model is due for updating, it has fostered internal coherence amongst initially disparate small-scale projects in different parts of the city (MOUSSETTE & MOSS, 2010). The City Archaeologist and the university faculty responsible for the field school are members of the CÉLAT research centre, and their collaboration is fully congruent with the central “vivre ensemble” concept of the CÉLAT’s research activities.

Other examples of successful research projects carried out on private properties with the collaboration of site owners include the Séminaire de Québec (MOSS, 2005; SIMONEAU, 2008a), the Anglican Cathedral (ROULEAU *et al.*, 1998a), and the Auberge Saint-Antoine, also known as the Hunt Block site (SIMONEAU, 2008b). General overviews of these and other projects can be consulted in several publications (see AUGER & MOSS, 2001; MOSS, 2009a; ROULEAU, 2014). Other recent collaborations have taken place with the local indigenous nation, the Huron-Wendat First Nation.

2.2 Public Benefits

Tourism is a major part of the regional economy. In 2012, more than 4.7 million tourists visited the city, and 1.2 million (25%) of them visited a historic site, generating over \$514 million in revenue (STATISTICS CANADA, 2016). Tourism and culture account for 3.1% of the jobs in the region, thereby ranking fourth in importance for this indicator (GENOIS LEDUC & LEDUC, 2016).

Archaeology contributes to the attractiveness of the city. Although specific statistics on archaeology are not available, one anecdote suggests its importance: during the 2008 field excavations, which were open to the public, Parks Canada’s Saint-Louis Forts and Châteaux National Historic Site, strategically situated under the

full list of these publications: www.celat.ulaval.ca/recherches-2/publications/cahiers-darcheologie-du-celat/

Dufferin Terrace, in the shadow of the Fairmont le Château Frontenac hotel, had the highest number of visitors for the national agency's historic sites network in the whole country (MICHAUD, 2009, personal communication). A recent publication presenting an overview of archaeological sites that can be visited throughout the province of Québec describes seventeen sites that are open to visitors in Québec City, including Parks Canada's Fortifications of Québec National Historic Site, the provincial government's Musée de la Place Royale, and the City's Îlot des Palais site, which was the location of Université Laval's field school (ARCHÉO-QUÉBEC, 2016, p. 107-126). More than forty sites in the immediate region have been prepared for presentation to the public in one manner or another, ranging from the major sites just described, to the presentation of archaeological features, street markings, or interpretive panels (MOSS, 2015). When one considers the quantity and quality of sites open to the public, it is easy to imagine the significant contribution of archaeological heritage to the regional economy.

There have also been associated advantages for the city's collaborators. One project in particular, the Auberge Saint-Antoine hotel complex, which was developed by a private owner in the heart of The Historic District of Old Québec, is worthy of mention (Figure 3). Although this was a private-sector initiative, both the City of Québec and the province worked closely with the developer to ensure the fluid integration of the newly restored – and at times reimagined – buildings' construction into the historic fabric of the Historic District. The rich archaeological heritage of the site is fully integrated into the design concept of the complex, which is considered an archaeological hotel.⁵ Features and interpretive displays are open to the general public in several areas of the hotel, such as the lobby, the conference zone, the hotel's Café-Bar Artéfact, and the hallways. Each of the six floors is associated with a different time period and a different historical figure from the site. Artefact displays are placed in controlled-access portions of the hotel, such as elevators and corridors, while custom-designed furniture displays artefacts from the

5 The hotel's web page provides ample examples of this: www.saint-antoine.com/en/hotel.

corresponding period in each room. A publication for the general public that was prepared on the project (LAPOINTE, 2007) complements several scientific publications (CLOUTIER, 2006; ROULEAU *et al.*, 1998b; SIMONEAU, 2008). The City has further contributed to this project by marking three former limits of the St. Lawrence River shoreline in the pavement just beside the hotel, next to the restored 18th century stone wharves. The Auberge Saint-Antoine is routinely cited as an example of private–public collaboration for the promotion of archaeological heritage, and it can be seen as an innovative fusion of place making and commercial development. In addition to receiving a long series of awards from the hotel industry (AUBERGE SAINT-ANTOINE, 2015), the hotel won the prestigious Heritage Canada National Trust for Canada National Achievement Award in 2008, notably “...for the restoration of its hotel and museum, and its commitment to heritage conservation [...] to incorporate and display the artefacts found on the site during the eight-year archeological dig. Used as a cannon battery in wartime and a centre of merchant trade in peace time, the site, known as Îlot Hunt, produced an array of artefacts that can now be seen in the Auberge’s museum” (HERITAGE CANADA NATIONAL TRUST FOR CANADA, 2008).

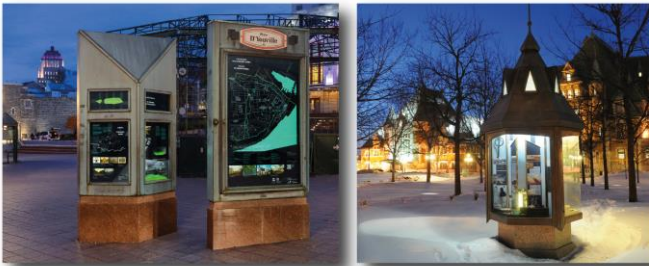
Figure 3



The Auberge Saint-Antoine has archaeological interpretive modules throughout the public and private parts of the hotel complex. (Photo by Victor Diaz Lamich; courtesy of Auberge Saint-Antoine.)

At another site, in the Lower Town, display modules interpret the results of excavations on the site of the royal shipyards and the 19th century markets at the entrance of the Gare du Palais train station, one of the principal points of entry for tourists. The station is a stone's throw from the Îlot des Palais archaeological site, Université Laval's field school. An archaeological interpretation centre was opened in 2014 on this municipal property by a heritage association affiliated with the City. Interpretive panels and modules have also been installed in Place d'Youville, a public square situated at another entrance to the walled Historic District of Old Québec, in front of the 18th century ramparts that are so characteristic of the fortified city (Figure 4). Field projects are also interpreted for the general public when and where possible. Recent excavations at City Hall, within the Collège des Jésuites complex, an 18th century college that also served as army barracks during the 19th century, were accompanied by on-site guides.

Figure 4



Archaeological interpretive modules have been placed in two public squares at important entry points to The Historic District of Old Québec, namely, in Place d'Youville, in front of the ramparts, and in Place de la Gare, in front of the intermodal train station. (Photos by Chantal Gagnon and Robert Greffard; courtesy of Ville de Québec.)

Interest in archaeological heritage extends beyond the Historic District; indeed, several other sites have been developed and interpreted for the public. These projects are based on intensive research and are developed as a part of a movement of place making and, more generally, public education. The massive ruins of the church of Notre-Dame-de-Foy, in Sainte-Foy, now called the Parc de

la Visitation Historical Site, have been stabilized and are used for open-air concerts. Another park, the Parc du Vieux-Passage, in the Limoilou district, contains a scaled-down reconstruction of a temporary fortification, a bridgehead hastily constructed in 1759 to prevent the invading British from crossing the St. Charles River and reaching the fortified Upper Town. Another module, completed in 2014 in the Charlesbourg Historic District's Parc du Sacré-Coeur, was constructed at the request of the parish's heritage committee and the borough council to commemorate the town's first church (Figure 5).

Figure 5



The City installed a full-scale module over the remains of a former village's first church, in Parc du Sacré-Cœur, in the heart of the Charlesbourg Historic District. (Photo by Robert Greffard; courtesy of Ville de Québec.)

Another example of the City's close partnership with local organizations can be found at the Nativité de Notre-Dame de Beauport church, in the heart of the Beauport Historic District. While improving public space surrounding the church, the City worked with the parish council and the local historical society, the Société d'art et d'histoire de Beauport, to design a new public space and a monument erected in honour of the founding families of one of New France's first communities. The Société d'art et d'histoire de Beauport

assumed the role of developer for the archaeological research project, hiring archaeologists and crews over three years of excavations and monitoring. A synthesis of the three-year project was produced by the Société in 2014 (ROY, 2014).

In Cap Rouge, the development of management tools for important archaeological resources for this former 19th century village were created in a collaboration with the City and the Société historique du Cap-Rouge. This contributed to local pride. Another collaboration, with the Association pour la protection de l'environnement du lac Saint-Charles et des Marais du Nord, focussed on the presence of First Nations in the environment around what is now the city's drinking-water reservoir (MOSS, 2011; PLOURDE & BAIN, 2009).

These projects are accessible to the local community as well as to tourists, and efforts are made to keep citizens informed. For residents, the results of twenty-five years of research on more than forty sites have been summarized on a series of web pages dedicated specifically to archaeology⁶ (VILLE DE QUÉBEC, 2014), and in 2010 and 2011, four-panel foldouts were inserted into the City's quarterly newspaper, which was distributed to each of the City's 200,000 households (VILLE DE QUÉBEC, 2010, 2011).

3. Heritage legislation and approaches to archaeology in the province of Québec

In Canada, there is no overarching federal heritage legislation for archaeology because heritage issues fall under provincial jurisdiction (POKYTYLO & MASON, 2010). Each province defines its own approach to heritage matters, and political objectives and programmes vary from province to province.

⁶ <http://archeologie.ville.quebec.qc.ca/>

In the province of Québec, renewed heritage legislation came into effect in 2012. The new *Cultural Heritage Act* (NATIONAL ASSEMBLY, 2011) replaced the 1972 *Cultural Property Act* (see MCC, 2012, for a brief history of heritage legislation in the province of Québec). It imposes legal constraints on the practice of archaeology – compulsory permits for archaeologists, the obligation to declare all discoveries, the possibility of halting work on construction projects to protect archaeological sites and remains – and offers municipalities additional powers for the protection and enhancement of cultural resources. It is interesting to note that certain provisions of this legislation are renewed directives of the preceding *Cultural Property Act* of 1972, notably the provisions concerning permitting. They are based on legislation enacted by France’s Vichy government in 1941, known as “la loi Carcopino” after the minister who had it drafted with the intent of protecting archaeological heritage from the Nazi occupiers (*RÉPUBLIQUE FRANÇAISE*, 1941; KARLSGODT, 2011, p. 296). In France, the 1941 legislation was replaced by the *Code du patrimoine*, in 2001. In contrast, in Québec, the 1941 legislative framework was maintained in Quebec’s 2012 *Cultural Heritage Act*.

No provisions were introduced in the 2012 *Act* to define developers’ financial or procedural responsibilities. By not replacing the 1941 framework, Québec reinforced the ambiguous position of archaeological practice, on a continuum from government-controlled to development-led. For example, it did not adopt the modifications to the French model to implement the Valletta Treaty, as defined by the *European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage* (COUNCIL OF EUROPE, 1992, DEMOULE, 2007, 2010). In the UK, where archaeology is also covered by the Valetta Treaty, planning-led archaeology is the major source of archaeological activity and is enthusiastically lauded as such (*HISTORIC ENGLAND*, 2015), although it has recently come under considerable pressure (*SOUTHPORT GROUP*, 2011).

Nor did Quebec adopt a compliance-driven approach, as is now generally practiced in North America where developers assume the full cost of archaeology associated with their projects. As such, Québec’s cultural heritage legislation is notably different from that of its Canadian neighbours, such as the province of Ontario (see

WILLIAMSON *et al.*, 2017), and its American neighbours, who, at the national level, rely almost entirely on private consulting firms to respond to the requirement of section 106 of the *Historic Preservation Act* (APPLER, 2017, p. 183-185; PEACOCK & RAFFERTY, 2007).

Yet despite the absence of explicit legislation requiring preventive or development-led archaeology, there is an expectation on the part of the provincial government that municipalities adopt a compliance-driven approach. Archéo-Québec (2012), a non-profit heritage association, produced an introduction to preventive archaeology with funding and guidance from the MCC. This guide, *Archéologie préventive : Guide pratique à l'intention des municipalités du Québec*, explicitly defines an approach similar to that developed by France's Institut national de recherches archéologiques préventives (*tr.* national institute for preventive archaeological research), usually referred to by its acronym, INRAP, with the stated intention of counselling municipalities that have no in-house expertise in archaeology. Although it is an articulate expression of the MCC's new expectations, it contains no specifications concerning financial responsibilities.

The new *Cultural Heritage Act* is changing the nature of archaeological practice, and future iterations of the *Entente sur le développement culturel* will be modified in the context of the new *Act*. The City of Québec has adopted a proactive position in order to ensure continuity with past successes and newly created traditions of working with residents and promoters.

The City is preparing a bylaw congruent with the new *Act*. It is hoped that funds traditionally available in the memoranda of agreement with the provincial government can be used to support projects carried out by private citizens or small-scale developers under the new programmes. Although the City is not required to do so by law, the City has directed its archaeological team to prepare an archaeological master plan to underpin the proposed bylaw. This plan will be integrated into the municipal GIS-based management system.

The master plan is based on a database of more than 900 known sites in Québec City identified in the province's Inventaire des sites archéologiques du Québec (MCC, 2014) and on a series of potential locations for archaeological sites identified through

predictive modelling. The identification of potential pre-contact First Nations occupations is based on environmental data, including distance from water sources, slope (less than 10%), soil drainage, and historic-era land-disturbance activities. More than 1,000 potential areas have been selected for future examination (PLOURDE, 2013). Historic-period sites are identified using written sources, such as maps and reports about the history of the city. The master plan, named *Système intégré de gestion en matière d'archéologie (SIGMA)*, is an open system; new data can be added, and existing data can be corrected at any time (SIMONEAU, 2011, 2014).

The efficacious application of an archaeological bylaw and the full use of the archaeological master plan will require policies and programmes that foster public interest and promote public participation. Because the *Act* does not attribute financial responsibility to any particular actor in this context, the City has deemed it important to respect the financial capacity of property owners. The City Archaeologist is thus drafting a programme that offers financial support for small-scale property owners or developers. Without such a programme, it will be the responsibility of developers to assume all associated costs, which would in all likelihood impose a barrier to the implementation of this approach.

4. *A Critical Regard*

Drawing on Dawdy's "cranky challenge," as she so cogently puts it (2009a, p. 139), certain caveats are necessary to put this positivist portrait into a wider perspective and to fully reply to the questions "Is archaeology useful?" "*Should* archaeology be useful?" and "Can archaeology save the world?" In short, what has been useful in Québec City, and what world has been saved?

The projects carried out by the municipality, indeed, most of the projects within the city limits, fall within the general definition of public archaeology: site development and interpretation, the process of "place making," and the consolidation of cultural identity (MOSS,

2011). The latter may in part be a spinoff of the Historic District's World Heritage status, but the nature of the projects suggests, rather, that it represents a genuine and deep-seated interest in local heritage. There are very few instances of the instrumental use of archaeology to oppose urban development projects; this is likely another indication of the genuine nature of interest in archaeological heritage, because it is appreciated for its intrinsic value rather than for its usefulness to achieve other ends.

The unequivocal contribution of archaeological heritage projects to the socioeconomic fabric of the City may also be due to the specificities of Québec society, particularly its tendency to strongly value the province's cultural identity. As noted by Christina Cameron, the Université de Montréal's Canada Research Chair on Built Heritage, when speaking on heritage management: "When compared to the rest of Canada, Quebec is more advanced in its reflections, is more interested and involved. [...] this is because of the relationship between culture-language-identity-heritage ..." (LALONDE, 2010, author's translation). Québec very clearly has a distinctive culture in North America: the province's well-known independence movement is a concrete political expression of this cultural reality. Nationally, Parliament has recognized that the Québécois form a nation within a united Canada in a resolution adopted in the House of Commons on November 27, 2006 (HOUSE OF COMMONS, 2006).

In Québec City, archaeology is closely linked to the heritage community. Therefore projects clearly fit into the mold of "government archaeology" as defined by Dawdy (2009b, p. 190). As such, these projects should be exempt from the kinds of financial and "existential" insecurities that may await millennial archaeology. And they would be exempt, were it not for the unfortunate co-occurrence of, on the one hand, a blind spot in the archaeological community's perception of its own praxis and, on the other, shortcomings in the 2012 heritage legislation.

With the notable exception of research programmes developed by Université Laval in collaboration with the City that foster an ecosystemic and environmental approach, projects rarely venture far from the theme of the colonial past. In general, there is a pervasive discourse on empire, particularly of that of the French

regime (1608–1763), typified by Place-Royale, but also of the English regime (1763–1867), as seen through the fortifications and administrative complexes, such as the Saint-Louis Forts and Châteaux National Historic Site. A recent project at the 1541–1543 site of the attempt to establish the first French colony in the Americas (by Jacques Cartier and the Sieur de Roberval) is representative of this trend (SAMSON & FISET, 2013). Analysis concentrated on such aspects of the site as the presence of nobility, which reinforced the “imperial” importance of the finds to the detriment of new lines of inquiry. One such line suggests itself: Could the site indicate emerging models of European relations with indigenous nations in a rapidly expanding world, similar to those studied in South America or on the African sub-continent? Perhaps it could, but interpretation of the site has been confined to illustrating the political relations prevailing amongst European nations in the late-medieval world.

The heritage community in Québec City can be critical of itself. It has engaged in in-depth analysis of the Place-Royale project (FAURE, 1992) or, more recently, of the consequences of World Heritage status itself (MORISSET, 2016). However, archaeologists have only rarely engaged in objective analysis of their own output. One exception is the evaluation of the research programme on Place-Royale, in which Auger and Moss (2001, p. 141) note the manner in which nationalist ideologies precluded consideration of the “messy” period of the “slumification” of the seat of French civilization in North America from 1860 to 1960:

It is possible to see the effect of ideologies behind the project for the urban renewal of *Place-Royale*, particularly when it comes to archaeological research in Quebec City. By focusing on a presumed golden age — the French Regime— a crucial period in the evolution of the city, that of a certain decline from 1860 to 1960, was completely pushed aside. This has obscured any objective reference to the process of “slumification”. The City and its partners have indeed made important efforts to prevent Old Town from turning into a museum by systematically maintaining a resident local population. There is a strong desire to avoid one of the major pitfalls

of heritage conservation, that is, allowing the city to become a parody of itself, as has occasionally occurred elsewhere and as some have said has happened with *Place-Royale*. But the abatement of this process will only succeed if based on accurate and objective knowledge of the city itself.

In short, archaeology in Québec City is increasingly projecting a stereotyped image of the discipline and of the past it seeks to understand. The heritage industry is a predominant and admittedly successful paradigm for action, but without further discussion of the knowledge we hope to acquire, archaeologists will not be able to elucidate the fundamental values guiding our work.

Dawdy (2009a, p. 140) had words for this too: “I am suggesting that it may be more ethical and more useful to set archaeology free from history and heritage – in other words, that we reorient archaeology away from reconstructions of the past towards problems of the present.” Commenting on this, Holtorf (2009, p. 185) wonders “to what extent cultural resource management, commercial archaeology and public outreach projects themselves ‘apply’ archaeology or make it useful for solving problems of the present.” In other words, archaeology may be avoiding problems rather than working on resolving them.

Has the attribution of World Heritage status to the Historic District contributed to this process? Possibly, but the tendency was in place years before the UNESCO World Heritage listing. Also, the positive contribution of archaeology to the region’s socioeconomic fabric has spread well beyond the limits of the Historic District and beyond the limits of the three other historic districts within the city. However, having missed the opportunity to objectively evaluate the discipline in the recent process of renewing heritage legislation, we are still not in a position to adjust current practice to the kinds of contemporary problems that have found solutions in other jurisdictions. Moreover, without an objective appreciation of the plentiful and technically exemplary work done in Québec City over the past half-century, and the necessary repositioning of the intellectual trajectory of a dynamic and proficient professional

community, archaeology will simply return to the values underlying the “loi Carcopino” and the nationalistic preoccupations it addressed in 1941. To paraphrase Dawdy (2009b, p. 189), what will be missing is not the past – it’s all around – but an imagined and shared future.⁷

Bibliography

APPLER, D. Toward a Theory of Municipal Archaeology: Why Local Government Should Become Public Archaeology’s New Best Friend. In S. Baugher, D. Appler & W. Moss (eds), *Urban Archaeology, Municipal Government and Local Planning - Preserving Heritage within the Commonwealth of Nations and the United States*, New York: Springer, 2017, p. 183-201.

ARCHÉO-QUÉBEC. *Archéologie préventive. Guide pratique à l’intention des municipalités du Québec. [Electronic document]. www.archeoquebec.com/sites/default/files/archeologie_preventive_guide_pratique.pdf, 2012.*

ARCHÉO-QUÉBEC. *D’escales en découvertes, l’archéologie raconte le Québec. Un guide proposé par le réseau Archéo-Québec. [Electronic document]. http://www.archeoquebec.com/sites/default/files/guide_decouvertes_09-14_150ppi_optimise.pdf. 2016.*

AUBERGE SAINT-ANTOINE. Distinctions and Awards [Electronic document]. <http://www.saint-antoine.com/en/hotel/awards>. 2015.

AUGER, R., & MOSS W. An Archaeology of Physical and Social Transformation: High Times, Low Tides and Tourist Floods on

⁷ It is noteworthy that a conference on the theme “Archaeology and Futurity” was held in April 2016 at Brown University’s Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World. Our imagined future obviously continues to preoccupy us! See: <https://blogs.brown.edu/archaeology/workshops/archaeology-and-futurity/>.

Quebec City's Waterfront. In: A. MAYNE & T. MURRAY (eds.), *The Archaeology of Urban Landscapes: Explorations in Slumland*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001, p. 132-144.

BAUGHER, S., APPLER D. & MOSS W. Introduction. Thinking Globally and Acting Locally: Exploring the Relationships Between Community, Archaeological Heritage, and Local Government. In S. Baugher, D. Appler & W. Moss (eds), *Urban Archaeology, Municipal Government and Local Planning - Preserving Heritage within the Commonwealth of Nations and the United States*, New York: Springer, 2017, p. 1-16.

CLOUTIER, C. (MOSS W., Dir.). Les battures du Saint-Laurent aux XVIIe et XVIIIe siècles : un dépotoir à ciel ouvert? Le cas du site archéologique de l'îlot Hunt. *Cahiers d'archéologie du CELAT n° 19*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec and Ministère de la Culture et des Communications, 2006.

COMMUNAUTÉ MÉTROPOLITAINE DE QUÉBEC (CMQ). *Cartes et statistiques* [Electronic document]. <http://www.cmquebec.qc.ca/cartes-statistiques>, 2015.

COUNCIL OF EUROPE. European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage (Revised) and Explanatory Report. *European Treaty Series (143)*. Strasbourg, FR: Council of Europe, 1992.

DAWDY, S. L. Millenial archaeology. Locating the discipline in the age of insecurity, *Archaeological Dialogues*, N. 16, n° 2, p. 131-142, 2009a.

DAWDY, S. L. Doomsday confessions, *Archaeological Dialogues*, N. 16, n° 2, p. 186-193, 2009b.

DEMOULE, J.-P. Scientific quality control and the general organisation of French archaeology. In W. J.H. Willems & M. van den Dries (eds.), *Quality Management in Archaeology*. Oxford: Oxbow Books, 2007, p. 135-147.

DEMOULE, J.-P. The crisis – economic, ideological and archaeological. In N. Schlanger & K. Aitchison (eds.). *Archaeology*

and the Global Economic Crisis. Multiple Impacts, Possible Solutions (p. 13-17). Tervuren, BE: Culture Lab Éditions, 2010, p. 13-17.

DUFAY, B., HINCKER V. & VIAND A. Les archéologues et la lampe d'Aladin. L'archéologie "pour" la ville. In: B. Dufay, V. Hincker & A. Viand (eds.) *Les Nouvelles de l'archéologie*, n. 136, p. 3-5, 2014.

ÉDITEUR OFFICIEL DU QUÉBEC. *Cultural Heritage Act*, chapter P-9.002, 2017.

FAURE, I. La reconstruction de Place-Royale à Québec, *Cahiers de géographie du Québec*, N. 36, n. 98, p. 321-336, 1992.

GENOIS LEDUC, J.-M. & LEDUC G. La découverte, *Le Soleil*, Québec, N. 120, n. 6, p. 40, November 5, 2016.

HERITAGE CANADA THE NATIONAL TRUST. *National Achievement Award*. [Electronic document].

<https://www.heritagecanada.org/en/get-involved/awards/former-national-trust-awards/national-achievement-award>, 2008.

HISTORIC ENGLAND. *Building the Future, Transforming our Past. Celebrating development-led archaeology in England, 1991-2015*. [Electronic document]. <https://content.historicengland.org.uk/images-books/publications/building-the-future-transforming-our-past/building-future-transforming-past.pdf/>, 2015.

HOLTORF, C. Archaeology. From usefulness to value, *Archaeological Dialogues*, n. 16(2), p. 182-186, 2009.

HOUSE OF COMMONS. 39th Parliament, 1st Session, Edited Hansard, Number 087, Monday, November 27, 2006. [Electronic document]. <http://www.ourcommons.ca/DocumentViewer/en/39-1/house/sitting-87/hansard>, 2006.

KARLSGODT, E. C. *Defending National Treasures: French Art and Heritage Under Vichy*. New York, NY: Stanford University Press, 2011.

LALONDE, C. Université de Montréal - Le patrimoine bâti a trouvé sa voie. L'architecture certes, mais aussi le paysage et l'urbanisme, *Le*

Devoir, 23 October 2010 [Electronic document].
<http://www.ledevoir.com/societe/actualites-en-societe/298561/universite-de-montreal-le-patrimoine-bati-a-trouve-sa-voie.2010>.

L'ANGLAIS, P.-G. (MOUSSETTE, M. Dir.). La recherche archéologique en milieu urbain: d'une archéologie dans la ville vers une archéologie de la ville. *Les Cahiers du CÉLAT, hors série n. 6*. Québec: CÉLAT, Université Laval, 1994.

LAPOINTE, C. *Past Perfect*. Québec: Éditions Sylvain Harvey, 2007.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DES COMMUNICATIONS (MCC). *Histoire de la protection du patrimoine au Québec*. [Electronic document]. www.mcc.gouv.qc.ca/index.php?id=5122, 2012b.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DES COMMUNICATIONS (MCC). *Bibliographie de l'Inventaire des sites archéologiques du Québec (ISAQ)*. [Electronic document]. www.mcc.gouv.qc.ca/index.php?id=3355&tx_lesecrits_pi1%5Becrit%5D=683&cHash=402531f81acda53805fb58ab08991b23, 2014.

MORISSET, L. K. Québec ou le patrimoine augmenté, *Continuité*, n. 148, p. 30-34, 2016.

MOSS, W. Cent vint-cinq ans de découvertes. Une bibliographie sur l'archéologie de la ville de Québec. *Mémoires vives*, n. 5, p. 14-24, 1993.

_____. Québec City, Canada. In L. A. Decunzo & J. H. Jameson Jr. (eds.). *Unlocking the Past. Celebrating Historical Archaeology in North America*. Gainesville, FL: Society for Historical Archaeology and University Press of Florida, 2005, p. 82-88.

_____. The recent archaeology of the early modern period in Québec City. *Post-Medieval Archaeology*, n. 43(1), 2009a.

_____. Introduction: the archaeology of a North American city and the early modern period in Québec. In MOSS, W. 2009a, The recent archaeology of the early modern period in Québec City. *Post-Medieval Archaeology*, n. 43(1), p. 1-12, 2009b.

_____. Choosing Archaeology in Quebec City, *Toward an archaeological agora: the public as participants and creators of archaeological knowledge and understanding*, Society for Historical Archaeology, Austin, Texas, 2011.

_____. *L'archéologie urbaine à Québec : un passé qui a de l'avenir*, Chaire pour le développement de la recherche sur la culture d'expression française en Amérique du Nord (CEFAN), Université Laval. Québec, QC, October 8, 2015.

MOUSSETTE, M. & MOSS W. Quebec, New World City and Colonial Atlantic Port: An Archaeological Perspective. In William: W. KELSO (ed.). *Archaeology of Early European Colonial Settlement in the Emerging Atlantic World. Society for Historical Archaeology, Special Publication Series n. 8*, 2010, p. 51-72.

MOUSSETTE, M. and WASELKOVA G. *Archéologie de l'Amérique coloniale française*. Montréal, QC: Lévesque éditeur, 2013.

NATIONAL ASSEMBLY. *Cultural Heritage Act*. Quebec Official Publisher, Quebec, QC. [Electronic document]. www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=5&file=2011C21A.PDF, 2011.

PEACOCK, E. & RAFFERTY J. Cultural resource management guidelines and practice in the United States. In W. J.H. Willems & M. van den Dries (eds). *Quality Management in Archaeology*. Oxford, UK: Oxbow Books, 2007, p. 113-134.

PLOURDE, M. *Étude du potentiel archéologique de l'occupation amérindienne du territoire de la ville de Québec*. Québec, QC: Ville de Québec (Service de l'aménagement du territoire) & Ministère de la Culture et des Communications, 2013.

PLOURDE, M. & BAIN A. Fouilles archéologiques, Marais du Nord, lac Saint-Charles : Chantier-école en préhistoire de l'Université Laval, saison 2009 et synthèse des travaux archéologiques (2001-2009). *Cahiers d'archéologie du CELAT* 30, 92 pages. CELAT, Université Laval, 2009.

POKYTYLO, D. & MASON A. R. Archaeological Heritage Resource Protection in Canada. The Legislative Basis. In: P. Mauch Messenger & G. S. Smith (eds.). *Cultural Heritage Management, A Global Perspective*. Gainesville, FL: University Press of Florida, 2010, p. 48-69.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. Loi du 27 septembre 1941 portant réglementation des fouilles archéologiques. *Journal officiel de la République française*. [Electronic document]. www.archeodroit.net/Textes/Terrain/loi1941.html, 1941.

ROULEAU, S. Charles Aubert and Quebec City's Ports in the 17th Century. In C. Dagneau & K. Gauvin (eds). *ACUA Underwater Archaeology Proceedings 2014* (p. 13-19). Advisory Council on Underwater Archaeology, 2014, p. 13-19.

ROULEAU, S., LALANDE D., FORTIN C. & L'OSTÉOTHÈQUE DE MONTRÉAL INC., W. MOSS (Dir.). L'archéologie du monastère des Récollets à Québec (CeEt-563). *Les Cahiers d'archéologie du CELAT n° 4*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec and Ministère de la Culture et des Communications, 1998a.

ROULEAU, S., CLOUTIER C., FORTIN C. & L'OSTÉOTHÈQUE DE MONTRÉAL INC., W. MOSS (Dir.). L'archéologie de la maison Aubert-de-la-Chesnaye à Québec (CeEt-46). *Les Cahiers d'archéologie du CELAT n° 3*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec and Ministère de la Culture et des Communications, 1998b.

ROY, C. (W. MOSS, Dir.). Scènes de la vie paroissiale. L'archéologie de la place de l'église de La Nativité de Notre-Dame à Beauport. *Les Cahiers d'archéologie du CELAT n° 39*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec, Ministère de la Culture et des Communications and Société d'art et d'histoire de Beauport, 2014.

ROY, O. Trente ans de chantiers-écoles en archéologie. *Au fil des événements*, N. 48, n° 3. [Electronic document]. www.lefil.ulaval.ca/articles/trente-ans-chantiers-ecoles-archeologie-34004.html, 2012.

SAMSON, G, & R. Fiset. *Chantier archéologique Cartier-Roberval. Promontoire du cap Rouge (CeEu-4), Québec, Canada*.

Rapport synthèse des fouilles 2007-2008. Québec, QC: Commission de la Capitale-Nationale du Québec. [Electronic document]. http://www.capitale.gouv.qc.ca/system/documents/media/000/000/130/original/6_177_Rapport.Cartier-Roberval-BQ_br.pdf?1442924719, 2013.

SIMONEAU, D. (W. MOSS, Dir.). *Le Séminaire de Québec: 140 ans de recherches archéologiques. Les Cahiers d'archéologie du CELAT n° 22*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec and Ministère de la Culture, des Communications et de la Condition féminine, 2008a.

SIMONEAU, D. (W. MOSS, Dir.). *L'îlot Hunt: dix ans de recherches archéologiques. Les Cahiers d'archéologie du CELAT n° 23*. Québec, QC: CELAT, Ville de Québec and Ministère de la Culture, des Communications et de la Condition féminine, 2008b.

SIMONEAU, D. SIGMA II, présentation des principes de sa mise en place. Québec, QC: Ville de Québec, Service de l'aménagement du territoire, 2011.

SIMONEAU, D., with W. MOSS. SIGMA II. *Élaboration des critères de qualification: document de présentation et de réflexion*. Québec, QC: Ville de Québec, Service de l'aménagement du territoire, 2014.

SOUTHPORT GROUP. *Realising the Benefits of Planning-Led Investigation in the Historic Environment: A Framework for Delivery*. Chartered Institute for Archaeologists, London, England. [Electronic Document]. www.archaeologists.net/sites/default/files/node-files/SouthportreportA4.pdf, 2011.

STATISTICS CANADA. 2012 International Travel Survey Microdata (66C001) and/or 2012 Travel Survey of Residents of Canada Microdata (87M006XDB96000), *Le tourisme dans les villes canadiennes (projet CITIES)*, 2016.

VILLE DE QUÉBEC. *L'avenir maintenant. Plan directeur d'aménagement et de développement*. [Electronic document]. http://www.ville.quebec.qc.ca/apropos/vie_democratique/administrati on/planification/pdad/, 2005.

_____. *Politique du patrimoine*. [Electronic document]. http://www.ville.quebec.qc.ca/publications/docs_ville/politique_patrimoine.pdf, 2007.

_____. *L'archéologie par les sites et les siècles*. [Electronic document]. http://www.ville.quebec.qc.ca/culture_patrimoine/docs/archeologie/VQ_CahierArcheologie_Lres.pdf, 2010.

_____. *L'archéologie par les places et par les parcs*. [Electronic document]. http://www.ville.quebec.qc.ca/culture_patrimoine/docs/archeologie/VQ_CahierArcheologie2011.pdf, 2011.

_____. *L'archéologie à Québec*. [Electronic document]. <http://archeologie.ville.quebec.qc.ca/>, 2014.

_____. *Vision patrimoine 2017-2027. Préserver-Enrichir-Transmettre*. [Electronic document]. http://www.ville.quebec.qc.ca/culture_patrimoine/patrimoine/vision_patrimoine/, 2016.

WILLIAMSON, R. F., D. A. ROBERTSON & S. HUGHES. Archaeological Resource Management in Toronto: Planning, Preservation and Interpretation, In S. Baugher, D. Appler and W. Moss (Eds.), *Urban Archaeology, Municipal Government and Local Planning - Preserving Heritage within the Commonwealth of Nations and the United States*. New York, NY: Springer, 2017, p. 69-89.

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

ARCHAEOLOGY HAS TRANSFORMED
“STONES” INTO “HERITAGE”: THE
PRODUCTION OF A HERITAGE SITE
THROUGH INTERACTIONS AMONG
ARCHAEOLOGY, TOURISM, AND LOCAL
COMMUNITIES IN TURKEY

*A Arqueologia transformou “pedras” em
“patrimônio”: a produção de um patrimônio através
da interação entre arqueologia, turismo e comunidade
local na Turquia*

*Eisuke Tanaka**

ABSTRACT

This paper explores how archaeology changes the relationship between different interest groups and the material remains of the past, in the context of archaeological excavation and tourism development. This paper uses the case of Patara, a small resort village in southern Turkey, to examine the role of historical sites marked as “heritage” in the context of archaeological excavation and tourism development. In particular, it focuses on how the relationships among locals, archaeologists, tourists, and the remains of the ancient city of Patara have been changed through the progress of archaeological excavations and the ensuing heritage management. In analyzing the process of archaeological excavation and tourism development in Patara, this paper also suggests that the excavated archaeological site of Patara itself works in changing the relationships among various groups with vested interests in the site.

Keywords: archaeology; heritage protection; excavation; tourism; Turkey

* Associate Professor. Fukuoka Jo Gakuin University, Osa 3-42-1, Minami-ku, Fukuoka 811-1313, JAPAN. E-mail: e_tanaka@fukujo.ac.jp

RÉSUMÉ

Ce texte s'intéresse à la manière dont l'archéologie transforme la relation entre différents groupes d'intérêts et les vestiges du passé dans le contexte de fouilles archéologiques et de développement touristique. Pour cela, il étudie le cas de Patara, petit village d'un complexe touristique au Sud de la Turquie, pour saisir le rôle de sites historiques étiquetés comme étant du « patrimoine » dans le contexte de fouilles archéologiques et de développement touristique. Plus précisément, ce texte s'intéresse aux manières dont les relations entre locaux, archéologues, touristes et ruines de l'ancienne ville de Patara ont progressivement changé durant le déroulement des fouilles archéologiques et la gestion du patrimoine qui s'en est suivie. À travers l'analyse du processus de fouilles archéologiques et de développement touristique à Patara, ce texte suggère aussi que le site archéologique fouillé de Patara est lui-même un acteur des transformations des relations entre les différents groupes ayant des intérêts directs pour le site.

Mots-clés: archéologie; protection du patrimoine; fouilles archéologiques; tourisme; Turquie

RESUMO

Este texto investiga a maneira como a arqueologia modifica as relações entre vários grupos de interesses e vestígios do passado no contexto de escavações arqueológicas e de desenvolvimento turístico. Para isso, ele estuda o caso de Patara, pequena aldeia resort no Sul da Turquia, para entender o papel de sítios históricos qualificados como “patrimônio” no contexto de escavações arqueológicas e de desenvolvimento turístico. Mais especificamente, este texto investiga como as relações entre os atores locais, os arqueólogos, os turistas e os vestígios da antiga cidade de Patara progressivamente mudaram enquanto se foram realizando as escavações arqueológicas e, em seguida, a gestão do patrimônio. Por meio da análise do processo de escavações e do desenvolvimento turístico em Patara, sugere-se que o sítio escavado mesmo é um ator das transformações das relações entre os diferentes grupos que se interessaram pelo sítio.

Palavras-chave: arqueologia; proteção do patrimônio; escavação; turismo; Turquia

1. Introduction

In Turkey, the protection of heritage sites is a focal point of public attention. Mainly due to its geopolitical location, the country has been considered archaeologically as well as historically “rich” (ÖZDOĞAN, 1998). The large number of archaeological and historical sites include globally known tourist destinations, such as Ephesus, Pergamon, and the historic quarters of Istanbul, many of which feature on UNESCO’s World Heritage List.¹ As of 2009, there were more than 114,000 protected heritage properties (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 733), 7,766 of which are registered as archaeological sites. Many more archaeological sites have yet to be registered.

The balance between tourism development and heritage management has become a contentious issue because the tourism sector is a very important source of income for the Turkish economy. In fact, the country attracted approximately 39 million international tourists in 2014, which makes it among the top 10 tourism destinations worldwide in terms of international tourism arrivals (UNWTO, 2015). In particular, the development of tourism has concentrated on the Aegean and the Mediterranean coasts since the 1960s, transforming coastal towns and villages in the region into tourist resorts for both domestic and foreign tourists (KEYDER, 2003, p. 50). The increase in threats to the preservation of the large number of archaeological sites in the region parallels the rapid increase in the numbers of visitors to Turkey. The Turkish government has set up a strict legal framework to protect these archaeological sites. However, this may be a source of conflict between archaeologists and locals, especially those who want to exploit their lands for development.

This paper explores how the development of a heritage site changes the relationship that people and organizations with an interest in heritage – such as archaeologists, local government, locals, and tourists – have with the archaeological remains. It focuses on the case

1 <http://whc.unesco.org/en/statesparties/tr>

of Patara, on the Mediterranean coast of southern Turkey, where tourism development and archaeological excavation arrived almost simultaneously. Initially, the relationship between archaeologists and the locals, who wanted to promote tourism, was not a cordial one. However, as the remains of the ancient city of Patara emerged from the sands through excavations and subsequent restorations, the nature of the relationship between the archaeologists and the locals gradually changed. This paper examines the role of things marked as “heritage,” in the context of both archaeological excavation and the development of tourism. In particular, it looks at how the relationships among the different stakeholders were constituted and changed during the progress of the archaeological excavations and the heritage management that followed.

2. Heritage as a social process

Recent studies on heritage have critically examined in what way cultural manifestations, both tangible and intangible, are transformed into “heritage” (e.g. BARTU-CANDAN, 2007; BENDIX, 2009; HAMILAKIS, 2007; HANDLER, 1988; HERZFELD, 1991; KIRSCHENBLATT-GIMBLETT, 1998; LOWENTHAL, 1998; SMITH, 2006). With heritage status, culture becomes subject to protection and special care. This is because heritage is generally regarded as a threatened, non-renewable resource, and one that therefore should be protected and preserved as much as possible for future generations (CLEERE, 2000; cf. APPADURAI, 1981). Given that heritage plays an important role in the formation of cultural identities, nations and ethnic groups conceive of the preservation and conservation of cultural objects as a matter of establishing and protecting their identity. For archaeologists, protecting heritage is a professional “responsibility” in the sense that archaeological remains can be seen as a database for understanding the past and thus “heritage” (CLEERE, 2000, p. 9-10). International heritage-related agencies similarly consider themselves

responsible for the preservation and conservation of heritage as a threatened resource (CLEERE, 2000, p. 5).

When critically examining such production and reproduction of the discourse on heritage protection, many scholars have pointed out that expert knowledge and practices have been implicated in the construction of the dominant heritage discourse, at the expense of local narratives of the past (e.g. FOG OLWIG, 1999; SMITH, 2004, 2006). For example, Laurajane Smith discusses what embodies such dominant assumptions about the nature and meaning of heritage, which she calls the “authorized heritage discourse” (SMITH, 2006). The concept of “authorized heritage discourse” can also be applied to the construction of the Afro-Caribbean past, and Karen Fog Olwig suggests that the “global” discourse of “heritage” marginalizes “local” narratives of the past (FOG OLWIG, 1999). As a result, heritage is now considered to be open to multiple interpretations. Expert knowledge can no longer be presumed to take precedence over other stakeholders’ interpretations, although it is still influential in defining remains of the past as “heritage” (e.g. BREGLIA, 2006; GRAHAM et al., 2007; MATHERS et al., 2005; MESKELL, 2009; MESKELL and PELS, 2005).

Given the plurality of interpretations and narratives of heritage, it is important to look at heritage as a social process, in which different groups of people interact with each other in order to engage with cultural manifestations marked as “heritage.” This also means that heritage emerges from conflictive interactions among different stakeholders and that those things identified as “heritage” are formed in this process (HARRISON, 2013).

In discussing the construction of heritage in this way, Anna Tsing’s argument on interconnections between the local and the global is useful. Analysing the cultural and political dynamics of the ways in which various local, national, and global actors interpret and engage with the protection of the rainforests of South Kalimantan, Indonesia, Tsing argues that a “global connection” is produced through the interconnection between different actors and capitalist or environmentalist dreams and schemes (TSING, 2005). She describes the diverse and conflicting social interactions between different groups as “friction,” which she defines as “the awkward, unequal,

unstable, and creative qualities of interconnection across difference” (TSING, 2005, p. 4).

Explaining the work of friction, Tsing also appeals to the notion of “collaboration” as a broader sense of working together. For her, collaboration does not simply mean working towards consensus, but includes situations where “the collaborators are not positioned in equality or sameness, and their collaboration does not produce a communal good.” Collaborators, she says, “may or may not have common understandings of the problem and the product” (TSING, 2005, p. 246-247). Moreover, collaborators “may or may not have any understanding of each other’s agenda” (TSING, 2005, p. 247).

Using the case of Patara in southern Turkey, I discuss the way in which archaeology has changed the local life around the remains of the ancient city that are marked as “heritage” areas. Before we look at the production of heritage through the interactions between different groups of people in Patara in detail, it is important to understand the legal and administrative framework of heritage protection in Turkey. I argue that collaboration between different stakeholders invested in the ancient city’s remains is an essential component in the protection and development of the heritage of these remains.

3. The Legal and Administrative Framework for Heritage Protection in Turkey

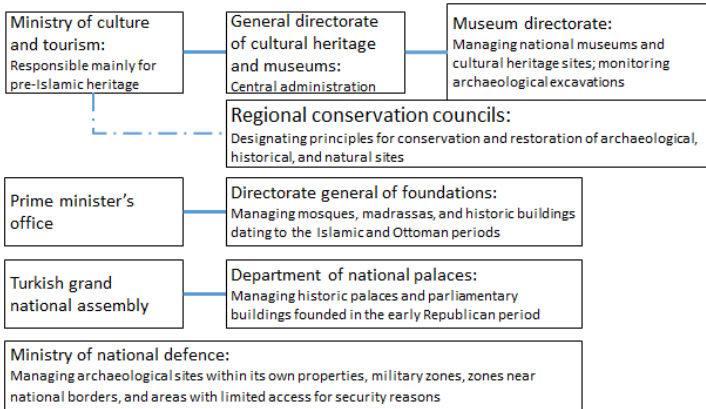
As previously mentioned, there are a huge number of historical and archaeological sites in Turkey. The Turkish state has exerted its ownership over all cultural materials found in the country since its establishment in 1923.² The current legislative framework for cultural heritage protection in the country is law no. 2863, on the

² The principle of state ownership of cultural heritage was established by the Ottoman Empire in the early 20th century (ELDEM, 2011; SHAW, 2003).

protection of cultural and natural properties (*Kültür ve Tabiat Varlıklarını Koruma Kanunu No. 2863*), adopted in 1983. Turkey has also ratified several UNESCO and Council of Europe international conventions concerning heritage protection. Based on this legal framework, the heritage administration system in Turkey is characterized as both centralized and segmented (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 730-732, see also Figure 1). The ministry of culture and tourism (Türkiye Cumhuriyet Kültür ve Turizm Bakanlığı) plays a central role in heritage management, and the general directorate of cultural heritage and museums (Kültür Varlıkları ve Müzeler Genel Müdürlüğü, 2013) in Ankara is its main body for central administration. The general directorate of cultural heritage and museums also controls a number of the museum directorates (Müze Müdürlüğü) as its regional bodies. These museum directorates, in turn, have responsibility for a specific geographic area to protect listed heritage sites, conduct and monitor excavations, and manage the national museums and ruins (*ören yeri*) open to the public (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 730).

There are also several other institutions responsible for heritage management. While the general directorate of cultural heritage and museums is mainly responsible for pre-Islamic, i.e., prehistoric and classical Greek and Roman, heritage, the directorate general of foundations (Vakıflar Genel Müdürlüğü)³ manages Islamic and Ottoman heritage, mostly religious buildings (mosques and madrassas), but also historic urban architecture (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 731). It should be noted that many of the foundations that the directorate general of foundations oversees are not historical and have no connection with heritage.

³ A foundation (*vakıf* in Turkish; *waqf* or *wakf* in Arabic) is a Muslim endowment set up in the Seljuk and Ottoman periods, typically denoting a building or a land for religious or charitable purposes (T.C. BAŞBAKANLIK VAKIFLAR GENEL MÜDÜRLÜĞÜ, 2011).

Figure 1 Administrative framework of heritage protection in Turkey

Moreover, the Turkish grand national assembly (Türkiye Büyük Millet Meclisi) has authority over historic palaces, such as the Dolmabahçe and Yıldız palaces on the Bosphorus, as well as mansions and parliamentary buildings, many of which were founded in the early years of the Turkish Republic (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 731).⁴ The ministry of national defense (Millî Savunma Bakanlığı) also manages archaeological sites for protection within its own properties, military zones, and zones near national borders and areas having limited access for security reasons (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 731).

In order to monitor the conservation and restoration of listed archaeological sites, 34 regional conservation councils (Kültür Varlıklarını Koruma Bölge Kurulu Müdürlükleri) are responsible for the conservation of cultural heritage. These regional conservation councils are affiliated with, but independent from, the ministry of culture and tourism in their decision making. According to law no. 2863, regional conservation councils are responsible for “scientifically guiding the intervention in immovable cultural and

⁴ The department of national palaces, as a unit within the general secretariat of the Turkish grand national assembly (TBMM Genel Sekreterliği Milli Saraylar), has responsibility for the management of these buildings (TBMM MİLLÎ SARAYLAR, 2015).

natural property throughout the country.” They are specifically charged with “approving conservation or development interventions at listed sites” (law no. 2863, article 51, quoted in BONINI BARALDI et al., 2013, p. 731). The regional conservation councils consist of experts (archaeologists, natural scientists, city planners, and architects). These councils play a central role in designating principles for conservation and restoration on archaeological, historical, and natural sites and assisting the general directorate in implementing and evaluating the results (BONINI BARALDI et al., 2013, p. 730-731).

In particular, one of the duties of the regional conservation councils is to identify the physical boundaries of areas needing protection because of their cultural and natural properties. The resulting protected area is called *sit alanı* in Turkish. They also decide the uses and restrictions of the site, by imposing one of three degrees of protection. In areas designated as first-degree protected areas (*birinci derece sit alanı*), any activities that would affect the sites, except for archaeological excavations permitted by the general directorate of cultural heritage and museums, are strictly prohibited (ANTALYA İL KÜLTÜR VE TURİZM MÜDÜRLÜĞÜ, 2014). The classification as second-degree protected area (*ikinci derece sit alanı*) means the protected site area will include any building already in place before the local regional conservation council’s designation. In the second-degree protected areas, people can no longer construct new buildings. Local residential areas are usually designated as third-degree protected areas (*üçüncü derece sit alanı*). In these areas, locals can construct or modify any buildings on condition they have an official permit from the local regional conservation council (ANTALYA İL KÜLTÜR VE TURİZM MÜDÜRLÜĞÜ, 2014).

Thus, the regional conservation council’s site protection designation affects the everyday lives of local inhabitants living near or on archaeological sites. Moreover, protected areas are strictly controlled by the local museum directorates. When archaeologists conducting excavations at a site discover illegal land use by locals, they have to report it to the local museum directorate, who then fines those locals who violated the regulation.

Site excavations are also controlled by the general directorate under law no. 2863 (law no. 2863, articles 35-41). Archaeologists

who intend to carry out excavations in Turkey have to apply for a permit from the general directorate by December of the preceding year. The general directorate sends a government inspector to each excavation site. The inspectors, who are officials with an archaeological background working at the museum directorates, are not necessarily sent to neighbouring archaeological sites. Staying at the excavation site throughout the excavation period, the inspector writes reports on the excavation's progress to the general directorate of cultural heritage and museums. The inspectors are usually sent to different excavation sites every year, although they would come back to the same site every two to three years.

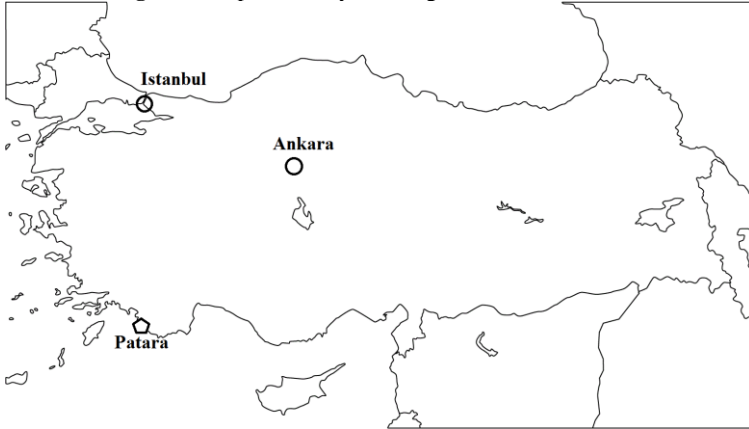
As previously mentioned, Turkish archaeological remains are owned and managed by the state as “heritage” under to law no. 2863. Within this legal and administrative framework, the Turkish government becomes part of the collaborative process producing heritage sites. In the following sections, I look at this as a cause of concern to archaeologists and locals in relation to the aforementioned legal and administrative framework, focusing on the case of Patara.

4. Commencement of Heritage Management and Tourism Development in Patara

The archaeological site of Patara, which flourished as a port city on the Mediterranean coast of western Anatolia, is located two km from the centre of a small village called Gelemiş, whose current population is approximately 950. In addition to the ancient city remains, Patara is also known for being an area of outstanding natural beauty and of great environmental importance. The 18 km sandy beach with large sand dunes is considered ecologically important as it is one of the nesting sites for loggerhead sea turtles (*Caretta caretta*) on the Mediterranean coast of Turkey. Due to their natural and cultural significance, the remains of the ancient city of Patara and its surrounding area are designated as special areas for environmental

protection (Özel Çevre Koruma Bölgesi) according to law no. 2872, on the environment (*Çevre Kanunu No. 2872*), implemented in 1990.

Figure 2 Map of Turkey showing the location of Patara



Archaeological evidence indicates that the first settlement at Patara was established in the early Bronze Age (IŞIK, 2011, p. 16-18). In antiquity, Patara was noted for its temple and oracle of Apollo⁵ by historians such as Herodotus (IŞIK, 2011, p. 18). During the second century B.C., the city formed a league with other Lycian city states, the Lycian League. In the Lycian League, Patara was one of the most powerful states, as it was a strategically important port on the Lycian coast (IŞIK, 2011, p. 19). The city maintained its status as a regional centre under the rule of the Roman and Byzantine empires (IŞIK, 2011, p. 22), and it continued to be important in early Christianity given that the Bishop of Patara represented Lycia at the ecumenical councils (IŞIK, 2011, p. 22). It is also known as the birthplace of St. Nicholas of Myra, the person upon whom the story of Father Christmas is believed to be based (IŞIK, 2011, p. 22).

⁵ Strabo wrote that the mythical founder of Patara is Patarus, a son of Apollo (IŞIK, 2011, p. 16).

Due to the Arab invasion of Anatolia and, later, the Black Death, Patara began to decline in the sixth century (IŞIK, 2011, p. 23). According to historical records, the city was considered to be abandoned by the sixteenth century (IŞIK, 2011, p. 24). In the eighteenth and nineteenth centuries, European travellers noted that the ruins were covered with sands and that there was no settlement except by nomadic people (*yörük* in Turkish), who camped at the site (YILMAZ, 1996, p. 8). These European accounts actually confirm the local accounts about the history of Gelemiş, as locals claim that their grandfathers came to Patara for winter grazing, while in summer they stayed in the meadows of the Elmalı district, about 35 km inland from the coast (YILMAZ, 1996, p. 8).

Covered with sand and bushes, the abandoned city ruins of Patara were almost untouched when archaeological excavation started in the late 1980s. Until the 1950s, nomadic people came to Patara in the winter months to graze their goats and sheep, leaving only small farming shelters near the site (IŞIK, 2011, p. 24). The development of the village of Gelemiş began when it became an administrative unit in 1961. The village was originally established by eight families who lived a semi-nomadic life between Patara and the meadows of the Elmalı district. They eventually settled in the newly established village, where they started greenhouse farming. These closely related families often distinguished themselves from “foreigners” (*yabancı*), meaning other Turks who settled in the Gelemiş area later on. With the introduction of greenhouse cultivation and, later, tourism, most villagers abandoned their semi-nomadic life-style. However, some older people still maintain their traditional seasonal migration. They stay in the meadows in Elmalı district in summer, where they grow fruit, such as apples and pears, and they return to Gelemiş in winter for the milder coastal climate (MORRISON and SELMAN, 1991, p. 119).

The management of the ruins of Patara began in the late 1970s, when Patara was registered as a protected archaeological site by the ministry of culture (YILMAZ, 1996, p. 15). In 1981, the site was divided into three zones by the regional conservation council of Antalya, differentiating between areas that contained ruins and residential areas. Zones A and B covered the central part of the ancient city of Patara, while Zone C included the village centre of

Gelemiş and part of the city's necropolis (YILMAZ, 1996, p. 17). In 1988, archaeologists from Akdeniz University in Antalya began excavations at Patara that continue today.

The number of tourists from Western Europe has increased since the early 1980s. Tourists were originally attracted to the beautiful beach, the climate, and the relatively low cost of visiting Turkey. This increase was also due, in part, to western media reporting on Patara's natural beauty (IŞIK, 2011, p. 24). Locals responded to this opportunity. In 1986, the first locally run guest house opened, and several others were developed in the following years (MORRISON and SELMAN, 1991, p. 118). The villagers initially financed the guest houses and hotels without outside investment. However, they gradually started to rent their rooms by signing contracts with European tour agencies. By the end of the 1980s, building development in the village had escalated, with many more inns, restaurants, and bars, often financed by people from outside the village (MORRISON and SELMAN, 1991, p. 118).

Tourists to the village concentrated on the sand beach for sunbathing and swimming, and the majority of the visitors went directly to the beach, walking across the ruins of ancient Patara. Some of the remains of Patara were even bulldozed during tourism development in the early 1980s (IŞIK, 2011, p. 115-117). Thinking that the rapid growth of the local tourism industry would result in the destruction of the archaeology site, the archaeologists working at Patara attempted to restrict the development of tourism, and in 1990, Fahri Işık, the director of the excavation team at that time, requested the government stop all new development in the village. In 1990, the archaeological site of Patara and surrounding areas, including its sand beach and dunes, became a special protected area. Moreover, Zone A was designated as a first-degree archaeological protected area, while Zone C (the village centre) became a third-degree archaeological protected area. Because of the archaeological significance of Patara, new development in the residential area of the village was also prohibited. Furthermore, with its recognition as a nesting site of sea turtles, the beach was also designated as a first-degree natural area (YILMAZ, 1996, p. 21).

Due to the implementation of these regulations, it became impossible for the villagers to expand their tourism business as they

wished. This resulted in strained relationships between the excavation team and villagers who wished to sell their lands to developers from outside the village. In the mid-1990s, archaeologists had several meetings with the villagers and the local governor of Antalya, but they were unable reach an agreement on balancing tourism development and the protection of the site of Patara. Havva Işık, who is the current director of the excavation team, told me that it was very difficult to establish good relations with the locals until the late 1990s, implying that some locals showed hostility to the archaeological team. In fact, excavation areas were burnt down in several arson attacks (see also IŞIK, 2011, p. 115). As a result of the attempts by the archaeologists to stop tourism development, the village remains almost the same as it was 25 years ago – a small village with rambling houses. Most of the guest houses, hotels, bars, and restaurants are locally run.

5. Changes in the relationship between archaeologists and locals since the 2000s

Both the villagers and the archaeologists working at Patara explained that the centralized heritage administration of Turkey complicated these conflicts. Villagers who wished to exploit their lands for the tourism industry became hostile to the excavation team, who had requested that the ministry of culture designate the village as a protected area and prohibit further development. Although archaeologists insist that state regulation for site protection is necessary to save the ancient remains of Patara from the risk of destruction by construction of new buildings, they also point out that the centralised heritage management system does not work effectively. For example, the excavation at Patara started in 1988, but archaeologists had first applied to the Ministry of Culture for an excavation permit in 1981 (IŞIK, 2011, p. 115). Each year for seven years, their application was rejected, causing a seven-year delay for the beginning of excavations. Archaeologists claim that Patara could

have remained untouched by the tourism industry had they received their permit earlier (IŞIK, 2011, p. 117).

The relationship between the archaeologists and the locals who expected benefits from the tourism industry gradually became less strained starting in the early 2000s. The current village head (*muhtar* in Turkish), who was elected in the early 2000s, has tried to foster a better relationship with the excavation team and to work for the protection of Patara.

Archaeologists working at Patara suggest that this new relationship is the result of progress made on the Patara excavations over 25 years, which has made the ancient ruins much more visible (compare Figure 3 and Figure 4) – uncovering the Mettius Modestus honorary arch, theatre, agora, temples, Lycian tombs and necropolis, Roman and medieval baths, Byzantine basilicas, and city walls – thereby made it easier for tourists as well as locals to see the value of the archaeological remains of Patara as “heritage”. Archaeologists emphasize that those results also helped to promote the local tourism industry.

Figure 3 The view of Patara from the theatre in the early 1990s



(Photo: Pamir Yılmaz)

Figure 4 The view of Patara from the theatre in 2012



(Photo: Author)

One notable example is the excavation and restoration of the Lycian League assembly hall, or *bouleuterion* (Figure 5). Because Patara was the capital city of the ancient Lycian League, archaeologists view the *bouleuterion* at the core of ancient Patara as particularly important. In addition to having archaeological significance, this discovery had symbolic significance for the Turkish state, which was now able to emphasize the role of Patara as the birthplace of the Western democratic system in European Enlightenment thinking.⁶ The Grand National assembly of Turkey decided to support the cost of the restoration of the *bouleuterion*. Given the centralized nature of the heritage administration system, as previously discussed, it is unusual for the Turkish Grand National assembly to be involved in the restoration work of an archaeological

⁶ For example, in his “De L’Esprit des Lois”, the French Enlightenment philosopher Montesquieu referred to the Lycian League as a perfect confederation republic (IŞIK, 2011, p. 66).

site. Arguably, for the Turkish parliament, the *bouleuterion* may be considered a political tool to proclaim that Turkey is the guardian of democracy (cf. SHOUP, 2006). The restoration work on the *bouleuterion* was completed in 2012, and the speaker of parliament attended its opening ceremony.

Figure 5 The restored *bouleuterion*, the assembly hall of the Lycian League



(Photo: Author)

As the remains of the ancient city emerged out of the sand, visitor facilities, such as a souvenir shop and toilets, were constructed. Information panels explaining the details of the site were also installed. As a result of this process, tourists gradually started visiting the ruins of Patara.

In parallel, the villagers started utilizing Patara as one of their tourism resources. The owners of the guest houses and hotels in the village established the Patara culture and tourism foundation (Patara Kültür ve Turizm Tanıtma Derneği) in 2012 to promote tourism in Patara to a broader public, and they published a brochure introducing Patara and the village. The members of the culture and tourism foundation also participated in various tourism fairs in Europe.

6. Constitution of the relationship among archaeology, different interest groups, and the material remains of the past

I have attempted to show how archaeological excavations and restorations aided in transforming the ancient city remains of Patara into a heritage site. It is worth noting here that the “collaboration” (TSING, 2005) between the villagers and archaeologists cannot simply be explained through the dichotomic view of heritage protection versus tourism. This is indicated in the ways in which the idea of protection is mobilised by locals and archaeologists. Archaeologists wanted protection in order to stop construction projects associated with tourism in Patara when they started excavation in the late 1980s. But for locals, heritage protection became an obstacle for promoting tourism in their village. However, as the excavations over the years made the ruins of Patara more visible, heritage protection provided a new avenue for tourism.

For the villagers, balancing development and protection of Patara as “heritage” is becoming more and more important. When I asked the village head, who himself runs a guest house and a hotel in the village, about the relationship between tourism and archaeology, he replied: “We have become accustomed to the situation that we cannot do what we want to do. Once accustomed, we started communicating with archaeologists.” Moreover, the villagers’ view on the village and its tourism development is changing, especially when they compare the promotion of tourism in Patara with that in neighbouring towns. Referring to Kalkan, a neighbouring town that saw rapid development as a tourist resort attracting international tourists, the village head said:

“Kalkan developed quickly, but this created problems. It used to be a small fishermen’s village. However, the villagers sold their lands to outside investors for the construction of holiday houses, and they are now employed by those outsiders. Looking at the situation in Kalkan, many of us, if not everyone, now think it much better to keep the village’s atmosphere as a small village” (Alif Otlu, personal communication, August 2014).

This attitude is also spelled out in the brochure published by the Patara culture and tourism foundation. The introduction says that, in the village,

life slows to a different pace where time can be forgotten and where visitors can quickly feel at home [...].

This small village, untouched by mass tourism is set in the foothills of the mountains, next to a wonderful 18km sandy beach. Much of life here is geared around agriculture. Most of the locals have olive groves and fruit orchards, filled with tomatoes, cucumbers, aubergines, and peppers, and small plot of land on which they grow seasonal vegetables [...]. Clusters of traditional beehives can be found in the hills around the village, used for the production of delicious local honey (PATARA KÜLTÜR VE TURİZM TANITMA DERNEĞİ, 2014, p. 6).

Thus, for the locals, this “untouched-ness” of village life brought about by the restrictions on tourism development at Patara is now seen as something to be protected and carefully promoted.

Archaeologists also point out that tourism in the village is now supported by the progress of the excavations at Patara. Given that what is archaeologically important does not always attract the interest of the locals or the tourists, some of the archaeologists admit that the villagers are not necessarily interested in archaeology itself, but, rather, that they expect “discoveries” that will promote tourism in the village. However, when discussing the changing relationships between archaeologists and the villagers, one of the archaeologists said to me, “Over the last ten years, the relations with the villagers have changed from ‘hostile’ to ‘cooperative.’ It was the villagers, not us, who started showing friendship.” The shifting of local attitudes towards Patara, she adds, suggests that the villagers have started seeing the ruins as their “heritage” rather than “stones,” even though they focus on the site’s commercial aspects.

7. Conclusion

This paper has the case of the ancient city of Patara to show how archaeological excavations may change the relationship among local people, archaeologists, and the actual archaeological site. In the case study presented here, these changes have been influenced by the economic and political situation of the modern-day village of Patara, such as the increased competition in tourism with neighbouring towns, like Kalkan, and state support for the restoration of the *bouleuterion*. The attitudes of the residents towards the ruins of Patara have changed through time. This shows that the interests of the archaeologists and the interests of locals wanting to promote tourism have become intricately linked, rather than being in opposition to each other. In Patara, archaeology was initiated to stop tourism development. However, once the site became visible, the archaeological work actually worked to reinforce the local tourism industry. The value of the remains of the ancient city of Patara as “heritage” for the locals in modern-day Patara was generated through these interactions.

This case study suggests that heritage protection functions as part of a social process. The notion of protection forms the common ground for “collaborations” between these interest groups. Heritage protection was divisive in the sense that it was initially mobilised to criticise tourism development in Patara. However at the same time, heritage protection has connected these different communities because the site of Patara has helped preserve the village, and has now become an important resource for the local tourism industry.

Finally, the changing relationships between locals and archaeologists demonstrate that what affects their relationship is the material remains discovered through archaeological excavations. Heritage is constituted not only through interactions among different interest groups, but also through interactions between these groups of people and the material remains discovered by archaeologists.

Acknowledgements

The research was supported by JSPS KAKENHI Grant Number 26870789. I am particularly indebted to Pamir Yılmaz, Ünal Demirer, and Mehmet Tuncer for their support during my research about the excavations at Patara. I am also grateful to Prof. Havva Işık, head of the Patara excavation team, for providing information about the Patara archaeological site and excavations. Finally, I would like to thank Allison Bain and Réginald Auger and the participants in the session “What does Heritage Change? Case Studies in Archaeology” at the 2016 Association of Critical Heritage Studies Conference for their interest and their useful comments.

Bibliography

ANTALYA İL KÜLTÜR VE TURİZM MÜDÜRLÜĞÜ.
<http://www.antalyakulturturizm.gov.tr/TR,67605/sit-alanlari-koruma-ve-kullanma-kosullari.html>, 2014 (accessed on 24.10.2016).

APPADURAI, A. The past as a scarce resource. *Man* (N.S.), n. 16 (2), p. 201-219.1981

BARTU-CANDAN, A. Remembering a 9000 years old site: presenting Çatalhöyük. In : ÖZYÜREK, E. (ed.) *Politics of the Public Memory in Turkey*. Syracuse: Syracuse University Press, 2007, p. 70-94.

BENDIX, R. Heritage between economy and politics; an assessment from the perspective of cultural anthropology. SMITH, L. AKAGAWA, N. (eds.) *Intangible Heritage*. Oxford: Routledge, 2009, p.253-269.

BONINI BARALDI, S., SHOUP, D., and ZAN, L. Understanding cultural heritage in Turkey: institutional context and organizational

issues. *International Journal of Heritage Studies*. n. 19(7), p. 728-748, 2013.

BREGLIA, L. *Monumental Ambivalence: the Politics of Heritage*. Austin: University of Texas Press, 2006.

CLEERE, H. 2000. Introduction: the rationale of archaeological heritage management. In : CLEERE, H. (ed.) *Archaeological Heritage Management in the Modern World*. Oxford: Routledge, 1990, p. 1-19.

ELDEM, E. From blissful ignorance to anguished concern: Ottoman perceptions of antiquities, 1799–1869.” In Bahrani, Z.; Çelik, Z.; Eldem E. (eds) *Scramble for the Past: a Story of Archaeology in the Ottoman Empire, 1753–1914*. Istanbul: SALT, 2011, p. 282-329.

FOG OLWIG, K. The burden of heritage: claiming a place for a West Indian culture. *American Ethnologist*. n. 26 (2), p. 370-388, 1999.

GRAHAM, B., ASHWORTH, G., TUNBRIDGE, J. E. (eds.) *Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Place in Multicultural Societies*. London: Pluto Press, 2007.

HAMILAKIS Y. *The Nation and Its Ruins: Antiquity, Archaeology, and National Imagination in Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HANDLER, R. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

HARRISON, R. *Heritage*. London: Routledge, 2013.

HERZFELD, M. *A Place in History: Social and Monumental Time in a Cretan Town*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

IŞIK, F. “*Caput Gentis Lyciae*”: *Patara Lykia Soyunun Başkenti*. Istanbul: Scala Matbaacılık, 2011.

KEYDER Ç. The Consequences of the exchange of populations for Turkey. In : HIRSCHORN, R. (ed.) *Crossing the Aegean: an Appraisal of the 1923 Compulsory Population Exchange between Greece and Turkey*. New York: Berghahn, 2003, p. 39–52.

- KIRSCHENBLATT-GIMBLETT B. *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- LOWENTHAL, D. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MATHERS, C., DARVIL, T., LITTLE, B. J. (eds.) *Heritage of Value, Archaeology of Renown: Reshaping Archaeological Assessment and Significance*. Gainesville, FL: University Press of Florida, 2005.
- MESKELL, L. (ed.) *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham: Duke University Press, 2009.
- MESKELL, L., PELS, P. (eds.) *Embedding Ethics*. Oxford: Berg, 2005.
- MORRISON, P., SELMAN, P. Tourism and the environment: a case study from Turkey. *The Environmentalist*. n. 11(2) p. 113-129, 1991.
- ÖZDOĞAN, M. Ideology and archaeology in Turkey. In L. Meskell (ed.) *Archaeology under Fire: Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London: Routledge, 1998, p. 111-123.
- SHAW, W. M. K. *Possessors and Possessed: Museums, Archaeology, and the Visualization of History in the Late Ottoman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- SHOUP, D. Can archaeology build a dam?: sites and politics in Turkey's Southeast Anatolia Project. *Journal of Mediterranean Archaeology*. n. 19, p. 231-258, 2006.
- SMITH, L. *Archaeological Theory and the Politics of Culture*. London and New York: Routledge, 2004.
- _____. *Uses of Heritage*. London and New York: Routledge, 2006.
- TSING, A. L. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

UNWTO Tourism Highlights, 2015 Edition. Madrid: World Tourism Organisation, 2015
<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416899>, (accessed on 25.07.2016).

T.C. KÜLTÜR VE TURİZM BAKANLIĞI. Kültür ve Tabiat Varlıklarını Koruma Kanunu No. 2863, 1983.

<http://catab.kulturturizm.gov.tr/Eklenti/38041,2863-sayili-kultur-ve-tabiati-varliklarini-koruma-kanunu-.pdf?0>, (accessed on 16.11.2017).

T.C. KÜLTÜR VARLIKLAR VE MÜZELER GENEL MÜDÜRLÜĞÜ. Kültür Varlıklarını Koruma Bölge Kurulu Müdürlükleri, 2013.
<http://www.kulturvarliklari.gov.tr/TR,43078/kultur-varliklarini-koruma-bolge-kurulu-mudurlukleri.html>, (accessed on 12.07.2016).

T.C. BAŞBAKANLIK VAKIFLAR GENEL MÜDÜRLÜĞÜ T.C. Başbakanlık Vakıflar Genel Müdürlüğü Tarihte vakıflar, 2011.
<http://www.vgm.gov.tr/sayfa.asp x?Id=3> (accessed on 10.07.2016).

TBMM MİLLÎ SARAYLAR. TBMM Genel Sekreterliği (Milli Saraylar), 2015.
<http://www.millisaraylar.gov.tr/portalmain/Management.aspx> (accessed on 12.11.2016).

YILMAZ, P. Koruma Yasalarımız ve Patara Antik Kenti, unpublished Master's thesis submitted to Akdeniz University, 1996.

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

MIEUX CONNAÎTRE LE NDAKINNA : LA CONTRIBUTION DE L'ARCHÉOLOGIE COLLABORATIVE AU PROCESSUS D’AFFIRMATION TERRITORIALE DE LA NATION ABÉNAKISE

*Conhecer melhor o Nda kinna: a contribuição da
arqueologia colaborativa no processo de afirmação
territorial da Nação Abénakise*

Geneviève Treyvaud^{*}
Suzie O’Bomsawin^{**}
Marie-Ève Samson^{***}

RÉSUMÉ

Les Abénakis, « les gens du pays de l'aube » ou « ceux qui vivent au levant », forment la Première Nation algonquienne la plus au sud du Québec. Le Nda kinna est leur territoire ancestral. Pour les Abénakis, le territoire est un espace qui inclut l'occupation physique, l'utilisation des ressources et la culture. Cependant, les informations sur l'occupation humaine du Nda kinna sont méconnues. Depuis 1979, le Grand Conseil de la Nation Waban-Aki, mandaté par le Conseil des Abénakis d’Odanak et le Conseil des Abénakis de Wôlinak, a comme mission d’assurer un avenir à la Nation Abénakise. Par le biais d’études spécialisées le Grand Conseil de la Nation Waban-Aki s’assure de la défense des droits, des intérêts et de la préservation de la culture de la Nation.

Mots-clés: Abénakis; territoire; archéologie; culture; valorisation; gestion

* Archéologue au Grand Conseil de la Nation Waban-Aki.

E-mail: gtreyvaud@gcnwa.com

** Directrice du Bureau du Nda kinna au Grand Conseil de la Nation Waban-Aki.

*** Agente de recherche au Bureau du Nda kinna au Grand Conseil de la Nation Waban-Aki
Grand Conseil de la Nation Waban-Aki. 10175 Kolipao. Wôlinak, Québec, CANADA. G0X 1B0

ABSTRACT

The Ndakinna is the ancestral territory of the Abenaki. For Abenaki territory is a space which includes its occupation, resource use and culture. The Abenaki "People of the dawn" are Québec's southernmost Algonkian First Nation. However, information on the occupation of Ndakinna is poorly understood. Since 1979, the Grand Council of the Waban-Aki Nation (GCNWA), mandated by the Councils of the Abenakis of Odanak and Wôlinak, has as its mission the future of the Abenaki. In undertaking specialist studies, the GCNWA, defends the Nation's rights, interests and the preservation of their culture.

Keywords: Abenaki; territory; archaeology; culture; development; management

RESUMO

O povo Abénaki, “aqueles do país do sol nascente”, constitui a Primeira Nação algonquina localizada no Sul da província canadense do Quebec. Ndakinna é o território ancestral dos Abenakis. Eles consideram o território como um espaço incluindo a ocupação física, o uso dos recursos e a cultura. Os dados sobre a ocupação humana do Ndakinna permanecem, porém, pouco conhecidos. Desde 1979, o Grande Conselho da Nação Waban-Aki, habilitado pelo Conselho dos Abénakis de Odanak e o Conselho dos Abénakis de Wôlinak, tem como missão garantir o futuro da Nação Abénaki. Para este fim, o Grande Conselho usa estudos especializados para garantir a defesa dos direitos, dos interesses e a preservação da cultura da Nação.

Palavras-chave: Abenaki; territory; archaeology; culture; development; management

1. Introduction

Le Ndakinna (« Notre territoire » en langue abénakise) est le territoire ancestral des Abénakis. Pour les Abénakis, le territoire ne se limite pas à une dimension physique. Il inclut autant l'occupation physique, l'utilisation des ressources qu'une dimension culturelle. Cette dernière est axée notamment sur le bien-être, la spiritualité, le maintien de relations sociales entre les humains et aussi avec les non-

humains ainsi que la transmission de savoirs aux générations actuelles et futures (Clermont, 1980 ; Speck, 1998). Or, nous possédons très peu de connaissances sur la présence ancienne des Abénakis au Québec et sur l'occupation et l'utilisation du Ndakinna. Selon les sources historiques, la Confédération Wabanaki, « les gens du pays de l'aube » ou « ceux qui vivent au levant » regroupe les Premières Nations vivant sur un vaste territoire s'étendant de la côte de l'Atlantique incluant le Québec (Canada), le Maine et le Vermont (États-Unis). En général la communauté archéologique s'entend sur le fait qu'ils sont les descendants des peuples paléohistoriques du sylvicole (3000 AA à 1534 de notre ère) occupant cette région à l'arrivée des Européens au milieu du seizième siècle (figure 1). Les premiers récits historiques dressés par les Européens font état de familles abénakises qui vivaient en bourgades le long de cours d'eau l'été et se retiraient vers les forêts l'hiver. La Nation abénakise empruntait au rythme des saisons les réseaux hydrographiques situés entre la côte Atlantique et le fleuve Saint-Laurent afin de bénéficier de ressources naturelles diversifiées et de favoriser les échanges de biens avec d'autres groupes autochtones, ou encore avec les Européens. La Guerre du Roi Philippe en 1675 et 1676 provoque un exode des groupes abénakis du Maine et du Vermont vers le Québec. Certaines familles rejoignent les communautés abénakises du Québec et d'autres rejoignent les communautés malécites ou mi'kmaq. Au début du dix-huitième siècle et jusqu'à aujourd'hui, Odanak et Wôlinak, sur les rivières Saint-François et Bécancour deviennent les plus grands établissements abénakis dans le Nord-Est canadien (Calloway, 1994 ; Charland, 1964 ; Day, 1978 ; Treyvaud et Plourde, 2013, 2017).

Figure 1 Carte du territoire ancestral abénaki



© Luc Normandin/Musée des Abénakis

Depuis 1979, le Grand Conseil de la Nation Waban-Aki, mandaté par les deux Conseils des Abénakis d’Odanak et de Wôlinak, constitue une entité administrative qui offre certaines ressources et services pour répondre à des besoins communs des deux communautés. Sa mission est déclinée en trois volets : la représentation, le développement et l’administration. En 2013, dans une volonté d’affirmer la présence de la Nation sur le territoire et face à l’augmentation considérable des demandes de consultation adressées à la Nation, le Bureau du Ndinna a été créé. Avant sa création, les consultations et la gestion du territoire étaient gérées par les Conseils séparément, et ce de manière non systématique. Or, le nombre grandissant de consultations en lien avec le développement du territoire rendait de plus en plus ardue la défense des droits et intérêts de la Nation sur le Ndinna. Le Bureau du Ndinna est venu répondre à ce besoin en assumant un rôle de porte-parole en matière de questions territoriales ainsi que de défenseur et de promoteur des droits et des intérêts des Abénakis. Dans le contexte de création du Bureau, la recherche multidisciplinaire et collaborative,

tant sur les plans historique, archéologique, anthropologique qu'environnemental (biologie et foresterie), s'est imposée comme un outil privilégié pour acquérir les connaissances nécessaires à une gestion du territoire selon une approche abénaquise, et garantit dans le même temps une meilleure affirmation de la Nation sur le Ndakinna.

Il semblait ainsi tout naturel d'intégrer l'archéologie à ce processus, et ce, dès la création du Bureau du Ndakinna. Effectivement, plusieurs travaux archéologiques ont été effectués ou sont en cours de réalisation. Le projet « Fort Odanak : le passé revisité », « Wôlinak : La mission Saint-François Xavier (Musée des Abénaquis et Patrimoine canadien) » ainsi qu'une surveillance des travaux d'aménagement du territoire ont ainsi donné et génèrent encore des résultats archéologiques (TREYVAUD et PLOURDE, 2010, 2014, 2014, 2017). C'est pour cette raison que l'archéologue Geneviève Treyvaud et la directrice du Bureau du Ndakinna Suzie O'Bomsawin ont proposé d'intégrer l'ensemble des données archéologiques au projet général d'affirmation territoriale, de reconnaissance et de préservation du Ndakinna, qui est au cœur de la mission du Bureau du Ndakinna. Ce principe définit l'étendue du Ndakinna afin de permettre la protection et la promotion des droits et intérêts de la Nation dans un esprit de collaboration avec les différents intervenants présents sur son territoire, et ce, sans passer jusqu'alors par un processus judiciaire.

Dans cette perspective, les intervenants (biologiste, historien, géomaticien, archéologue et anthropologue) du Bureau du Ndakinna au GCNWA travaillent activement depuis mars 2013 à documenter et mieux comprendre l'utilisation et l'occupation du territoire de la Nation. Le Bureau du Ndakinna a d'abord mené une recherche historique sur la territorialité abénaquise qui a contribué à mieux cerner les limites du territoire. Puis, à partir de 2014, le Bureau a entrepris une étude sur l'utilisation et l'occupation contemporaine du Ndakinna afin de comprendre l'importance de faire perdurer un mode de vie abénaqui et de transmettre les savoirs associés au territoire pour la Nation. Cette étude a permis de mieux concevoir comment les Abénaquis se représentent le Ndakinna et comment ils font face aux nombreuses transformations qui s'y opèrent actuellement.

Les résultats archéologiques obtenus documentent quant à eux les établissements abénaquis et les ressources naturelles aux

périodes préhistoriques, de contact et historiques et caractérisent leurs changements à travers le temps en mesurant l'impact de l'arrivée des Européens sur le Ndakinna. Ces projets d'archéologie sont conçus en un partenariat entre différentes institutions d'enseignement supérieur (l'Institut National des Recherches Scientifiques (INRS), unité Eau Terre Environnement et l'Université Laval), le Grand Conseil de la Nation Waban-Aki, les Conseils des Abénakis de Wôlinak et d'Odanak et les membres de la Nation abénakise.

Le choix d'une approche multidisciplinaire et collaboratrice est pertinent parce qu'il permet de construire les connaissances tant sur des savoirs acquis dans un milieu universitaire qu'au sein de la Nation, à travers les savoirs et les expériences du territoire des Abénakis. Le bureau du Ndakinna se veut rassembleur en proposant d'une part la diffusion multidirectionnelle des connaissances et d'autre part la création d'activités de mobilisation telles que : la participation des membres, la diffusion et la coproduction de connaissances à l'intérieur de l'équipe de recherche et en dehors du milieu universitaire pour la Nation abénakise et le Musée des Abénakis.

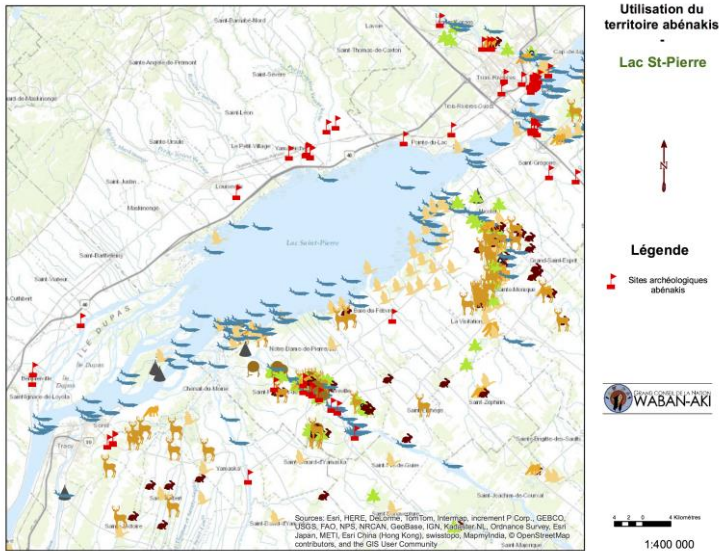
Les résultats des recherches entreprises par le Bureau du Ndakinna génèrent des données que les connaissances archéologiques viennent compléter afin d'obtenir un portrait de plus en plus représentatif de la présence abénakise au Québec. Cette perspective de collaboration entre différentes disciplines mobilise des connaissances de recherche multidisciplinaire (archéologie, environnement, anthropologie, etc.) et celles-ci sont non seulement destinées au milieu universitaire, mais aussi à la Nation abénakise. Elles ont le potentiel de produire des retombées tant sur les plans intellectuel et formatif que culturel, social et économique.

2. Retombées de l'approche collaborative et multidisciplinaire pour la Nation abénakise

Du point de vue de la Nation Abénakise, ces recherches multidisciplinaires en collaboration avec les communautés nous aident à réfléchir et à formaliser notre conception du Ndakinna. Cela permet de la valoriser dans les différents processus de consultation et de gestion territoriale dans lesquels le Bureau du Ndakinna est appelé à nous conseiller et nous représenter. Pour le Bureau, cette démarche collaborative et multidisciplinaire alliant savoirs abénakis et savoirs scientifiques nous permet de mieux documenter les changements dans l'accès aux ressources et au territoire ainsi que les conséquences de ces transformations rapides sur le mode de vie de la Nation.

Le cas du lac Saint-Pierre, une vaste étendue d'eau au cœur du Ndakinna reconnue pour sa biodiversité remarquable et fréquentée depuis des temps immémoriaux par la Nation pour ses activités traditionnelles, est particulièrement éloquent en ce sens (figure 2). Les données (environnementales, qualitatives, archéologiques et cartographiques) recueillies dans le cadre d'une étude sur deux ans ont rendu possible une meilleure description des changements environnementaux relatifs aux développements agricoles, industriels, commerciaux et urbains accrus autour du lac. Cette recherche nous a permis de réaliser, à l'échelle régionale, la portée des effets présents et futurs de ce développement sur les droits abénakis en termes de pêche, de chasse, de trappe et de cueillette. De plus, elle a aidé à comprendre et à communiquer la nécessité de prendre des mesures pour remédier au déclin de l'écosystème du lac.

Figure 2



Aperçu de données multidisciplinaires sur la pêche recueillies dans le cadre d'une étude au sein de la Nation au lac Saint-Pierre. Ces données servent à mieux comprendre l'utilisation et l'occupation du Ndaakinna. De plus, elles alimentent le processus d'affirmation territoriale et renforcent la capacité de la Nation à répondre adéquatement aux demandes de consultation sur son territoire.

© Les données d'habitat de la perchaude présentées sur la carte sont tirées de De la Chenelière et al. 2014 ©GCNWA.

Par ailleurs, cette étude a mené à l'émergence de résultats inattendus pertinents à notre compréhension de la territorialité abénakise contemporaine. Sachant que le lac est fortement anthropisé et ses berges se sont privatisées au fil des ans, nous n'anticipions pas que la Nation continue de se déplacer de manière régulière sur ce cours d'eau et ses affluents. Cette recherche a permis de valoriser et documenter les récits de déplacement de certains Abénakis et de retracer un réseau de circulation bien vivant, confirmé par les travaux

archéologiques et historiques, où les croisements de rivières sont également propices à la découverte d'anciens campements.

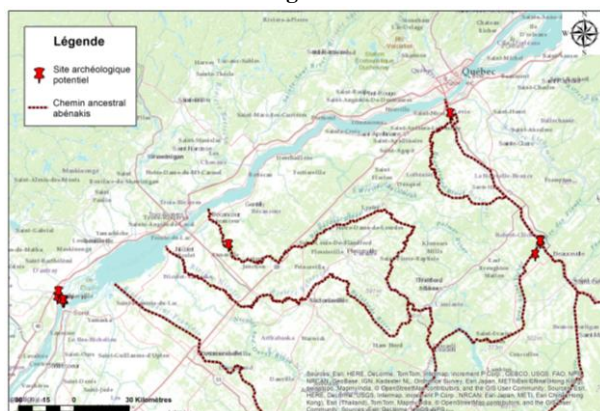
Grâce à cette approche, nous jouons un rôle actif dans la production du savoir à propos du passé et du présent de la Nation et nous pouvons cerner les éléments de rupture et de continuité dans l'histoire du territoire. À l'échelle locale et régionale, cette démarche nous permet à notre tour de tisser des collaborations et nous aspirons de plus en plus à assumer un rôle d'intendance et exercer un leadership environnemental positif. À ce titre, et en raison de nos expertises variées, la Nation est présentement représentée au sein de divers organismes de concertation (notamment les tables de concertation régionales du lac Saint-Pierre et de l'estuaire fluvial) en plus d'être membre de deux équipes de rétablissement d'espèces en péril (celle des cyprins et petits percidés ainsi que celle du bar rayé). L'acquisition de ces connaissances multidisciplinaires par des méthodes collaboratives est centrale à l'affirmation de notre présence sur le territoire. Elle a mené également, en collaboration avec les Bureaux Environnement et Terre d'Odanak et de Wôlinak, à une résolution des Conseils d'Odanak et de Wôlinak appelant à une action rapide pour le rétablissement de la perchaude au lac Saint-Pierre.

3. Les axes de déplacement sur le Ndakinna

Les travaux archéologiques réalisés depuis 2009 ont généré un ensemble de données permettant de reconstituer en partie les axes de déplacement utilisés par les Abénakis. Ces axes de circulation ont été retranscrits à partir des sources historiques, des cartes anciennes, des sources orales et des découvertes archéologiques. Les résultats présentés sous forme de carte sont un outil visuel significatif qui explique la gestion du territoire et démontre l'utilisation des voies d'eau comme moyen de communication. Ce réseau hydrographique donnait accès aux différentes ressources naturelles et fauniques disponibles sur le territoire ainsi qu'au réseau est-ouest de la vallée du Saint-Laurent qui permettait de réaliser des échanges avec les

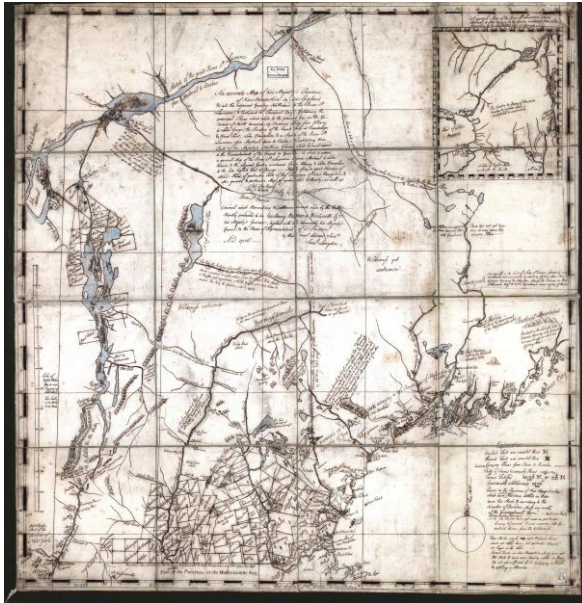
Premières Nations situées au nord et à l'ouest de la vallée (figures 3 et 4).

Figure 3



Carte des axes de déplacement reconstitués à partir des données archéologiques, des sources orales, des sources historiques et des cartes anciennes.

© GCNWA

Figure 4

Carte de Samuel Langdon ; Joseph Blanchard, 1756 Description manuscrite du sud de la Nouvelle-France incluant la rivière chaudière, Saint-Francois, Magog, avec les lacs, rivières et portages ; état du Maine, New-Hampshire, Vermont, New-York.

© Vermont State Maps - On Line Database www.old-maps.com. Cette carte présente plusieurs portages empruntés par les Abénakis. Plusieurs informations provenant de cette carte ont servi à l'édition de la carte des axes de déplacement.

4. Plan de formation et de mentorat

L'équipe du Bureau du Ndakinna est composée de professionnels-chercheurs en début et milieu de carrière qui ont déjà une expérience significative en matière de formation d'étudiants et de

stagiaires. Le partenariat et l'intégration de membres de communautés des Premières Nations à des projets de recherche sont de mises dans l'ensemble des programmes chapeautés par le GCNWA. Les étudiants, les stagiaires et les membres qui participent ont la possibilité d'avoir une formation multidisciplinaire théorique et pratique. Ils ont accès à un ensemble d'équipements, laboratoires, terrains et infrastructures diverses. Ils sont appelés à participer tant à des congrès scientifiques qu'à des présentations et à des formations publiques afin de discuter de l'avancée et des résultats des différents projets du Bureau du Ndadkina. La diffusion et le transfert de connaissance est un objectif important et permet de développer des aspects plus appliqués comme, en autres, la communication avec le public et les Membres des Premières Nations, qui garantissent une meilleure capacité d'intégration des étudiants dans divers milieux de travail.

Le musée des Abénakis (figure 5) joue un rôle important comme organisme responsable de la gestion des subventions, mais aussi comme acteur principal de la diffusion des résultats aux membres de la Nation abénakise et au public. Le Musée des Abénakis est le fer de lance des activités de la Société historique d'Odanak, un organisme à but non lucratif fondé en 1964 par le missionnaire Rémi Dolan dans le but d'assurer la promotion du développement culturel de la Nation abénakise et la conservation de ses traditions. « *La mission du Musée est d'engager et de développer un dialogue viable et constructif entre la culture abénakise et les membres de la communauté, ainsi qu'entre la culture autochtone et les visiteurs* »¹. Ce faisant, elle place au cœur des responsabilités du musée celle d'assurer la conservation et la transmission aux générations futures du savoir, du savoir-faire et des traditions de la Nation abénakise. En tant qu'outil au service des citoyens et visiteurs d'Odanak, de même que des habitants de la région du Centre-du-Québec, le Musée est à la fois un centre de diffusion de la culture abénakise, une voie d'accès pour les expositions autochtones venues de l'extérieur et un véhicule pour la présentation de projets non autochtones de la région. En assumant

1 Musée des Abénakis. museedesabenakis.ca/data/?page_id=161&lang=fr

ce triple rôle, le musée contribue de façon significative à la création d'une offre culturelle régionale originale et doit, par conséquent, travailler dans un esprit de partenariat avec les autres organismes culturels de la région. Présentés sous forme d'exposition, d'un Musée virtuel, d'un blogue et de capsules vidéo, les résultats des différents projets archéologiques sont diffusés et mis à jour au fur à mesure de l'avancement des travaux.

Figure 5



Le musée des Abénakis à Odanak situé dans le quadrilatère historique d'Odanak et à l'emplacement du site CaFe-7.

© Crédit Andre Gill, Société historique d'Odanak_9b Exposition permanente
- Crédit Studio du ruisseau © SMQ

5. Discussion, Les défis, l'influence et l'impact possible de la démarche

La réussite d'une approche multidisciplinaire et collaborative repose en bonne partie sur le processus de préparation. C'est le moment où les liens de partenariat, d'échange et de confiance se tissent. Le succès de ce processus garantit en bonne partie la réussite

du projet. Qu'ils soient d'ordre relationnel, logistique ou scientifique, les défis sont importants. Il est donc impératif de voir un tel projet sur le long terme. Les membres de l'équipe ont pris le temps d'échanger et de travailler avec les membres de la Nation à des projets tels que l'utilisation des ressources du lac Saint-Pierre, le Fort Odanak : le passé revisité, la Pointe du Moulin, Ulverton et l'Avenir des villages historiques Abénakis. Ils ont ainsi pu se sensibiliser, percevoir et connaître les différentes problématiques telles que la destruction de l'environnement, la disparition de certaines espèces animales, l'identification des sites archéologiques, l'érosion des sites côtiers, la mise en valeur des sites et des collections.

En ce moment, l'influence de notre collaboration prend plusieurs formes. La première concerne l'accessibilité pour la Nation abénakise à des partenariats entre le Bureau du Ndakinna et des spécialistes des institutions universitaires, des partenariats non seulement matériels mais qui reposent aussi sur le partage des connaissances entre les membres de la Nation abénakise et les unités de travail du Grand Conseil de la Nation Waban-Aki, dont le bureau du Ndakinna et ses différents partenaires. La seconde forme se situe au niveau de l'importance de la multidisciplinarité dans la compréhension des relations entre l'homme et son milieu ainsi que de l'impact de l'homme sur la nature et des conséquences sur les développements sociaux et technologiques de la Nation Waban-Aki. La troisième découle aussi de cette multidisciplinarité et situe l'archéologie dans un ensemble de connaissances qui permettent de faire sens du passé tout en collaborant à un projet collectif dans le présent, soit celui de l'affirmation territoriale, comme le relevaient McAnany et Rowe dans leur article paru en 2015 dans *Journal of Field Archaeology* (MCANANY & ROWE, 2015).

Nous percevons deux défis importants dont il faudra gérer les effets et les conséquences. Le premier concerne l'arrivée et la cohabitation à long terme des membres du Bureau et des partenaires dans une communauté. Un temps d'acclimatation est nécessaire à tous afin de bâtir et créer des échanges positifs. Le second est le clivage engendré par les résultats scientifiques et la perception du Ndakinna par les membres de la Nation. En effet, les interprétations scientifiques qu'elles soient archéologiques, environnementales, historiques ou anthropologiques peuvent être teintées soit d'une vue

euro-canadienne ou encore religieuse et différer ainsi des idées et des traditions orales véhiculées à travers le temps par les Abénakis. Toutefois, les discussions générées par ce clivage entre les membres du Bureau, les partenaires et les membres de la Nation apportent une vision dynamique du territoire pour les générations futures.

Le mandat du Département est de répondre aux demandes de consultations acheminées par différents promoteurs ainsi que de contribuer à l'affirmation du territoire ancestral des Abénakis. Pour répondre à ce mandat, l'approche du Bureau du Ndinakina repose sur un partenariat multidisciplinaire et collaboratif permettant de mettre en relation l'ensemble des résultats. La recherche est une activité importante du Bureau. Les données environnementales, les données archéologiques, historiques et anthropologiques résultant des différentes études scientifiques réalisées et les connaissances acquises par les travaux d'enquête et de terrain effectués par les intervenants du Bureau du Ndinakina au GCNWA permettant d'acquérir les connaissances nécessaires à une gestion durable et responsable du territoire ancestral : le Ndinakina.

Remerciements

Nous tenons à remercier Hugo Mailhot Couture et Alex B. Perreault du GCNWA pour l'aide à la production de cet article ainsi qu'aux membres de la Nation pour leur participation aux différents projets archéologiques mis en place depuis 2009. Il faut souligner le soutien permanent de l'équipe du Musée des Abénakis qui permet la réalisation des recherches archéologiques et la diffusion des résultats à la Nation abénakise et au public. Nos remerciements vont aussi au GCNWA et aux Conseils des Abénakis d'Odanak et de Wôlinak pour leurs appuis.

Bibliographie

Assemblée des Premières Nations Québec-Labrador – APNQL, 2014 : Protocole de CALLOWAY, Colin G. *The Western Abenakis of Vermont, 1600-1800*. Norman: Les Presses de l'Université d'Oklahoma, 1994.

CHARLAND, Thomas-M. *Histoire des Abénakis d'Odanak (1675-1937)*, Montréal: Éditions du Lévrier, 1964.

CLERMONT, N. 1980. Le contrat avec les animaux. Bestiaires sélectifs des Indiens nomades du Québec au moment du contact. *Recherches amérindiennes au Québec*, n. 10 (1-2) : 91-109.

DAY, Gordon M. Western Abenakis, IN Bruce G. TRIGGER (ed.), *Handbook of North American Indians, n. 15 Northeast*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1978, p. 148-159.

DE LA CHENELIÈRE, Veronik, BRODEUR Philippe & MINGELBIER Marc, Restauration des habitats du lac Saint-Pierre: un prérequis au rétablissement de la perchaude. *Le Naturaliste Canadien*, n. 128, p.50–62, 2014.

MCANANY Patricia A., & ROWE Sarah M., *Re-visiting the field: Collaborative archaeology as paradigm shift*. *Journal of Field Archaeology*, n. 40, p. 499-507, 2015.

SPECK, F. G., 1998 [1940; 1970]. *Penobscot Man*. Orono, Maine: University of Maine Press, 1998.

TREYVAUD, Geneviève & PLOURDE Michel. *Prospection archéologique, Odanak, 2010, Odanak*, Musée des Abénakis, rapport déposé au ministère de la Culture et des Communications du Québec, 2010.

TREYVAUD, Geneviève & PLOURDE Michel. *Odanak, fouilles archéologiques 2011-2012, Odanak*, Musée des Abénakis, rapport déposé au ministère de la Culture et des Communications du Québec, 2013.

TREYVAUD, Geneviève & PLOURDE Michel. *Odanak, fouilles archéologiques 2013*, *Odanak*, Musée des Abénakis, rapport déposé au ministère de la Culture et des Communications du Québec, 2014.

TREYVAUD, Geneviève & PLOURDE Michel. *Les Abénakis d'Odanak, un voyage archéologique*. Odanak, Québec : La Société historique d'Odanak, 2017.

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

CASE STUDIES IN LARGE-SCALE
ARCHAEOLOGICAL SITE CONSERVATION AND
MANAGEMENT IN CHINA: THE LIANGZHU, YIN
XU, AND HAN YANGLING SITES

*Estudos de caso sobre conservação e gestão de sítios
arqueológicos de grande escala na China: Os sítios
Liangzhu, Yin Xu e Han Yangling*

*Dongdong Wang**
*Shin'ichi Nakamura***

ABSTRACT

Conservation of what are termed large-scale archaeological sites in China has been undertaken since the turn of the twenty-first century due to increasing threats posed by natural disasters and urbanization, as well as the needs to display and utilize these archaeological sites. Changing administrative structures and new approaches to conserving and utilizing large-scale sites are attempting to address these threats and needs. This paper presents a classification of these large-scale sites, as well as three typical cases for a detailed discussion. Using published literature and field surveys, this study addresses two main issues. The first issue is how governmental agencies adjust current organizations and mechanisms in order to satisfy the social, ecological, and economic requirements of a project. The second issue is how governmental agencies identify the responsibilities of different stakeholders in relation to the conservation of archaeological sites within the context of local development.

Keywords: Chinese Large-Scale Archaeological Site; heritage site conservation; site management and mechanisms; stakeholders; local development

* Doctoral Student, Kanazawa University, Japan. 920-1192, Kakumamachi, Kanazawa City, Ishikawa Prefecture, Japan. E-mail: hereiswangdongdong@163.com

** Professor at Faculty of Letters, Institute of Human and Social Sciences, Kanazawa University, Japan. 920-1192, Kakumamachi, Kanazawa City, Ishikawa Prefecture, Japan.

RÉSUMÉ

Depuis le début du vingt-et-unième siècle, on a vu en Chine un développement de la conservation des sites archéologiques à grande échelle face aux menaces croissantes issues de l'urbanisation ou des catastrophes naturelles, mais aussi face au besoin d'exposer et d'utiliser les sites archéologiques. Pour répondre aux difficultés posées par ce défi, des changements de structures administratives ainsi que de nouvelles approches de conservation et d'utilisation des sites à grande échelle ont été mis en œuvre. Ce texte présente dans le détail la classification des cas typiques de ces sites à grande échelle. Puis, s'appuyant sur la littérature et des enquêtes de terrain, il cherche à résoudre deux questions fondamentales. Premièrement, de quelle manière les agences gouvernementales adaptent les organisations et mécanismes existants pour répondre aux exigences sociales, écologiques et économiques de ces projets ? Deuxièmement, comment identifier les responsabilités des différents acteurs dans la conservation de sites archéologiques dans des contextes de développement local ?

Mots-clés: sites archéologiques chinois à grande échelle; conservation des sites patrimoniaux; mécanismes de gestion des sites; intervenants; développement local

RESUMO

Desde o começo do século 21, a China desenvolve projetos de conservação de sítios arqueológicos em grande escala diante das ameaças ligadas à urbanização e às catástrofes naturais, bem como diante da necessidade de mostrar e usar os sítios arqueológicos. Para resolver as dificuldades encontradas, houve modificações de estruturas administrativas como desenvolvimento de novos meios de conservação e uso de sítios de grande escala. Este texto apresenta de forma detalhada a classificação dos casos típicos destes sítios. Apoiando-se na literatura como em pesquisas de campo, o texto tenta resolver duas interrogações fundamentais. A primeira, trata de entender a maneira cuja as agências governamentais adaptam as organizações e os mecanismos existentes para cumprir as exigências sociais, econômicas e ecológicas destes projetos. A segunda, procura esclarecer como identificar as responsabilidades dos diferentes atores na conservação de sítios arqueológicos em contextos de desenvolvimento local.

Palavras-chave: sítios arqueológicos chineses em grande escala; conservação dos sítios patrimoniais; mecanismos de gestão dos sítios; partes interessadas; desenvolvimento local

1. Introduction

The term large-scale archaeological site here refers to large and significant ancient ruins. More than 500 of such sites in China urgently need protection from increasing natural disasters and encroaching urbanization. They also require proper interpretive displays so that they can be used as cultural resources (State Administration of Cultural Heritage and State Ministry of Finance, 2006).¹ The Chinese national government implemented its programme of Chinese Large-Scale Archaeological Site Conservation (hereafter CLASC) at the turn of the twenty-first century. In doing so, the government increased its efforts to promote archaeological conservation, management, and site displays, while also improving urban construction and people's standard of living. This programme is an attempt at sustainable development that integrates ecological, social, and economic benefits.

In 2005, the State Ministry of Finance established special funds for the conservation of large-scale sites and other valuable cultural relics (objects and monuments). It planned to offer 2 billion yuan (approx. 300 million USD) for the CLASC programme during the National 11th Five-Year Plan (2006–2010). In 2006, the State Administration of Cultural Heritage and the State Ministry of Finance promoted the *Master Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 11th Five-Year Plan (2006–2010)*. It pointed out the preliminary requirements of establishing management systems and compiling conservation regulations and plans, including guidelines for building archaeological parks. It identified and listed the first 100 large-scale archaeological sites and the first 12 national archaeological site parks. In 2013, these two administrations created the *Special Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 12th Five-Year Plan (2011–2015)*, which failed to mention the exact amount of funds allocated, but continued to implement the projects. It added more 50

¹ Chinese names and titles are given in English translation throughout (translations by author when official translations are unavailable).

sites to the list and included plans to build more 12 site parks. The mid-term evaluation was carried out in 2013, suggesting the ongoing implementation of the CLASC programme by the national government. In late 2016, the State Administration of Cultural Heritage proposed the *Special Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 13th Five Year Plan (2016–2020)*. It continues to promote the CLASC programme in order to develop local economies and to promote cultural interpretation. It includes clear requirements for improving the displays and services offered at large-scale sites. Furthermore, it states that the CLASC programme should coordinate with regional cultural heritage frameworks, which can address projects at the local level. Thus, these projects could become responsible for improving cultural functions in cities.

The CLASC programme has spanned three different five-year plans, with interesting results. The content of the programs is now more nuanced, with precise numbers, site names, and areas of focus. Meanwhile, the number of large-scale sites and national archaeological site parks is increasing, and as a result, the protective coverage is broader in scope. However, other than research on the theory and practice of large-scale archaeological site conservation, detailed information related to adjusting the management system and integrating stakeholders remains insufficient (MENG, 2012). CLASC as a new approach poses many challenges to current management organizations and mechanisms, which also influences the stakeholders' considerations. Can the general management system adapt to the new requirements of CLASC? Are there any adjustments required by the newly identified organizational issues? How should the preservation of significant sites be dealt with while balancing the residents' livelihoods and the entire area's development? Several areas need improvement based on this study's evaluation of current conditions.

This study examined published documents about the CLASC programme and then conducted field surveys. From July 26–September 26, 2014, I surveyed the selected sites featured in this paper (Figure 1). Some local residents were interviewed using a questionnaire, and a judgment-sampling approach was used to conduct semi-structured interview with administrators, managers,

archaeologists, some villagers, and related persons. Some respondents had already been pre-determined, and questions were prepared for the fixed-research questions. In the field studies, the questionnaires were anonymous, and the interviewees used an assumed name with permission.

Figure 1 Map of China featuring sites mentioned



2. *Research Issues*

As the CLASC programme has grown, five different aspects of planning have improved. First, both national and local governments have enacted various laws and regulations to normalize conservation and management, such as the *Regulations on Special Funds for Large-Scale Archaeological Site Conservation* (2005), the *Regulations on the National Archaeological Site Park (Trial)* (2009), and the *Specification for Conservation Plan of Large-Scale Archaeological Sites* (2016). Second, more organizations related to

research, planning, and management of significant sites are actively participating in conservation planning to ensure proper implementation. This participation has resulted in the *Master Plan for Anyang Yin Xu Site Conservation* (2002)² and the *Master Plan for Hangzhou Liangzhu Site Conservation* (2013). Third, management organizations and mechanisms are continually adjusted and improved. One example is the establishment of comprehensive and enterprise-oriented institutions, such as the Liangzhu Site District Management Committee and the Xi'an Qujiang Daming Palace National Archaeological Site Park Management Co., Ltd. Four, the State Administration of Cultural Heritage has already held many forums for related staff to discuss their experiences, share achievements, and promote the CLASC programme. Forums held at Xi'an, Liangzhu, Jingzhou, and Luoyang highlighted many new concepts. Finally, citizens' awareness of archaeological site conservation is increasing. In the 2013 case of "Fuzhou Subway Construction Meets Archaeological Sites," the increasing local demands for the protection of the 2200-year-old Minyue City Ruins resulted in their preservation. In that specific case, site protection won out over the construction project.

However, serious issues have emerged in the process of the implementation of CLASC, and many challenges remain. For instance, only a small number of sites are regulated, and most conservation plans have not yet been implemented. Some sites lack a management organization and dedicated staff, and the rank of their management organizations is too low to be effective. Funding (shared equally by the national and local governments) is limited and is affected by local economic inequality. Finally, there are frequent conflicts with local residents. For example, at the Yin Xu site, several rows of houses were constructed within the site buffer zone without permission in 2014. The participation of local residents in site conservation is still low, such as the limited activities held at the Han Yangling site.

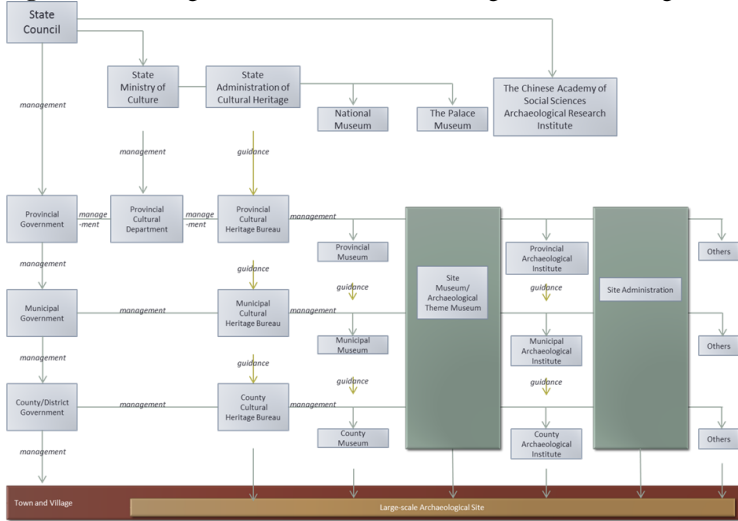
² These master plans are not published but available for consultation at the Cultural Relics Bureau, Management Organization and other related organizations.

In the following discussion, this paper makes some suggestions for solving these issues. In the following section, the sites are classified by the type of site conservation and management, and the characteristics and the specific problems of each type are outlined. Next, potential adjustments to the management systems are identified. Finally, the responsibilities of related stakeholders are clarified in order to ensure the conservation of archaeological sites during development. Case studies are used to illustrate each of these aspects.

3. The Classification of CLASC

CLASC is an elaborate system, including different levels of government, the Cultural Relics Bureau, public institutions, enterprises, and social organizations. Archaeological Research Institutes and museums are also involved in the excavation and display of sites (Figure 2). The three levels of government are the national, provincial, and municipal/county levels. The municipal/county level is often the primary manager of sites and is directed by the provincial and national managements. When sites are managed at the municipal/county level, they have less capacity for site conservation. Challenges may include understaffing, lack of funds, and mismanagement. Site management can also vary among regions, given the number and relative importance of archaeological sites. But some cities and counties do not even have government departments for this. All of these factors limit the development of CLASC.

Figure 2 The management structure for Chinese large-scale archaeological sites



There are three types of management organizations: government administrations, public institutions (including local site administrations and site museums), and state-owned enterprises.

Sites under the authority of government administrations implement policies and coordinate with other departments. They have some autonomy to transfer the ownership of cultural relics, decide on the use of funds, and decide on site operations. Site conservation is an important goal, and the outcomes for these projects are primarily education and public benefit. This management type is assigned to sites considered to be high calibre or of significant national importance due to their complexity in their surrounding environments (LIU, 2012, p. 211).

Public institutions, such as site administrations and site museums, are government organizations and do not have direct administrative powers. Their site management follows and implements policies rather than shaping them. Coordination with other departments is difficult due to their low rank. They do have some autonomy on how funds are used and on their site management practices, but they do not own on-site cultural relics and cannot

transfer their ownership. This management type works best for cultural relics of high quality and is relatively easy to implement (LIU, 2012, p. 213-214).

Sites run by enterprises have no administrative power and must follow and implement government policies and regulations. Coordination with other departments is challenging, although they have some autonomy on how funds are allocated. Their primary purpose is to generate and maximize revenue based on the cultural, environmental, and economic value of the sites. Site conservation and outcomes for the general public are not necessarily in their mandates. This management type is used for cultural relics and sites of medium quality and importance that are easy to conserve (LIU, 2012, p. 216).

All three types have their advantages and disadvantages. Sites administered by the government are highly ranked and have the advantage of focusing on site conservation while also balancing economic development. However, the establishment of new administrations at this level are impossible. Most sites are classified as public institutions, and there are two different sub-types. They could achieve the basic goals of site conservation, but it remains difficult to achieve other CLASC goals due to their low rank. Enterprise management comes with some risks, as conservation is not a priority. This type will not be discussed any further in this paper. The following case studies will present one example of government administration and two examples of publicly managed institutions.

4. Case Studies from the CLASC programme

To examine the CLASC programme, I used three different but typical large-scale sites—Liangzhu, Yin Xu, and Han Yangling—as case studies. During my analysis of site management, conservation, exhibits, and site use, various issues arose, which will be outlined in the following discussion.

4.1. Liangzhu

The Liangzhu site is located in Hangzhou City, downstream from the Yangtze river, and dates to the Neolithic period. The ancient city of Liangzhu is located in the current villages of Daguanshan and Changming, in the town of Pingyao. The archaeological research on Liangzhu includes the origin of rice paddy agriculture, ideology, and jade technology.

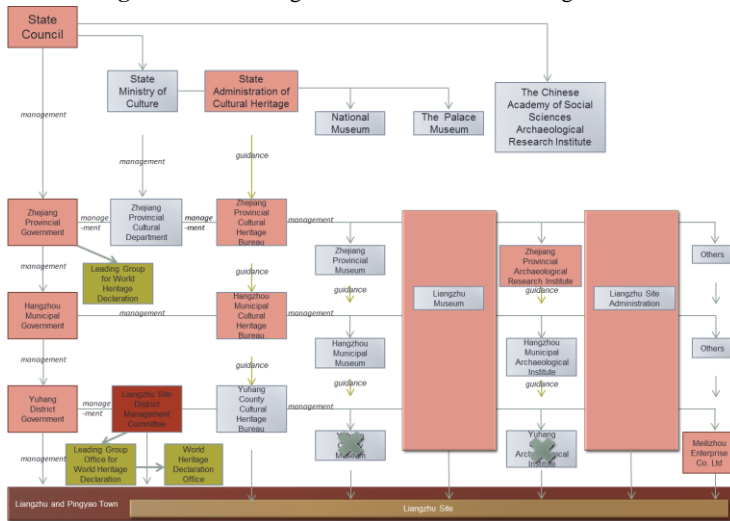
4.1.1. Management System

The Hangzhou Liangzhu Site Administration was established in 1987 and transferred to the Liangzhu Site District Management Committee in 2001. The Liangzhu Committee and all the affiliated institutions — the Liangzhu Site Administration, the Liangzhu Museum, and Meilizhou Enterprise Co. Ltd. — collaborated to ensure the protection of the Liangzhu site, established a National Archaeological Site Park, and applied for UNESCO World Heritage status (Figure 3). The development of the Liangzhu ruins as a heritage resource is relatively recent, following the creation of Meilizhou Enterprise Co. Ltd. in 2010. Three subsidiary corporations direct three different projects: Hangzhou Liangzhu Jade Culture Creative Industry is responsible for jade design and research on jade; Hangzhou Meilizhou Management Company is responsible for the management of Meilizhou Gardens, which surround the museum and the National Archaeological Site Park; and Hangzhou Creative Liangzhu Art Company is responsible for the interpretive displays at the Liangzhu site.

The Liangzhu Committee is a new department, outside the regular organizational system of Chinese cultural relics conservation and management, and it affords the site its rare government administration management mechanism. The establishment of such a new organization has brought both advantages and challenges. When compared with public organizations, the Liangzhu Committee has more functions and power in law enforcement. Thus, conservation efforts are efficient, which is seen in the implementation of legislation and cooperation with other departments. For instance, land transfer to create the sites was enacted smoothly; the committee rented land from

villagers and paid them an annual rent, which provides them with a stable income. The Liangzhu Committee is an example of how different levels of government and various organizations should cooperate. Without government management mechanisms, the organization cannot force the cooperation of all institutions.

Figure 3. The management structure of the Liangzhu site



Although the Liangzhu Committee is an effective management type, it is atypical of most large-scale sites. The popularization of this type should be based on specific conditions, such as sites that urgently need comprehensive management, as well as those that have development potential for the local economy. Problems may arise when site conservation is seen as conflicting with urban growth. Ideally, local development should be appropriately integrated into site maintenance.

4.1.2. Site Conservation and Protection

The Hangzhou Municipal Garden ensures the daily protection of the site, including site security, monitoring, approval of new

construction projects, and law enforcement. Villages in the site area have organizations for further protection, and amateurs assist in conservation work. However, the ruins are directly protected by the Hangzhou Liangzhu Site Administration, which is undertaken by the Liangzhu Committee. The protection of the earthen ruins is challenging due to the high groundwater table and the high levels of rainfall in southern China. The monitoring system used is based on the requirements for World Heritage status. The Liangzhu Committee and the Zhejiang Provincial Archaeological Research Institute have created the Liangzhu Site Archaeology and Protection Center.

Available conservation measures include *Regulations on Liangzhu Site Protection and Management in Hangzhou City (2002, revised in 2013)* and *Master Plan for Hangzhou Liangzhu Site Conservation (2013)*. Given the sites' high ranking and management organization, the implementation of these plans faces few difficulties. Villages and factories were relocated from inside the ancient city of Liangzhu in preparation for its nomination for World Heritage status and the establishment of the National Archaeological Site Park. The Liangzhu Committee authorized this project, and it was undertaken by Meilizhou Enterprise Co. Ltd. This state-owned firm organized all relocations and dispensed funds for the compensation. About 600 residents in 3.5 square kilometres and 76 companies in 5.9 square kilometres resettled to two areas termed *nongjudian* (*tr.* residential). All the related farmland was rented by Meilizhou Enterprise Co. Ltd. for 50 years. Based on my interview with one manager, each relocated person was compensated for the lost revenue of 400 kg of rice/mu (approx. 667m²).

The funds for site conservation come from different levels of government, especially the local Yuhang District Government. In 2002–2004, the provincial, municipal, and district governments funded 13 million yuan/year (approx. 2 million USD), while in 2005–2006, they allocated 15 million yuan/year (approx. 2.3 million dollars USD). After 2007, the funding approach changed from a fixed-budget to funding specific preservation projects that were able to use the budget effectively. In addition, the Liangzhu Committee paid out 5 million yuan (approx. 760,000 USD) to locals in compensation in 2004.

4.1.3. Display and Interpretation

Since 2005, the remains of the Liangzhu site have been primarily exhibited in the Liangzhu Museum, which replaced the original Liangzhu Culture Museum, established in 1994 (Figures 4 and 5). Access to the museum and site are free and include public lectures. The Meilizhou Garden was built around the museum as a leisure area for citizens. One challenge is the fact that the location of the museum is outside of the Liangzhu site and the National Archaeological Site Park. The displays have been developed slowly over time, because great care has been taken to protect the earthen ruins before they went on display. Now parts of the northern, southern, and western walls of the ancient city of Liangzhu are presented to the public (Figures 6 and 7). A new project, called the Synthesis of Creative Liangzhu and operated by Meilizhou Enterprise Co. Ltd., will showcase the Liangzhu site using photos, videos, and other, more modern methods.

Figure 4 The Sandy Panorama Model and the Imagine Painting of the Liangzhu site



Figure 5 The courtyard of the Liangzhu Museum



Figure 6 The display at the excavation site of Liangzhu's northern wall



Figure 7 The panel at the excavation site of Liangzhu's northern wall



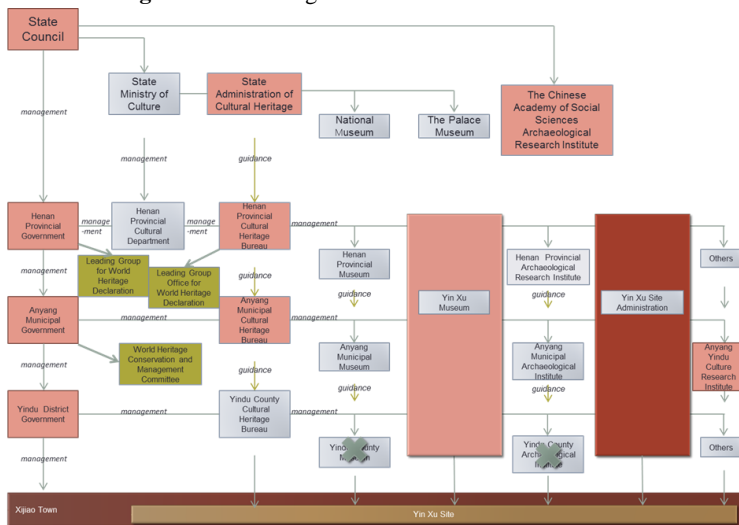
4.2. *Yin Xu*

Yin Xu was the capital of the middle and late Shang Dynasty. The Yin Xu site is located in the northwest of Anyang City. The core areas of the palace and the royal tombs are located separately, in the current villages of Xiaotun and Wuguan. The archaeological research conducted in Yin Xu focuses on oracle bones, primary state formation, and the creation and trade of bronze.

4.2.1. *Management System*

The management of the Yin Xu site began in 1932. Until the 1980s, two different management structures existed, one for the palace and the other one for the royal tombs. In 1995, the Anyang Municipal Government set up another structure in order to promote the site's protection, the primary purpose of which is fire prevention and site security. In 2008, these were all combined into the current Yin Xu Site Administration at the municipal level, to better integrate these resources (Figure 8). However, the rank of this site administration is low compared with some other sites.

Figure 8 The management structure of the Yin Xu site



This is a typical example of site administration in China. The management of Yin Xu was originally part of the Anyang Garden Bureau, starting in 1987; it was later transferred to the Anyang Tourist Bureau. After the declaration of its World Heritage status in 2006, it finally became part of the Anyang Cultural Relics Bureau. Therefore, most of the staff have no archaeological background. Their educational backgrounds are mainly in landscaping or tourism, and most of them consider Yin Xu to be a park and a tourist attraction rather than an archaeological site. The use of funds is limited to regular administration. The funding of Yin Xu is primarily derived from site-generated revenues, such as ticket sales, which account for 90% of the funding; the remaining 10% comes from government allocations (mainly from the municipal and district governments). Almost all funds are used for management and not for site development. Yindu District in Anyang City, where the Yin Xu site is located, is under economic development, and its population is increasing quickly, and as a result, the management system of Yin Xu site is currently facing many difficulties.

4.2.2. *Site Conservation and Protection*

The Security Safeguard Section in the Yin Xu Site Administration is in charge of protection of the site, but without the power of law enforcement. It conducts basic patrols and prevents illegal activities and can enforce penalties, but it cannot curb the site's destruction. As mentioned by the managers in the Yin Xu Administration, every village in the site area has protective organizations, which initially worked well, but are currently less effective due to weak organization. Therefore, the core area, containing the archaeological park, is well protected, but the buffer zone, where many villagers live, is not.

The Yin Xu Protection Monitoring Center is in charge of protecting the ruins. In conformity with the requirements of World Heritage status, a three-level (national, provincial, and local) monitoring system and a two-tier (national and provincial) inspection system have been established. Many approaches have been adopted in order to protect the ruins, including sealing off part of the original site, restoring part of the original architecture, and covering the ruins with tempered glass or using different materials to highlight the location of the ruins.

Many protection regulations and conservation plans have been written, such as *Regulations on the Yin Xu Protection and Management in Anyang City* (1982), *Regulations on the Yin Xu Protection and Management in Anyang City, Henan Province* (2001), and *Master Plan for Anyang Yin Xu Site Conservation* (2002). Their implementation is hampered by staff shortages and management problems. Three different relocation projects of villages and factories have been completed. During the first relocation, related to the application for World Heritage status, parts of Xiaotun and Huayuanzhuang villages were relocated. During the second relocation, only six or seven households in Xiaotun village were transferred. During the third relocation, related to the establishment of the National Archaeological Site Park, all remaining sections of Huayuanzhuang village and some further parts of Xiaotun village were resettled. Based on the questionnaire survey at Xiaotun and Huayuanzhuang villages, as well as WANG research (WANG, 2012) the residents are not satisfied with their new living areas or the

compensation offered, and they face stress about their future livelihoods.

The funds for site conservation come from both the national government and local governments. According to the *Regulations on Special Funds for Large-Scale Archaeological Site Conservation*, the national government provides some of the funds for site preservation and display, but the local governments are expected to provide funds as well. In both Anyang City and Yindu District, funds are lacking. The funds allocated for Yin Xu are limited to needs in the park, with no funds for local development.

4.2.3. Display and Interpretation

The Yin Xu Site Museum has been open since 2005. Before the nomination to the World Heritage List, the interpretive goal was to prove the authenticity and significance of Yin Xu to the public. However, challenges ensued during the creation of the museum. The Chinese Academy of Social Sciences Archaeological Research Institute and the Anyang Municipal Government administered the excavations and displays separately. The Archaeological Research Institute provided the museum content, while the Anyang Municipal Government provided the funds and the land to build the museum. Finally, a new model, called the “Anyang model,” was created (TANG, 2011). However, the success of this depended on two conditions. First, the Archaeological Research Institute provided the museum content for the public, but they reserved special rights to do research. Second, the local government had to find the means to extend the cooperation of the Archaeological Research Institute. The ruins displayed in the palace and ancient shrine area, as well as the royal tombs area, have been displayed in the same way for many years (Figures 9 and 10), and some restoration has taken place. Based on the results of the questionnaires for visitors conducted by the Yin Xu Administration, in which some visitors described the display as difficult to understand, a variety of methods to make the exhibition more participatory are being developed. For instance, archaeologists have suggested the creation of a “Yin and Shang Archaeological World,” with chariot pits, copper workshops, and bridges on the Huan river where visitors can learn about life during the Shang Dynasty.

The interpretation of Yin Xu culture was limited to displays of farmhouses (Figure 11), souvenir shops, and some cultural elements. As many factories were closed in Xiaotun in order to protect the ruins, the villagers turned to cultural industries based on local traditions. With the support of the local government, they established the Capital of Shang Media Company and arranged the *Performance of Shang* (Figure 12). Due to lack of funding, these performances came to an end. However, an interesting outcome of this project is the attempts by the government on behalf of the locals to find a job in the local community.

Figure 9 The ruins of the Yin Xu palace and ancient shrines



Figure 10 The ruins of the Yin Xu royal tombs

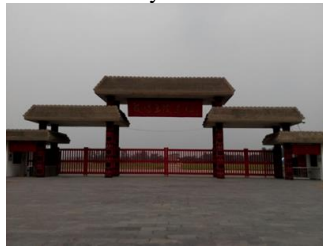


Figure 11 Display panel describing a Yin Xu Farmhouse



Figure 12 The *Performance of Shang* (Source: Used with permission from the Anyang Yindu Culture Research Institute)

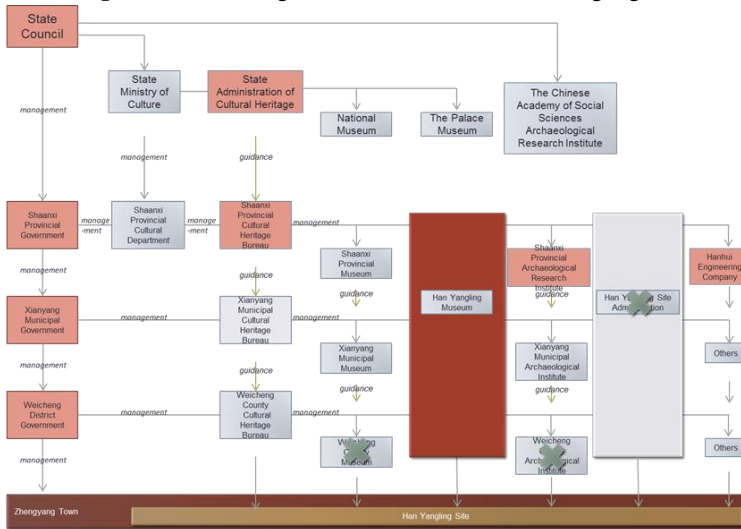


4.3. Han Yangling

Han Yangling is the graveyard of the sixth king and queen of the West Han Dynasty, located in the cities of Xianyang and Xi'an. The mausoleum is located on a small hill in the north of the Zhangjiawan and Hougou villages. The archaeological research on Han Yangling focuses on royal funerary rituals and life during the West Han Dynasty.

4.3.1. Management System

The establishment of the Han Yangling Museum is unique in China. Before 1993, Han Yangling was managed by the Cultural Relics Management Office in Weicheng District. Then the management was transferred to the municipal level, but eventually it was given back to the district level because of conflicts with locals. In 1998, the Shaanxi Provincial Archaeological Research Institute established the Archaeological Exhibition Hall to display the excavated remains of the Han Yangling site. Management changed from the Shaanxi Provincial Archaeological Research Institute to a tourism company—the Han Yangling Tourism Development Co. Ltd.—and, finally, to the Han Yangling Site Museum, in 2009 (Figure 13). During each of these transfers, the primary purpose of the museum changed.

Figure 13 The management structure of the Han Yangling site

The site is entirely self-financed from ticket sales. In 2013, ticket sales generated 30 million yuan (approx. 4.6 million USD). This was used for site management and not for suggested local development. The management of Han Yangling Museum therefore does not satisfy the requirements of CLASC on the characteristic of local development.

4.3.2. Site Conservation and Protection

The Security Safeguard Department of the Han Yangling Museum protects the site without law enforcement and thus cooperates with local police. The Han Yangling Museum protects the ruins, which includes covering the original site with tempered glass, restoring parts of the architecture, and marking the location of the ruins with plants. Two regulatory documents exist. *Regulations on the Han and Tang Dynasties Mausoleum Protection and Management in Shaanxi Province* will soon be enacted, while *Master Plan for Han Yangling National Archaeological Site Park Conservation* was

finished in 2011. Some conservation projects have already started, such as land expropriation in the central area of Han Yangling. In 1999, the Shaanxi Provincial Cultural Relics Bureau expropriated the land and indemnified residents with a one-time compensation payment. Because the area used to be a plantation and few people lived there, conflicts between the interests of the residents and the protection of the ruins were minimal. Funds for conservation are administered from each level of government by applying for protection projects.

4.3.3. Display and Interpretation

The Archaeological Exhibition Hall shows the remains found at the Han Yangling site and houses additional exhibits. The Underground Museum highlights the many passages surrounding the King's tomb and funerary objects are left in place for display purposes. The south gate, east gate, Luoqing stone, and other ruins are open to the public (Figures 14 and 15). The methods used for protection and display at the Han Yangling site are quite advanced by Chinese standards. The excavated tomb passages have controlled temperature and humidity and allow visitors to see the structure of the tomb. Site development is concentrated within the site park. Visitors can participate in excavations or replicate figurines (Figures 16 and 17). Activities involving Han clothing and ceremonies are held at the south gate. The museum raised deer as a business at one point. An onsite restaurant closed due to lack of customers.

Figure 14 The inside display at the Han Yangling Museum



Figure 15 The restored south gate at Han Yangling



Figure 16 The Experience Zone at Han Yangling



Figure 17 The Experience Room at Han Yangling



5. Discussion and conclusions

Through a review of the literature, three main types of Chinese large-scale archaeological site conservation were identified: government-administered, publicly managed, and museum-administered. A case study analysis of one example of each type

identified specific challenges and solutions for each of these three types.

The first problem is related to the managerial structuring of these organizations. Most CLASC sites have traditionally had a simple and singular function, namely, to conserve archaeological sites that are deemed significant. This works well if conservation is the only goal of the management structure. This does not work when there are additional needs relating to interpretation, display, and local economic development; environmental considerations; and the impact on local residents. Some sites, such as the three case studied analyzed for this paper, have made adjustments to include these needs (Table 1).

Table 1 Comparison of the organization and mandates of the three case study sites

	Liangzhu	Yin Xu	Han Yangling
Organization	Liangzhu Site District Management Committee	Yin Xu Site Administration	Han Yangling Museum
Management System	-Local government -Higher rank and more functions	-Public institution -Lower rank and fewer functions	-Public institution -Lower rank and fewer functions
	Funding: government finances	Funding: ticket sales and local finances	Funding: ticket sales
Site Conservation and Protection	Protection regulations and plans	Protection regulations and plans	Protection regulations and plans
Display	Museum and park	Park (museum at the site)	Museum (in the park)
Site Interpretation	Culture -Local education	Culture and business -Performance	Culture -Ceremony -Public engagement activities
	Environment -Environmental reform	-Environment and business -Tourism -Agriculture	
	Business -Jade business: Meilizhou Enterprise -Modern villas and cultural village	Business -Souvenir shop -Nongjiale (local restaurant)	Business -Restaurant -Raising deer

Several sites have added new organizations to improve their CLASC, such as the Liangzhu Committee. However, new high-level committees cannot be implemented at many sites due to lack of economic and human resources and the additional difficulties of adjusting the original administrative system. Furthermore, whether the Liangzhu Committee will continue operating smoothly after the nomination to the World Heritage List remains to be determined.

Some sites combine and adjust existing organizations to become large-scale sites without changing the function and the rank of the site in a substantial way. The Han Yangling Museum is one example of such a situation that generally functions well. For example, there is a long-established archaeological park, the site conservation and displays are of good quality, and there are few conflicts about site protection, which is made easier because the mausoleum is underground. However, the Han Yangling Museum has not paid much attention to local development. Improving benefits to the local communities should be a goal for Han Yangling.

At times, dissolving previously existing organizations had a very negative influence on a CLASC. The Yin Xu case study is one example. Yin Xu adjusted its organizational structure in order to prepare for its nomination to the World Heritage List. During that period, to solve problems relating to relocation, conservation, and display construction, the Leading Group and its Office for World Heritage Declaration were established at the provincial level. Later, this group was dissolved, and the management of Yin Xu site was entirely transferred to the Yin Xu Site Administration, which is a public institution at the municipal level. This has resulted in many conflicts around the site, which are difficult to resolve. Yin Xu therefore needs to improve its management, and other sites should avoid this drawback.

Another issue is the varying responsibilities of different stakeholders, including administrators, archaeologists, and local residents, and their approaches to dealing with site conservation while also considering the inhabitants' livelihoods and local development (Table 2). If residents are being asked to forego their livelihood and relocate from their homes for the sake of an archaeological site, administrators and archaeologists should shoulder the responsibility for the residents' welfare as well as due compensation.

Table 2 Comparison of the opinions of the three different stakeholder groups

	Local Residents	Archaeologists	Cultural Administrators
Improve quality of living standards	-Self-employment	-Participate in creation of site conservation plan (balancing goals of site conservation and those of the local residents)	-Offer compensation for cultural relic protection -Improve basic infrastructures -Support local activities
Enhance cultural influence	-Free tickets/ discount tickets -Special opening day events	-Pay attention to displays and the utilization of sites - Provide presentations of archaeological sites -Conduct public engagement activities such as excavations that include the public	-Enhance local cultural education (especially that of primary and junior high school students) -Create new exhibits to connect ancient sites and contemporary populations
Achieve regional social and ecological benefits			-Adjust management organizations to upgrade ranks and expand functions -Cooperate with other departments to protect sites at the same time as protecting forests, farmlands, and waterways - Renovating houses need in rural areas -Find new ways protect CGAS: National archaeological site parks, etc.

Administrators have access to a variety of solutions. CLASC could solve problems and satisfy residents by offering to protect cultural relics at sites like the Liangzhu site, and by hiring and training residents in order to provide them with better incomes, and extending and improving local transportation beyond the Han Yangling site. Not just the economic value, but also the cultural and educational value of large-scale sites should be emphasized.

Publishing textbooks for elementary and middle school students in Yuhang District started in 2014 based on the Liangzhu site. This helps students learn about their hometowns and helps raise awareness about the importance of local heritage at a young age. Many media campaigns also covered the registration of Yin Xu on the World Heritage List. In future, new kinds of exhibitions, which make connections between the ancient site and contemporary people, as well as travelling exhibitions, should also be considered. These approaches should be regularly reviewed in order to evaluate their relevance. Furthermore, administrators cannot ignore the continuing needs relating to site conservation and protection. Covering the excavation area with reinforced glass at the Han Yangling site is an exemplary way to display and protect ruins, now popular at many sites. However, earthen ruins face other conservation and display challenges. The profiles of Liangzhu's ancient city wall on display for visitors are immersed in water for extended periods of time annually. Site conservation and protection should be important goals of the CLASC programme.

Archaeologists should be encouraged to participate in the creation of conservation plans. They also need to think about the display and utilization of sites beyond excavation and academic research. Live presentations conducted by archaeologists could be an interpretative option. Also, archaeologists need to cooperate with administrators to find better ways to conserve large-scale sites.

Local residents may also play active roles in enlivening the local culture. Communication about their priorities and self-employment opportunities should be encouraged. How to revive and improve upon previous ventures, such as the Capital of Shang Media Company, shops, and restaurants, should also be considered. Additional job training, such as foreign language classes, would not only improve the marketability of locals, but would also encourage local businesses to offer tailored tours for visitors.

In conclusion, the work of the CLASC programme is in its infancy. The results of theoretical studies of regulations and conservation programmes need to be applied in practice, and the various approaches to site conservation and use need to be continually renewed.

Bibliography

ANYANG MUNICIPAL GOVERNMENT.
《安阳市殷墟保护管理办法》 *Regulations on the Yin Xu Protection and Management in Anyang City* . 1982.

HANGZHOU MUNICIPAL GOVERNMENT.
《杭州市良渚遗址保护管理条例》 *Regulations on Liangzhu Site Protection and Management in Hangzhou City*. 2013.

HENAN PROVINCIAL GOVERNMENT.
《河南省安阳殷墟保护管理条例》 *Regulations on the Yin Xu Protection and Management in Anyang City, Henan Province*. 2001.

LIU Shijin, Chief Editor, LIN Jiabin & SU Yang, Deputy Editor.
《中国文化遗产事业发展报告》 *Chinese Cultural Heritage Career Development Report*. Beijing: Social Sciences Academic Press, 2012.

MENG, Xianmin (ed). 《大遗址保护理论与实践》 *Theory and Practice of Large-scale Archaeological Site Conservation*. Beijing: Science Press, 2012.

State Administration of Cultural Heritage.
《国家考古遗址公园管理办法（试行）》 *Regulations on the National Archaeological Site Park (Trial)* .2009. State Administration of Cultural Heritage, Editor.

_____. 《大遗址保护规划规范》 *Specification for Conservation Plan of Large-scale Archaeological Site*, 2015.11 enact, 2016.1 implement. Beijing: Cultural Relics Press.

State Administration of Cultural Heritage and State Ministry of Finance. 《大遗址保护专项经费管理办法》 *Regulations on Special Funds for Large-Scale Archaeological Site Conservation*. 2005. http://www.mof.gov.cn/zhengwuxinxi/caizhengwengao/caizhengbuwengao2005/caizhengbuwengao20058/200805/t20080525_42830.html, (accessed on 5.10.2017).

_____. 《“十一五”期间大遗址保护总体规划》 *Master Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 11th Five-Year Plan (2006-2010)*. 2006. http://www.ccsc.gov.cn/qwfb/200810/t20081029_4035464.html, (accessed on 5.10.2017).

_____. 《大遗址保护“十二五”专项规划》 *Special Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 12th Five-Year Plan (2011-2015)*. 2013. [Http://jkw.mof.gov.cn/zhengwuxinxi/zhengcefabu/201306/t20130617_925388.html](http://jkw.mof.gov.cn/zhengwuxinxi/zhengcefabu/201306/t20130617_925388.html), (accessed 5.10.2017).

_____. 《大遗址保护“十三五”专项规划》 *Special Plan for Large-Scale Archaeological Site Conservation during the National 13th Five Year Plan (2016-2020)*. 2016. http://www.ce.cn/culture/gd/201611/25/t20161125_18155651.shtml, (accessed on 5.10.2017).

TANG, Jigen 唐际根. 《河南安阳殷墟遗址》 Yin Xu Site in Anyang City, Henan Province, in 《中国大遗址保护调研报告（一）》 *Report on Chinese Large-scale Archaeological Site Conservation*, n. 1., edited by the CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES ARCHAEOLOGICAL RESEARCH INSTITUTE. Beijing: Science Press, 2011.

WANG, Li. 《殷墟遗址旅游景区开发进程中社区居民搬迁问题研究》 *Research on Community Residents Relocation in the Process of Yin Xu Site Tourist Attraction*. Master's Thesis. Chongqing, China: Southwest University, 2012.

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

CHANGING PERSPECTIVES ON RESPONSIBLE HERITAGE SITE MANAGEMENT: THE CASE OF LUXOR CITY, EGYPT

*Perspectivas em mudança sobre a gestão responsável
de sítios de patrimônio: o caso da Cidade de Luxor,
Egito*

*Eman Shokry Hesham**
*Inken Baller***

ABSTRACT

This paper aims to enhance critical awareness about the development of heritage site management, specifically focusing on archaeological sites and their adjacent communities in Egypt. To what extent does heritage site management assume responsibility for local communities? For their identity? And for tourism practices? This paper uses the heritage impact assessment tool developed by ICOMOS to assess the management systems and the heritage influence of the UNESCO World Heritage Site “Ancient Thebes with its Necropolis” on the modern-day city of Luxor, Egypt. This tool proposes a set of recommendations for local and national authorities to develop action plans that safeguard the living history of the area around the site. The results suggest ways in which the tool could be improved by enhancing mitigation strategies for tourism-related impacts and re-identifying the variables of Egyptian archaeological sites in order to develop more responsible models of local community identity and visitor awareness.

Keywords: heritage management plans; heritage impact assessment; World Heritage Site; mitigation strategies; Luxor City

* Doctoral student. Brandenburg University of Technology (BTU).
E-mail: heshama@b-tu.de

** Architect. Professor at Brandenburg University of Technology (BTU).

RÉSUMÉ

Ce texte a pour objectif de stimuler une conscientisation critique au sujet du développement du management de sites patrimoniaux, notamment dans le cas de sites archéologiques et de leurs communautés avoisinantes en Égypte. Jusqu'où le management de sites patrimoniaux agit-il de manière responsable vis-à-vis des communautés locales ? Pour leur identité ? Et par rapport au tourisme ? Ce texte se sert de l'outil d'évaluation d'impact du patrimoine développé par ICOMOS pour analyser les systèmes de gestion et l'influence du patrimoine du site du patrimoine mondial de l'UNESCO « la Thèbes antique et sa nécropole » sur la ville moderne de Louxor, en Égypte. Cet outil propose aux autorités locales et nationales un ensemble de recommandations visant à développer des plans d'action pour sauvegarder l'histoire vivante dans l'aire située autour du site. Les résultats de l'analyse suggèrent des manières d'améliorer l'outil en augmentant les stratégies d'atténuation des impacts liés au tourisme ainsi qu'en redéfinissant les variables des sites archéologiques égyptiens de manière à développer des modèles plus responsables en ce qui concerne l'identité des communautés locales et la conscientisation des visiteurs.

Mots-clés: plans de gestion du patrimoine; évaluation de l'impact du patrimoine; site du patrimoine mondial; stratégies d'atténuation; ville de Louxor

RESUMO

Este texto tem como objetivo estimular uma conscientização crítica em relação ao desenvolvimento da gestão de sítios patrimoniais, especialmente no caso de sítios arqueológicos e das comunidades vizinhas no Egito. Até onde a gestão de sítios patrimoniais age de forma responsável em relação as comunidades locais? Para a identidade destas comunidades? E para os turistas? Este texto usa a ferramenta de avaliação do impacto do patrimônio desenvolvido por ICOMOS, para analisar os sistemas de gestão e a influencia do sítio do patrimônio mundial da UNESCO “Tebas antiga e sua necrópole” sobre a cidade moderna de Luxor, no Egito. Esta ferramenta propõe às autoridades locais como nacionais um conjunto de recomendações destinadas a desenvolver planos de ação para salvar a historia viva localizada ao redor do sítio. Os resultados da análise sugerem meios de melhorar esta ferramenta aumentando as estratégias de mitigação dos impactos ligados ao turismo assim como definindo de novo as variáveis dos sítios arqueológicos egípcios de modo a desenvolver modelos mais responsáveis com respeito à identidade das comunidades locais e a conscientização dos visitantes.

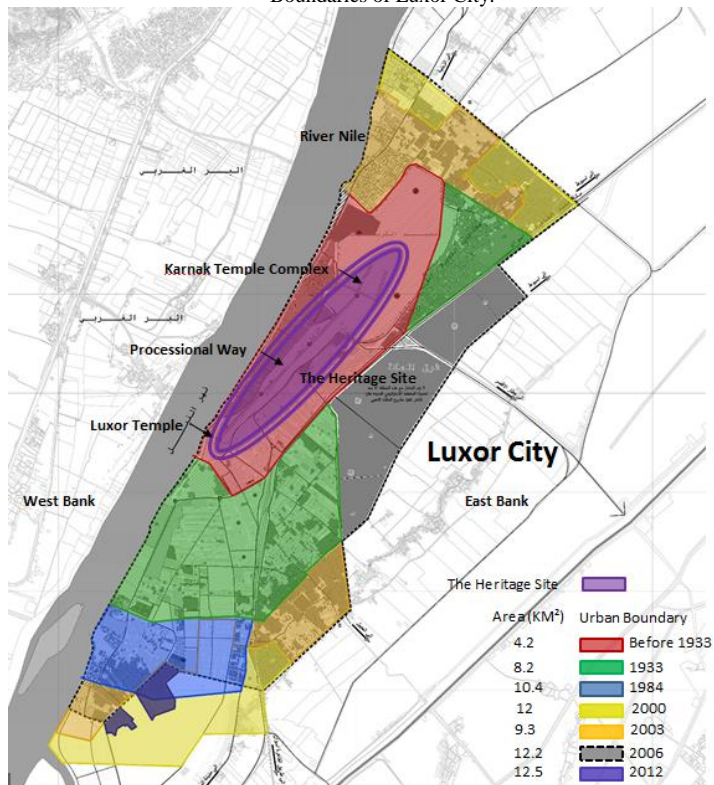
Palavras-chave: planos de gestão do patrimônio; avaliação do impacto do patrimônio; sítio do patrimônio mundial; estratégias de mitigação; cidade de Luxor

Introduction

The excavation of the accumulated mud that buried the ruins of Luxor Temple began in 1881. Several years later, foreign commissions for the excavation and study of the archaeological sites at Karnak and Luxor Temple were created. The subsequent influx of British tourists to the region began to change the nature of the villages surrounding the Luxor and Karnak Temples and mud houses built on the ruins were demolished. In 1886, the company Thomas Cook & Son inaugurated a line of Nile steamers travelling from Cairo to Aswan. In order to make the newly created town of Luxor suitable for European tourists, Thomas Cook & Son established some public services and urban improvement projects, restoring existing amenities and providing more for tourists. Since then, the city of Luxor (Figure 1) has faced social and economic challenges and has depended on tourism for its economic prosperity and public services. It has also relied on the foreign excavation missions to ensure the preservation of the archaeological sites and monuments.

Despite the importance of its heritage properties, the government of Egypt does not systematically integrate heritage impact assessment (HIA) tools in its planning process. This paper will examine the ongoing project titled the Comprehensive Development for the City of Luxor as a case study to which to apply a HIA. The focus area will be the east bank of Luxor City, which forms part of the World Heritage Site (WHS) “Ancient Thebes with its Necropolis,” listed as a UNESCO Heritage site in 1979. The HIA used here is the “Guidance on Heritage Impact Assessments for the Cultural Heritage Properties,” developed by the International Council on Monuments and Sites (commonly known as ICOMOS) in 2011 (ICOMOS 2011).

Figure 1 The Location of the Heritage Sites and the Expansion of Official Urban Boundaries of Luxor City.



Adapted by the author from WALMUJTAMA 'ĀT AL 'UMRANIYA 2015; GENERAL ORGANIZATION FOR PHYSICAL PLANNING 2005.

1. Luxor City, an overview

The UNESCO World Heritage Site “Ancient Thebes with its Necropolis,” one of six UNESCO-listed sites in Egypt, is located in the modern city of Luxor. This paper concerns a part of the WHS which is located on the east bank of the River Nile in Luxor City, Luxor Governorate. It contains Luxor Temple, the Karnak complex, and the avenue that connects them. The WHS covers an area of approximately 12.5 km², including the buffer zone in the east bank, and the modern-day population within that area is approximately 210,936 inhabitants (LUXOR GOVERNATE, 2017).

At the moment, Luxor City is a group of small villages built over the ruins of Luxor Temple, parts of the Karnak Temple complex and the sphinx-lined avenue. The main mosque, Abu el-Haggag, was built over the courtyard of Luxor Temple in the 13th century and is part of the contemporary city. It “represents a tradition of continuous worship at Luxor Temple for almost thirty-five centuries” (The Oriental Institute, 2014). The annual religious festival in Luxor, which celebrates the birth of Sheikh Yousuf Abu el-Haggag, represents the continuity of the ancient Egyptian festival of Opet, during which boats are paraded around Luxor Temple (for more about the Opet festival, see Wickett 2009).

1.1. Luxor City before the 19th century

A hill of some 15 metres, gradually built up from accumulated mud and rubbish, lay around and over the Luxor Temple area. Upon that, a small village had been built. Described “as not in a prosperous condition” (BUDGE, 1925: 384), the village of Luxor consisted of houses, huts, barracks, pigeon towers, and stables (SCIENCE, 1885:371) and the houses of “the English, American and Prussian consuls, each with its flagstaff and ensign” (EDWARDS, 1876:122), who were generally native Egyptians.

The clearance of the sites of Luxor and Karnak was begun in the early 1880s by Gaston Maspero (1885), and the inhabitants were compensated with money and land elsewhere. Excavations started in 1884–1885.

1.2. *The development of heritage site management*

The analysis of the heritage site management of the monuments, the local community, and visiting tourists are discussed in order to better understand the impact of management systems and strategies, not only on the heritage site, but also on the local community, from the 19th century to the present time.

1.2.1. *Heritage site management and antiquities*

The temples have been frequented by European tourists since the 19th century. At that time, the Rosetta Stone was decoded, and the pioneering Egyptologists Jean-François Champollion and Karl Richard Lepsius began to record and publish their work (SULLIVAN, 2008). This attracted even more visitors to explore ancient Egypt.

In the first part of the 20th century, the first formal commission for the study and conservation of Karnak Temple was created. In the mid-20th century, the Egyptian Antiquities Service cleared part of the Processional Avenue (SULLIVAN, 2008). The Ministry of State for Antiquities is in charge of excavations to this day. Many international projects and missions were created, and current research includes studies on bas-reliefs; surveys in Luxor, such as the Centre franco-égyptien d'étude des temples de Karnak; the Karnak Hypostyle Hall Project; the Chicago Medieval Luxor Project; and University of Chicago's Epigraphic Survey.¹

Recent excavations in the area south of Karnak revealed structures containing industrial activities dating from the Roman and medieval periods (BORAİK, 2010: 49). Some other structures that were found during excavation were defined as settlements, which are rarely the focus of research excavations. For example, excavations revealed that the Temple of Akhenaten in Karnak was built on top of the remains of domestic structures dated to the Middle Kingdom (MILLET and MASSON, 2011). Other residential structures were

¹ A list of different missions, projects, and institutions at Karnak Temple is mentioned by Sullivan in her publication *Digital Karnak: Introduction to the Temple of Karnak* (2008). Boraik, in his report *Sphinx Avenue Excavations: First Report* (2010), focused on the history of the excavations in the Processional Avenue area and Luxor Temple.

found in the area of Karnak dating to later periods, most of which were built with mud-brick.² These structures prove that the ancient areas on and around the Luxor and Karnak temples included not only religious sites, but also domestic and industrial sites.

One of the annual reports of the Chicago Medieval Luxor Project, published in 1986, commented on the excavation work of the early 19th century. It stated that “from 1881 until 1960, Luxor temple and processional way were cleared, which caused the destruction of the centre of the (current) city of Luxor, a mound of some 15 meters of archaeological evidence for the history of Luxor after the Pharaohs” (WHITCOMB and JOHNSON, 1986:31). The authors believe there is one area that still preserves some evidence of the ancient town, located along the Nile River near the pylons of Luxor Temple.

1.2.2. Heritage site management and the community

After the late 19th and early 20th centuries, when the inhabitants within Luxor Temple were expropriated, amenities for tourists were established within a few years. These included a post office, a bank, a telegraph office, tennis courts, sporting clubs, and “many other necessities for civilized life” (HUMPHREYS, 2011). Not only services for tourists, but also services for locals were considered. As proudly mentioned by Sir Budge in his 1925 *Cook’s Handbook for Egypt and the Egyptian Sudan*, “quite early in the history of the modern development of Luxor, Mr. Cook founded a hospital, and hundreds of the sick and suffering gladly and promptly availed themselves of the medical assistance which he provided gratis. [...] The road along the river front was widened, and the quay built, and some other urban improvements” (BUDGE, 1925:385).

With the success of the Nile cruises, European wares began to fill the bazaars. The Sacred Lake in Karnak, a source of disease for

² The article “Karnak: Settlements,” by Millet and Masson (2011) is an excellent review of the excavations of the domestic structures found in Karnak from as early as the 18th Dynasty until the Third Intermediate Period. Millet and Masson claim that the research on the region around Thebes is insufficient and that the character of the town is far from understood. They argue for the necessity for further archaeological investigations.

locals, was infilled. In the following years, the local community also improved the town, including better homes and a new mosque. In 1921, the mosque's benefactors also built residences for poor and elderly members of the community (BUDGE 1925, 386). Thomas Cook's son John Mason Cook upgraded the river bank and encouraged local authorities to clean the streets and enhance road conditions. Budge (1925: 385) claims that Cook was called the "friend of the poor" and the "father of Luxor."

1.2.3. *Heritage site management and tourism*

Herodotus and Strabo claimed to have visited Thebes—the ancient name for the location of modern Luxor—and its "great number of temples" (SULLIVAN, 2008). However in later centuries, the importance and the meaning of Thebes and its temples seems to have been lost, until European visitors rediscovered Thebes. In 1799, Napoleon Bonaparte sponsored a scholarly mission to Egypt (SULLIVAN, 2008: 16) in order to catalogue the monuments of ancient and modern Egypt. The mission's work was published in a series of volumes titled *Description de l'Égypte* (Bednarski, 2005).



Figure 2 Main court yard of Luxor Temple, unknown date, probably 1870s.

Source: General Research Division, The New York Public Library.
<http://digitalcollections.nypl.org/items/510d47d9-4a72-a3d9-e040-e00a18064a99>

Figure 3 Luxor Temple and Brasserie Rohrmoser in 1909.



Source: <http://www.louxoregypte.fr> (Accessed 15.11.2016)
Photo courtesy Max Karkégi. <http://www.egyptedantan.com/>

The reputation of Luxor grew, both for its remarkable attraction and for its moderate climate in winter. Figures 2 and 3 shows the area in front of the courtyard in Luxor shortly after the expropriation of the villagers. A café for tourists (Figure 3) was built with a view of the whole temple. To keep up with the growing number of visitors, John M. Cook, whom Budge called “the great organizer of the tourist traffic,” first enlarged and later rebuilt the old Luxor Hotel, now Egypt’s oldest surviving hotel. He also built Karnak Hotel, the Grand Hotel, and the Savoy Hotel (HUMPRHEYS, 2015).

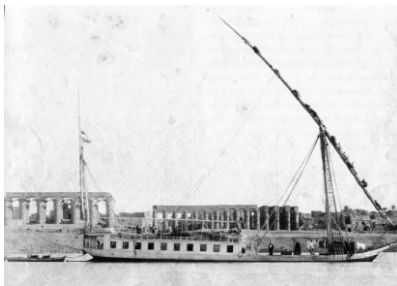


Figure 4 Dahabiya at Luxor in 1880.

Source: FERRI, 2008.

Dahabiya houseboats were the early means of travelling on the Nile from Cairo to Aswan, and Luxor was the ideal spot to stay en route. In 1886, Thomas Cook & Son introduced a new line of steamers, capable of transporting more people between Cairo and Aswan. This appealed to a wider clientele (SAAD, 2000; Humphreys, 2011). The *dahabiya* were still used for slow travellers who sought luxury and style, and who also complained occasionally about the enormous flow of tourists, calling them “Cookis” and “Cookesses” (HUMPHREYS, 2011).

Lessons learnt from observing and studying the development of heritage site management at Luxor

The renowned heritage of Luxor enjoyed international prominence, changing the nature of the local community in terms of its social networks, economic income, and urban infrastructure. Archaeological excavations and new means of transportation greatly influenced the flow of visitors. The public services of the small, rural town were adjusted accordingly to accommodate European tourists. These transformations had positive impacts on the local community because they improved living conditions and led to the creation of hospitals, public gardens, and waste management services, while also providing revenue from tourism. The new interest in ancient Egyptian monuments led to the demolition of many residential structures in the heart of the town. Archaeological excavations up to the first half of the 20th century focused on exposing the ancient remains of the site and disregarded the domestic structures of the medieval period. These medieval structures may have contributed to the site being considered by UNESCO Criterion V as an “outstanding example of a traditional human settlement and land-use” (THE CRITERIA FOR SELECTION, UNESCO 2016).

2. Using the Heritage Impact Assessment tool

In the light of the history of the city and the early management strategies that were undertaken to make Luxor suitable for tourists, the first master plans for the city, created in 1984 and 1993 did not address the problem of increasing urban encroachment on both arable land and the heritage site. Figure 1 indicates the continuous encroachment on arable land, which covers all the east bank of the Nile River outside the current official WHS boundaries. The ICOMOS HIA will be used to evaluate the latest update of the development plan in 2015.

Brief description of the Comprehensive Development Plan for the City of Luxor

The Comprehensive Development Plan for the City of Luxor (CDCL) is the latest development plan adopted by the Egyptian government. It includes development activities for the eastern and western banks of the Nile river at Luxor. The CDCL was first launched in 1996, in a partnership of the Ministry of Foreign Affairs of Egypt; the Ministry of Housing, Utilities and Urban Development; the Higher Council of Luxor City; and the United Nations Development Programme (UNDP, Egyptian office). The CDCL was undertaken by the Ministry of Housing, Utilities and Urban Communities and the former Higher Council of Luxor City, now called the Governorate of Luxor (YOUSRY, 2004:2).

The CDCL is generally intended to preserve and enhance Luxor City's old neighbourhoods and traditional market areas, and to redevelop some government properties and underutilized private properties in order to create sites within the open-air museum at Karnak Temple and heritage district (ABT ASSOCIATES INC. & BARAKA TRADING, 1998). The goal is to create new commercial developments and tourism support services, as well as increase open public spaces. The CDCL required demolishing a large residential and commercial area in the heart of Luxor, in order to expose the Processional Avenue and thereby re-connect Luxor and Karnak. The demolition has resulted in the relocation of public and private

residential and commercial properties, such as houses, bazaars, schools, and gardens. Proposed new developments are to be compatible with tourism; these include hotels, an IMAX cinema, and other city facilities. These new developments have not yet been implemented.

One of the CDCL projects, the Excavation and Restoration of the Avenue of the Sphinx, requires the clearance of the processional way. However, following the project's suspension due to lack of funds and political support, the site now suffers from neglect and garbage accumulation.

According to the May 2015³ report prepared by the World Heritage Committee in Bonn, Germany, the committee requested that Egypt provide a heritage impact assessment for the ongoing projects, in particular those related to infrastructure development.

Heritage impact assessments

As previously mentioned, a HIA is used in this study to evaluate whether the CDCL meets the requirements of ICOMOS and UNESCO. One of the definitions of HIA is as follows:

“A process of identifying, predicting, evaluating and communicating the probable effects of a current or proposed development policy or action on the cultural life, institutions and resources of communities; Then integrating the findings and conclusions into the planning and decision making process, with a view to mitigating adverse impacts and enhancing positive outcomes” (SAGNIA, 2004).

HIA is also used “to evaluate effectively the impact of potential development on the Outstanding Universal Value of [heritage] properties” or OUV. ICOMOS defines OUV as qualities that contribute to the inscription criteria and the authenticity and

³ World Heritage Committee Report (WHC-15/39.COM/7B).

integrity of the site (ICOMOS, 2011). In 2012, the International Association for Impact Assessments (IAIA) compiled a key citation series for what it considered as the core literature for cultural impact assessments (Fleming and Jesus 2014), among which is the *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties* (ICOMOS, 2011). IAIA publishes the annual online journal *Impact Assessment and Project Appraisal*, which focuses on different impact assessment tools and methods. Partal and Dunphy (2016) published a systematic literature review of current methods and practices of cultural impact assessments around the world.

The significance of the heritage site at Luxor

The starting point of a HIA is to define the cultural resource, its significance, and its attributes. The World Heritage Site “Ancient Thebes with Its Necropolis” was listed in 1979 under criteria I, III, and VI⁴. At the moment, there is no published statement of outstanding universal value for the site. This is problematic as the OUV are used in preparing the HIA in order to assess the management of the WHS. The selection criteria represent the attributes that need protection. Criterion I is “to represent a masterpiece of human creative genius,” in this case the Luxor and Karnak Temples and the processional way that create the historic landscape. Criterion III is “to bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared.” Criterion VI is “to be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance.” This criterion is expressed in the exquisite craftsmanship of the construction and decoration of the temples and tombs of Luxor on both the east and west banks (UNESCO World Heritage Centre, 2017). Beside these internationally recognized values or attributes, a socio-cultural layer should also be considered. The ancient festival of Opet as currently represented by the festival Mulid Abu el-Haggag is

4 Ancient Thebes with its Necropolis, <http://whc.unesco.org/en/list/87>.

celebrated by the local inhabitants and is a valuable intangible asset of the site.

2.1. Assessment Methodology

In addition to the ICOMOS *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties* (2011), this current paper also integrates the “Framework Cultural Impact Assessment” by Sagnia (2004).

Scope of Assessment

This assessment reviews the development of the site management and tries to utilize lessons learnt from the impact of different developments on the local community, visitors, and heritage sites to develop mitigation strategies and actions that help protect the OUV. The HIA conducted here considers two development projects located in the study area in Luxor’s east bank: “Creation of an open museum and heritage district”, and “Excavation and restoration of the Avenue of the Sphinxes” (ABT ASSOCIATES INC. & BARAKA TRADING, 1998; Yousry, 2004:26).⁵ The results are summarized below, and mitigation measures are then proposed.

2.2. Threats to Luxor City

2.2.1. Socio-cultural and economic threats to the community

There has been no real contribution to the creation of new job opportunities. According to the 2010 statistics, unemployment in Luxor Governorate is at 31.96%. There has also been no concrete improvement to infrastructure, facilities, and housing plans in existing rural or urban areas in Luxor, as the focus has been to clear the centre

⁵ These are two of the six investment projects to support the implementation of both the master plan and the heritage plan of the CDCL (ABT ASSOCIATES INC. & BARAKA TRADING, 1998) The other projects are: Creation of a new residential area (New Luxor City), Development of a tourist zone on El Toad Plateau, and Infrastructure provision for El Toad and New Luxor City, and Development of high-value agriculture and agro-processing industries. These projects were not taken into consideration in this paper as they are not as in proximity to the study area.

of the city to provide more activities for tourism (CENTRAL AGENCY FOR PUBLIC MOBILIZATION AND STATISTICS, 2010). Moreover, small- and medium-scale enterprises have not been involved or encouraged in the new investment projects (YOUSRY, 2004:33).

2.2.2. Threats to existing housing and local economic activities

Demolishing parts of Luxor City, especially parts of the Processional Avenue, which is owned by the local community, isolates members of the local community from their social and economic networks. Clearing the processional way highlights the ancient path between Luxor and Karnak, but at the same time it erases interesting aspects of the medieval city.

2.2.3 Management threats

There has been no commitment of financial resources from the international, public, or private sectors for the implementation of projects (YOUSRY, 2004: 35). Furthermore, there is been no management body to monitor project performance and its long-term impacts, perhaps due to the lack of institutional capacity of Luxor Governorate (YOUSRY, 2004: 35).

2.2.4 Vibration and Pollution from New Road Networks

The development of new roads will increase the number of vehicles—primarily for transporting tourists—in the proximity of the heritage site, which will cause vibrations, which represent a dangerous threat to the ancient structures. The higher traffic volumes will also result in increased air, noise, and visual pollution.

2.3. Classification of Potential Impacts

The classification of potential impacts is grouped according to the nature of that changes that affect the values of Luxor, into physical, socio-cultural, economic, and environmental impacts.

2.3.1. Physical Impacts

- Uncontrolled development in the buffer zone of the World Heritage Site (World Heritage Committee, 2015: 84). These include encroachment on arable land.
- Loss of qualities that contribute to the inscription criteria and the authenticity and integrity of the site, also termed loss of outstanding universal value (OUV) attributes. These include new infrastructure and underground constructions, such as water, gas, and sanitation that will affect the sites.
- Deterioration of walls and other constructions due to new building works. A combination of high vibration and humidity, a consequence of the new large-scale development projects, will potentially cause the deterioration of stone, mud, mortar, and paintings.
- Alteration to the historic fabric and appearance of the sites. Implementation of the new projects will lead to the destruction of significant heritage attributes.
- Negative impacts to the visual integrity of the urban context of the site. Due to the changing nature and fabric of the city, the land use changes from mainly residential, agricultural, and commercial to tourism and commercial.
- Isolation of a heritage attribute from its surrounding environment. The demolition of the residential district in favour of large-scale new developments will impact the authenticity of the site and will be out of context.
- The use of modern architecture. This architecture does not respect the context, and it affects the authenticity and integrity of the site. The proposed projects consider any new design's proportions, forms, colours, and materials.

2.3.2. Socio-Cultural Impacts

- Loss of community connection with cultural property. The new developments and their related services may lead to a loss of access to the plaza in front of the Abu el-Haggag mosque, the location of the annual festival of Mulid.

- Changes in lifestyle. New development projects will provide facilities that serve the needs of tourists and businesses, and do not consider the community's skills, values, and needs. For example, there is no support for the main economic source of the local populations at the site, such as agricultural activities, bazaars, and related tourist handicrafts.

2.3.4. Economic Impact

- Decreased economic benefits to the local community. The projects proposed are heavily influenced by real estate developers; thus they decrease the economic benefits for those who rely on traditional activities, such as bazaars.

2.3.5. Environmental Impacts

- Different new establishments offer the basis and infrastructure for development associated with modern life; however, these can also have residual and cumulative impacts on the environment. These include the deterioration of nature, noise and increased carbon dioxide emissions.

2.4 Magnitude of Each Impact

Table 1 Threat and Impact Matrix of New Developments on the World Heritage Site in Luxor City⁶

	Socio-Cultural and Economic Threats to the Community	Threats to Existing Housing and Local Economic Activity	Management Threats	Vibration and Pollution from New Road Networks
Physical Impacts				
Uncontrolled development in the buffer zone of WHS	+	++	+	++
Loss of OUV attributes	-	-	++	+
Deterioration of walls and other constructions	-	0	++	++
Alterations to the historical site	+	++	++	++
Loss of visual integrity	-	++	++	++
Isolation from surrounding environment	+	++	+	+
Conflict between modern architecture and WHS	0	+	+	-

⁶ This Threat and Impact Matrix is based on the matrix developed by Prof. Michael Schmidt and Prof. Britta Rudolf, for the class Heritage Impact Assessment at Brandenburg University of Technology, Cottbus-Senftenberg in the light of the ICOMOS guidelines (ICOMOS, 2011).

	Socio-Cultural and Economic Threats to the Community	Threats to Existing Housing and Local Economic Activity	Management Threats	Vibration and Pollution from New Road Networks
Socio-Cultural Impacts				
Loss of authenticity	+	++	+	++
Change to life style	+	++	+	+
Uncontrolled urbanization	-	++	+	+
Loss of community connection with cultural property	++	++	+	++
Modernization	-	++	+	+
Environmental Impacts				
Natural deterioration	0	-	+	+
Noise	0	0	+	++
Increased CO ₂ emissions	0	?	-	++
Economic Impact				
Decreased economic benefits to local community	++	++	++	-
Impact not expected or predicted (0) Impact likely to occur but also likely to be insignificant (-) Impact likely to be significant (+) Impact likely to be highly significant, with the potential to represent major damage to the cultural heritage resource (++) Impact requires further study (?)				

2.5. Mitigation Strategies and Actions

The proposed mitigation measures and actions discussed in the following paragraphs take into consideration lessons learnt from the development of heritage management discussed in the first part of this paper.

Strategy 1: Redefine “cultural” property and its values

Action 1: Engage local communities in the decision-making process and empower them to enhance their living conditions. Offering tax incentives for controlled renovations to their properties is a practical example, especially for middle- and low-income communities.

Action 2: Avoid gentrification by minimizing demolition and by providing new housing for local populations, giving them equivalent or improved housing.

Action 3: Provide job opportunities for local communities in new projects.

Action 4: Support and promote the traditional local festival of Luxor, the Mulid Abu el-Haggag.

Action 5: Find realistic ways to reopen the Luxor Hotel, the oldest surviving hotel in Egypt.⁷

Strategy 2: Develop a site management plan

The site management plan, which still does not exist,⁸ should include guidance for development projects, operating instructions, and a means to identify adequate conservation actions and monitoring techniques. It should also involve local stakeholders, including community members and small and medium-sized businesses.

Action 1: Identify and fund appropriate conservation and protection techniques. These include techniques that avoid vibrations

⁷ The Luxor Hotel has stopped operating for more than 20 years because of a dispute between the Awqaf (religious endowments) and Investment ministries in Egypt, which caused a waste of public money. There were plans to reopen the hotel, according to the CDCL, but these never came to fruition (GOUD, 2008).

⁸ There is no management plan for this World Heritage Site, according to the last WHC Decision, 39 COM 7B.49, in 2015. <http://whc.unesco.org/en/decisions/6304>

and an elevation of the groundwater table, both of which may harm the heritage site. Use stone and rock stabilization methods.

Action 2: Avoid construction projects that generate excessive vibration in close proximity to the Luxor and Karnak sites, as well as the Processional Avenue.

Action 3: Develop and involve small and medium-sized enterprises and create opportunities for small businesses.

Action 4: Creating a monitoring unit to observe the performance of the development projects.

Strategy 3: Develop architectural design guidelines for construction in the area around the core and buffer zones of the World Heritage Site on the east bank

Action 1: Control building height, density, and style in order that they respect the character of the site.

Action 2: Use local building materials whenever possible.

Strategy 4: Promote continuous and frequent dialogue between project departments and the different ministries responsible for the site

Action 1: Establish a committee that includes the necessary representatives and set up regular meetings for discussions.

Strategy 5: Control traffic

Action 1: Control traffic by limiting heavy vehicles, including tourist buses, inside the buffer zone as much as possible.

Strategy 6: Improve the quality of local communities

Action 1: Provide job opportunities for local communities in new investment projects.

Action 2: Provide similar or improved new housing for local populations, giving priority to displaced families.

Conclusion

Like many other countries in Africa, Egypt is experiencing rapid industrialization and increased population density, resulting in unprecedented pressure on both natural and cultural resources. Any development in proximity to a World Heritage Site has the potential to negatively affect the site. No heritage impact assessment tools are applied in the current management system in Egypt. This paper argues that the ICOMOS heritage impact assessment tool could be an indispensable tool for the preservation, protection, and promotion of cultural diversity and community value systems in order to enhance sustainable development. It is therefore important to find suitable mechanisms to implement HIA in Egypt. As suggested in this paper, a critical study of the development of heritage site management is an effective means to better understand the elements and key attributes of a heritage site, and to help improve sustainable management systems.

Bibliography

ABT ASSOCIATES INC. & BARAKA TRADING. *Final Report for the First Phase* (in Arabic). 1998.

BEDNARSKI, Andrew. *Holding Egypt: Tracing the Reception of the 'Description de l'Égypte' in Nineteenth-century*. Great Britain: Golden House Publications, 2005.

BORAIK, Mansour. *Sphinx Avenue Excavations. First Report. Cahiers de Karnak 13*. Cairo: Centre franco-égyptien d'étude des temples de Karnak, 2010.

BUDGE, E. A. Wallis. *Cook's Handbook for Egypt and the Egyptian Sudan, with Chapters on Egyptian Archaeology*. London: Thos. Cook & Son, Ludgate, Kent & Co. LTD., 1925.

CENTRAL AGENCY FOR PUBLIC MOBILIZATION AND STATISTICS. *Manual of Unified Statistics (Egypt)*. Luxor: Information Center, 2010.

EDWARDS, Amelia. *A Thousand Miles up the Nile*. New York: A. L. Burt, Publisher, 1876.

FERRI, Antonio. *Il Fotografo dei Faraoni- Antonio Beato in Egitto 1860-1900*. Bologna: Pendragon, 2008.

FLEMING, Arlene, & JESUS Julio. Cultural Heritage; Official Documents, Guidelines and Reports. Editor: Frank Vanclay, 2014. https://www.iaia.org/uploads/pdf/KeyCitations_CulturalHeritage.pdf (accessed on 25.10.2017).

GENERAL ORGANIZATION FOR PHYSICAL PLANNING, *Mukhatat Altanmya Alshamela Lemoħafazet Al'Uksur*. Unpublished presentation, last modified March 03, 2005.

GOUD, M. Akhbar el-youm *Newsletter (Egypt)*. Luxor. Another Shape, issue 05.11.2008.

HUMPHREYS, Andrew. *Grand Hotels of Egypt in the Golden Age of Travel*. Cairo, New York: The American University in Cairo, 2011 <http://whc.unesco.org/en/decisions/6304> (accessed on 11.11.2016).

ICOMOS. *Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural Heritage Properties- A publication of the International Council on Monuments and Sites*. Paris: ICOMOS, 2011. http://www.icomos.org/world_heritage/HIA_20110201.pdf (accessed on 01.11.2016).

Luxor Governorate, Information Centre. *Population and Area*. Luxor Governorate, Luxor: 2017.

MILLET, M. & MASSON, A. Karnak: Settlements. In Willeke Wendrich (ed.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: 2011.

PARTAL, Adriana, DUNPHY Kim. Cultural impact assessment: a systematic literature review of current methods and practice around

the world. *Impact Assessment and Project Appraisal*, n. 34(1), p. 1-13, 2016.

SAAD, Rehab. *Travel in the good old days*. Cairo: Al-Ahram Weekly, Issue n. 463, 2000.

SAGNIA, Burama K. *Framework for Cultural Impact Assessment*. Dakar: International Network for Cultural Diversity (INCD), 2004.

Science Magazine. Excavation of the Temple of Luxor, N. ns-6, (142S), pp. 370-371, 1885. <http://science.sciencemag.org/content/ns-6/142s/370.2> (accessed on 12.11.2016).

SULLIVAN, Elaine A. *Digital Karnak- Introduction to the Temple of Karnak*. Los Angeles: 2008. <http://dlib.etc.ucla.edu/projects/Karnak> (accessed on 12.11.2016).

THE CRITERIA FOR SELECTION, World Heritage Center, UNESCO, 1992-2017. <http://whc.unesco.org/en/criteria/> (accessed on 15.11.2016).

THE ORIENTAL INSTITUTE. *Lost Egypt Photographic Catalog: The Mosque of Abu'l Haggag at Luxor Temple*, 2014. <https://oi.uchicago.edu/research/publications/le/mosque-abul-haggag-luxor-temple> (accessed on 30.08.2017).

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. *The Criteria for Selection*. <http://whc.unesco.org/en/criteria> (accessed on 29.11.2017).

WAZARAT AL'ISKAN WALMUJTAMA'ĀT AL'UMRANIYA. *Almukhatat Al'Istratigi Al'ām Waltafsili Limadinat Al'Uksur*. WAZARAT AL'ISKAN WALMUJTAMA'ĀT AL'UMRANIYA, Cairo: 2015.

WHITCOMB, Donald and Janet Johnson. *The Chicago Medieval Luxor Project, The Oriental Institute, 1985-86*. Edited by Janet H. Johnson. Annual Report 31. 31-34. The Oriental Institute, the University of Chicago: 1986.

WICKETT, Elizabeth. *Archaeological Memory, the Leitmotifs of Ancient Egyptian Festival Tradition, and Cultural Legacy in the Festival Tradition of Luxor: the mulid of Sidi Abu'l Hajjaj al-Uqsori*

and the Ancient Egyptian "Feast of Opet". *Journal of the American Research Center in Egypt. The American Research Center in Egypt*, n. 45, p. 403-426, 2009.

WORLD HERITAGE COMMITTEE. *State of conservation of properties inscribed on the World Heritage List*. WHC-15/39.COM/7B. Paris: UNESCO, 2015.
<http://whc.unesco.org/archive/2015/whc15-39com-7B-en.pdf>
(accessed on 15.11.2016).

WORLD HERITAGE CONVENTION & UNESCO. Ancient Thebes with its Necropolis. <http://whc.unesco.org/en/list/87> (accessed on 15.11.2016).

YOUSRY, Ahmed M. Comprehensive Development for the City of Luxor- UNDP Project: EGY/96/002- Evaluation Mission Report. 2004. <https://erc.undp.org/evaluation/documents/download/442>
(accessed on 15.11.2016).

RECEBIDO EM: 01/10/2017
APROVADO EM: 10/12/2017

Artigos

GAROTAS NO PAÍS DO BOM TOM: A CIVILIDADE ENTRE MANUAIS E REVISTAS¹

*Garotas in the country of good manners: civility
between the manuals and the magazines, and between
the legible and the visible*

*Daniela Queiroz Campos**

RESUMO

A coluna *Garotas* do Alceu foi analisada como dispositivo de texto e imagem que apresenta normas e preceitos de civilidade. Grosso modo, regras de civilidade fazem-se constantes e codificadas nos chamados Manuais de civilidade. No Brasil, na primeira metade do século XX, foram publicadas numerosas edições destes tipo de impresso. Todavia, na segunda metade do mesmo século, fazem-se notórios dois elementos concernentes à circulação destas normativas no cenário nacional: a relativa queda nas publicações dos manuais e a transversalização destas normativas em outros impressos. Dentre livros, novelas, romances, filmes, cartilhas também visualizam o papel desempenhado pelas revistas femininas e de variedades na difusão destas regras de bom-tom.

Palavras-chave: civilidade; revista; imagem; texto

1 O presente artigo foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas durante: Monografia de Conclusão de curso de História – realizada na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da Professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha, com bolsa CNPq; Mestrado em História – realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Bastos Kern, com bolsa CAPES; Doutorado em História – realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da Professora Doutora Maria Bernardete Ramos Flores, com bolsa CAPES. No período de doutoramento foi também realizado estágio doutoral na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris sob a orientação do Professor Doutor Georges Didi-Huberman, com bolsa CAPES.

* Pós-doutoranda pela EHESS de Paris sob a supervisão do Professor Georges Didi-Huberman e com bolsa consentida pelo CNPq. E-mail: camposdanielaqueiroz@gmail.com

ABSTRACT

The papers discuss the column *Girls of Alceu* as textual and iconographic device that presents norms and precepts of civility. Roughly speaking, rules of civility are constant and encoded in so-called civility manuals. In Brazil during the first half of the twentieth century, one identifies numerous editions of these types of print. However, in the second half of that century, two elements concerning the circulation of these regulations on the national scene becomes notorious: the decrease of manuals' publication, and the mainstreaming of these norms in other print medias. Among books, soap-operas, novels, films, booklets also visualize the role of women's and varieties magazines in the dissemination of these good manner rules.

Keywords: civility; magazine; image; text

RESUMEN

La columna *Garotas* do Alceu ha sido probematizada como dispositivo textual y iconográfico que presenta normas y los preceptos de la civilidad. En términos generales, las reglas de la cortesía se hacen constante y codificadas en los llamados manuales de urbanidad. En Brasil de la primera mitad del siglo XX, visulaiza numerosas ediciones de este tipo de impresión. Sin embargo, en la segunda mitad de ese siglo, se hace notorio dos elementos relativos a la circulación de estas regulaciones sobre la escena nacional: la caída relativa de la publicación de manuales y la incorporación de estas leyes en otros impresos. Entre los libros, novelas, películas, folletos también visualizar el papel de revistas de variedades y para mujeres en la difusión de estas reglas de buen tono.

Palavras clave: cortesía; revista; imagen; texto

O começo de uma história – O Cruzeiro e suas Garotas

Como começar a contar uma história? Começo contando da própria historia que pretendo narrar. Começo por seu início: uma revista. A revista *O Cruzeiro* fez parte do “Império de papel” criado por Assis Chateaubriand, intitulado de *Diários Associados* (Morais, 1994). A revista teve sua circulação iniciada no ano de 1928 e tornou-se, em meados daquele século, a revista de mais ampla circularidade no país. Suas seções de humor, fotorreportagens, contos ilustrados,

páginas dedicadas à mulher transformaram *O Cruzeiro* na grande revista nacional de meados do século XX (Carvalho, 2001). O periódico tornou-se “[...] ao longo da década de 40 a maior revista de toda América Latina, até viver seu apogeu absoluto no início dos anos 50” (NETTO, 1998, p.91). Na década de 1950, o impresso destacava-se como um dos meios de comunicação mais importantes no âmbito nacional. Considerada uma revista de variedades de grande circulação, fazia-se presente em inúmeros lares da classe média urbana e era direcionada à leitura de toda a família (Netto, 1998). E não foi somente a revista a única detentora de sucesso e venda, os *Diários Associados* também o eram.

A revista *O Cruzeiro* era composta por páginas e mais páginas, cerca de 100, entre elas duas eram sempre muito coloridas e divertidas: eram as páginas da coluna *Garotas*. As *Garotas* de *O Cruzeiro*, as *Garotas* do Alceu estamparam as páginas do periódico, em formato tabloide, de 1938 até 1964, e foram editadas semanalmente por ininterruptos 27 anos no mesmo magazine (Gonçalo, 2004). Consistia em uma coluna ilustrada de mocinhas, sobre suas vidas cotidianas, naquele Rio de Janeiro dos meados de século XX. Os textos eram vinculados aos desenhos de Alceu Penna, textos estes assinados diferentes escritores ao longo dos anos de edição (Penna, 2007). Todavia, a titularidade das páginas sempre foi do ilustrador. Alceu Penna².

No ano de 1938, Antônio Accioly Neto, então secretário da revista *O Cruzeiro*, encomendou à Alceu Penna uma coluna de *pin-ups* que deveria colorir e divertir semanalmente duas páginas do

2 O desenhista nasceu no dia 1º de janeiro de 1915, na pequena cidade mineira de Curvelo. Aos 11 anos, foi estudar no Colégio Interno Santo Antônio, em São João Del Rei. Segundo Gonçalo Junior, em seu livro *Alceu Penna e as garotas do Brasil: moda e imprensa – 1933/1980*, desde pequeno, Alceu apresentava o gosto pelo desenho. Com seus vizinhos em Curvelo, o dentista Amédet Peret e sua esposa, o menino aprendeu os primeiros rudimentos do manuseio de pincéis e de como combinar tintas para fazer aquarelas. São esses mesmos vizinhos que descobrem o daltonismo de Alceu. Aos 16 anos, Alceu perdeu o pai, e sua família começou a passar por uma crise financeira. Um ano após a morte do pai, Alceu chegou ao Rio de Janeiro, onde passou a morar com seu primo Alexandre e Maria Isabel, sua esposa. Alceu viveu por bastante tempo na casa de seus parentes, no início localizada na Rua Voluntários da Pátria e depois, na rua Visconde de Ouro Preto, ambas no bairro do Botafogo. Na cidade, iniciou o curso superior de Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, que abandonaria no ano de 1937. A escolha do curso foi um meio termo encontrado por Alceu entre a vontade de seu pai e a sua. Durante 5 anos ele cursou Arquitetura, mas sempre freqüentando como ouvinte o curso de Artes Plásticas.

periódico de circulação nacional (Netto, 1998, p.125). As personagens deveriam ser mocinhas jovens e bonitas que contassem um pouco do dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro dos anos dourados (Gomes, 2002). Contassem dos cinemas, das praias, de estudos, de namoricos. Deveriam ser leves, doces, mas, ao mesmo tempo, deveriam ter um toque de “modernidade”, ousadia e humor. As *Garotas*, assim, foram criadas por Alceu Penna, que deu vida e cor à ideia de Accioly Netto. Vida que foi concedida às bonecas através do fino traço do então jovem ilustrador.

As *Garotas* eram jovens, ousadas e modernas. Como colocado pela própria coluna, eram meninas de “vida mansa”, jovens solteiras pertencentes às classes médias e altas. A coluna propagava, para além de tendências de moda e um novo ser moderno, normas de comportamento – as chamadas regras de civilidade. As mocinhas de Penna – solteiras – gozavam de uma “liberdade” ímpar para os padrões da imprensa feminina à época. Estamparam, nas páginas daquela revista, um jeito de ousar seguindo o bom-tom. Estamparam tardes de estudos, passeios, leituras. Estamparam também fofocas, bebedeiras e atrasos. Estamparam a vida de bonecas, bonecas com muitas qualidades e defeitos. Defeitos que quase as tornavam humanas. Elas não eram nem heroínas, nem vilãs. Eram apenas *Garotas* sorridentes e divertidas que encantaram e fizeram sonhar muitos dos leitores e das leitoras da revista *O Cruzeiro*.

A coluna inaugurou a disseminação de novos hábitos de pensamento e vida na educação de mulheres – agora modernas e urbanas (Bassanezi e Ursini, 1995). As *Garotas* eram veiculadas a uma revista de variedade voltada para toda a família, um tanto conservadora. Contudo, podemos perceber uma grande diferença entre as normas difundidas e aceitas pelas *Garotas*, e as normativas de conduta disseminadas tanto pelas demais colunas voltadas para a mulher de *O Cruzeiro*, como pelos preceitos de outras revistas femininas da época (Serpa, 2003). A construção do discurso tanto textual, quanto iconográfico na coluna é no mínimo muito mais permissível. Novos valores foram aos poucos propagados, começando

a surgir um imaginário³ acerca de uma mulher moderna (Bassanezi, 1995).

O tracejar de uma problemática – as normativas de civilidade

A problemática do presente trabalho começar a se desenhar através das normativas de civilidade estabelecidas pela coluna *Garotas*. Na coluna de *pin-ups* assinadas por Alceu Penna, podemos perceber a construção de um modelo a ser seguido, com normas e padrões estabelecidos. Naquelas duas páginas semanais, observa-se a construção de um discurso que aproxima a educação da mulher as praticas de civilidade. Apesar de o texto não ser caracterizado com título específico de “Manuais de civilidade”, em sua circulação – com praticas de leituras entre meninas e mulheres – nota-se codificado um conjunto de regras e padrões desejados e formados por diferentes saberes e discursos. A coluna inaugurou a disseminação de novos hábitos de pensamento e vida na educação de mulheres - agora, modernas e urbanas (Rainho, 2002).

A partir da segunda metade do século XX, é notório no cenário mediático e editorial brasileiro a permeabilidade de normas de condutas e de boas maneiras em impressos que não mais exclusivamente os Manuais de civilidade. A transversalização das chamadas regras de civilidade em uma pluralidade de dispositivos tanto imagéticos, quanto textuais, soma-se com a diminuição de publicações de Manuais de civilidade no cenário nacional. De tal feita, a problemática levantada – as normativas de comportamento transversalizadas em impressos que não mais os Manuais de civilidade – não pode ser considerada uma exclusividade da coluna

3 O conceito de imaginário aqui é entendido de acordo com sua utilização atual pela área de História. Ou seja, ele refere-se a grande variedade de fenômenos referentes a subjetivação do agente histórico. Ver mais em: ESPIG, Márcia Janete. O Conceito de imaginário: Reflexões acerca de sua utilização na História. *Revista Textura*. Canoas, n.9, 2004. P.49-56.

estudada. A problemática pode assim ser considerada corriqueira a época: meados do século XX.

Nos tempos de agora, primeiras décadas do século XXI, assistimos a um fenômeno bastante semelhante ao aqui colocado. Mesmo com considerável alargamento do mercado editorial e barateamento de livros, muito raramente encontra-se alguém lendo ou comprando um Manual de civildade. Notoriamente, este tipo de impresso ainda se faz presente em estante de livrarias e de bibliotecas. Contudo, atualmente constituem elemento raro.

A civildade parece ter se desprendido dos alhures manuais. Para um mau observador, talvez as regras de bem-portar-se já não tenham mais tamanha importância no mundo Ocidental de agora. Contudo, talvez devamos ensaiar atividade investigativa como praticada pelo historiador da cultura e da imagem Aby Warburg: o detalhe (WARBURG, 2015, p.20). Nas telas *O Nascimento de Vênus* e *A Primavera* de Sandro Botticelli Warburg transformou o vento de singular detalhe na grande questão de seu trabalho. Basta visualizarmos revistas, livros, programas de televisão, afixes publicitários para percebemos as normativas de civildade transpostas. Elas apresentam-se como *pathosformel* e *narchleben* warburguiniano. O *Narchleben* de Aby Warburg, ou a sobrevivência de Georges Didi-Huberman (2013), pois essas regras de bem portar-se sobrevivem ao tempo e ao espaço, elas parecem incapaz de desaparecerem por completo. E *Pathosformel* pois a gestualidade também constitui elemento que perdura nessas premissas.

A repetição constante das normativas, em diversos meios mediáticos, aponta principalmente duas questões. Primeiramente, a relevância das regras tratadas para a atual sociedade. E em seguida, a não interiorização da civildade pela população de maneira geral, confirmada pela assiduidade de sua difusão.

O objeto de pesquisa – a coluna *Garotas* – é então assinalado pela codificação das normativas de civildade tanto nos seus textos, quando nas suas imagens. A imagem da coluna *Garotas* pode ser apontada como elemento de permanência na difusão da civildade, sendo que tais imagens – ao longo dos 27 anos de publicação das *Garotas* – sempre estiveram a cargo de Alceu Penna. Algumas alterações estilísticas no período são notórias, no entanto, estas não chegam a alterar as informações que tange o ensinamento de normas

de bem portar-se. Contrariamente, os textos da coluna exibem rupturas no que concerne o ensaiamento de civilidade. Tais normativas tornam-se expressivamente mais diretas a partir de 1957, em decorrência da mudança na autoria dos textos. Desde a edição de 27 de novembro daquele ano os textos das páginas ilustradas por Alceu Penna passaram a serem escritas por Maria Luiza – pontuamos aqui que esta foi a única mulher que participou de forma ativa e direta da coluna durante todo o período de sua circulação (1938-1964). A mudança de autoria ocasionou diversas modificações no conteúdo e na forma dos escritos, entre elas a abordagem mais direta e alargada dos preceitos de civilidade e etiqueta.

Sendo assim, o texto da única coluna *Garotas* que abordou diretamente a civilidade foi de autoria de Maria Luiza. Nas páginas 70 e 71 da edição da revista *O Cruzeiro* de 27 de novembro de 1957 foi publicada a coluna intitulada *Garotas e Etiqueta*. “A etiqueta que o dicionário define como “cerimonial das cortes e da sociedade”, tem evoluído como tudo neste velho e vasto mundo” (*O Cruzeiro*, 1957, p.71). Como de praxe, a civilidade foi associada a sociedade de corte que a afamara, em especial a dinastia francesa do *Bourbons* e, em seguida, a etiqueta foi assinalada como uma sempre boa estratégia de convívio e de postura social.

Alusão à sociedade de corte explica-se pela função simbólica da etiqueta adquirida principalmente com a figura do rei francês Luís XIV. Todo o cerimonial do Palácio de Versalhes conflui para o fetichismo de uma chamada etiqueta da corte. Luís XIV vive numa espécie de teatralização, mesmo os pequenos atos diários inundaram-se de representações de civilidade e etiqueta, que acabaram por transforma-se também no poder da imagem construído por ele (Burke,1994). “A prática da etiqueta consiste, em outras palavras, numa autoapresentação da sociedade de corte” (ELIAS, 2001, p.117).

Essa etiqueta autoapresentada primeiramente foi restringida aos muros palaciais. Elias assinala o alto grau dado a etiqueta, ela consistia em importância vital para os cortesões à época. Com o aburguesamento social tais premissas passam a também figurarem, em menor grau, na vida de homens e mulheres – especialmente nas grandes cidades. “Quase tudo que a sociedade de corte dos séculos XVII e XVIII elaborou, seja a dança, as formas de polidez, os costumes mundanos, os quadros com que enfeitavam casas [...] tudo

isso fica relegado agora, cada vez mais, à esfera da vida particular” (ELIAS, 2001, p.130).

Frédéric Rouvillois assinala a não existência de uma história geral da cortesia, segundo o autor existiriam histórias mais específicas das regras de *savoir-vivre*. Os usos dos ritos, das modas e das regras estão em permanente mudança (Rouvillois, 2008, p.10). A história das regras de comportamento social é longa e não linear. As variações – temporais e geográficas – muitas vezes rápidas, apresentam-se como permanência nos preceitos de civilidade.

A palavra civilidade foi socialmente absorvida no decorrer do século XVIII (Elias, 1994, p.112). Roger Chartier (2004) relata que já no século XVII a palavra marcava-se por seu antigo uso linguístico na aparelhagem intelectual. O historiador analisou três diferentes dicionários de língua francesa para confrontar a definição da civilidade no final daquele século. Na pesquisa deparou-se com diferentes significações dadas a palavra: sinônimo de honesto e de honestidade – Richard (1680); atitude reconhecida em ação e conversação – Furetière (1690) e; por fim, algo ensinado e aprendido desde a infância – Dicionário da Academia (1694).

Para Guereña, o conceito de civilidade é considerado homônimo de urbanidade, uma vez que o conceito se refere às “pessoas cultas da cidade”, às “pessoas que têm boas maneiras” (GUEREÑA, 2005, p.12). Apesar de não considera-las homônimas Roger Chartier (2004) assinala a civilidade como virtude urbana.

Torna-se importante destacar a função da distinção social desempenhada pela civilidade naquele momento histórico. A ampliação e a divulgação efetiva da civilidade ocorreram no final do século XVIII e o início do século XIX (Revel, 1991, p.203), tal divulgação colabora para sua depreciação lenta e gradual, uma vez que se transforma em modelo válido para todos. As codificações sociais do se bem-portar ao longo do século XVII tornando-se mais acessível, não marcando mais os privilégios de uma elite. Para Rainho (1995) o nivelamento de condutas representava um perigo para as classes mais abastadas, sendo assim, civilidade foi se transformando em simples sinônimo de polidez.

A codificação das normativas – a edição de livretos

A codificação das normativas de civilidade ganha forma através de edições de livros, que apresentavam de forma simples e estruturada conjunto normas: os Manuais de civilidade. Tal dispositivo destaca-se como responsável pela ampliação dos conceitos de civilidade. O início de suas publicações data, ainda, do século XVI. Tendo passado um século, ele já experimentava uma relativa popularização, especialmente através da “Biblioteca Azul”⁴.

Grosso modo, *A Civilitate morun puerilium* (*A Civilidade Pueril*) de Erasmo de Rotterdam (Desiderius Erasmus Roterodamus) é considerado o primeiro Manual de civilidade e tem datação de 1530. Vale salientar que *A Civilidade Pueril* consiste em breve tratado didático que veicula conhecimento amplamente compartilhado na Europa do início do século XVI (Revel, 1991). Sua base é uma “vasta literatura clássica, tratados de educação e fisiognomia, que vai de Aristóteles a Cícero, de Plutarco a Quintiliano” (REVEL, 1991, p.171). Robert Moses Pechman (2002), pontua que o primeiro Manual de civilidade consiste na codificação e na simplificação de obras que ganham forma de livretos a partir dos séculos XII e XIII na Europa – os chamados Tratados de Costumes e Tratados de Cortesias.

Norbert Elias (2001) acredita que o tratado respondia a uma necessidade da sociedade do século XVI, confirmada pela própria publicação do livreto. Era uma época de reposicionamento social e cultural, aquela sociedade em transformação necessitava de novos pontos de referência. Os usos das normas de civilidade através do impresso chamado Manual de civilidade se estenderiam por séculos.

Os Manuais de civilidade chegam ao Brasil através de publicações francesas e portuguesas no início do século XIX. Naquele momento, visualiza-se no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, a dita “boa sociedade” passar por um processo de paulatino polimento e adequação aos refinados costumes, gostos e trajés (Rainho, 2002). Com a chegada da família real portuguesa a “boa

⁴ Forma de edição de baixo custo. Surgida na França no século XVII permite a ampla divulgação e circulação de livros das mais diferentes áreas principalmente através dos vendedores ambulantes (Chartier, 1990, p.175).

sociedade” carioca utiliza Manuais trazidos do continente europeu com o intuito igualar-se a seus pares do ultramar (Pechman, 2002).

Em meados do mesmo século, os Manuais de civilidade são editados no Brasil. O *Código do Bom Tom* de 1845 e de autoria do cônego português identificado como J.I. Roquette é o primeiro deles (Schwarcz, 1999, p.199). No século XX, com a urbanização das grandes cidades, os Manuais de civilidade têm difusão consideravelmente ampliada no país. Sobretudo, na primeira metade do século XX percebe-se significativa edições destes manuais.

A transposição – dizer com o não dito

As normas de civilidade como contidas nos Manuais, de forma direta e esquemática, são transpostas a outros impressos. Outros suportes passam a apresentar regras de bem portar-se de maneira menos direta e estruturada: traziam preceitos de civilidade sem trazer – diziam com o não dito.

No Brasil, é principalmente visível tal transposição a partir da segunda metade do século XX. Estes outros impressos funcionavam como aporte textual e imagético de normas e preceitos caracterizadores de regras de civilidade (Cunha, 2005). Dentre estes suportes podemos listar um sem-número de revistas, reclames publicitários, romances, novelas, livros escolares, cartinhas. Trata-se de normativas apresentadas de maneira menos direta, mais sutil. As normativas de civilidade começam a ser amplamente transpostas ora no comportamento da personagem de um romance, ora nas atitudes das divas do cinema.

O papel empreendido pelas revistas e pelas colunas femininas na transposição dessa civilidade é inquestionável. Luciana Fornazari, pontua que no século XX estas revistas traziam as normas destinadas às mulheres de um devir desejado, idealizado (Fornazari, 2001, p.65). Carla Bassanezi (1999) problematiza nas páginas daquela que fora a grande revista brasileira de meados do século XX (Coelho e Rodrigues, 2002), *O Cruzeiro*, regras de comportamento femininos e

masculinos transversalizadas nas imagens e nos textos de dispares seções. A historiadora salienta, ainda, que tais regras não apenas marcavam um consenso social acerca da moral e dos bons costumes da época, mas, sobretudo promoviam valores de gênero, classe, raça de um momento histórico específico.

Vale salientar que ponto mais interessante de pensar a civilidade nas páginas da coluna *Garotas* do Alceu é que estas não tinham como principal função a disseminação dessas normas. As *Garotas* eram uma coluna situada dentro da seção de humor, que trazia historietas vividas e contadas por suas personagens. Em meio ao banho de mar, ao passeio ao jôquei club e às tardes de leituras as personagens de Alceu “ensinavam” às mocinhas de sua época como deveriam se comportar. Interpenetradas naquelas narrativas, aparentemente ingênuas, estavam contidas as normas, não menos rígidas do que as contidas nos tradicionais Manuais de civilidade.

As normas de comportamento estavam dispostas de forma indireta e não organizadas, ao contrário de como propostas pelos manuais. Nas páginas dedicadas às *Garotas* a civilidade estava diluída em traços e letras. Tão diluídas que possivelmente seu leitor e sua leitora nem se dessem conta delas. Assim como não nos damos conta de normas de comportamento propagadas por uma novela ou um filme. Mas elas estavam na coluna e continuam presentes em páginas de uma revista, nas narrativas de novelas, filmes e seriados. Essas narrativas têm muito mais importância do que ordinariamente se atribuiu a elas.

A civilidade – em muitas letras e alguns traços

A civilidade é do mundo da imagem ou do mundo do texto? Existiria então dois mundos segmentados? Não e não. Contudo, o ensinamento e a propagação dos preceitos de civilidade foram de forma mais regulamentada ensinados através de palavras: o ensino e a sistematização da civilidade fora feito pelas letras.

A imagem e a interação texto e imagem é ponto de destaque na forma de circularidade de normas de etiqueta na coluna *Garotas*. Boa parte dos Manuais de civildade não eram ilustrados. Eram compostos apenas por letras. Letras, palavras, frases e textos que ensinavam diretamente qual era o comportamento mais indicado a ser seguido. As imagens, quando presentes, eram demasiadamente simples e tão-só compunham as páginas. Eram singelos traços em forma de linhas, às vezes linhas curvas. Eram asteriscos, eram estrelas.

Talvez seja o instinto de conservação que leva o mundo moderno a preocupar-se com a polidez como um dos valores da civilização, tanto mais precioso, quanto a civilização está gravemente ameaçada.

O que é polidez? – boa-maneira, se não um conjunto de deferências baseadas no princípio do respeito mútuo que devemos a nós mesmos, para fugirmos a uma série de dissabores e de ressentimentos, decorrentes da diferença de tipos de personalidades dos indivíduos, obrigados ao convívio diário dos seus semelhantes (...).

Através desses detalhes, da nossa maneira de ser em sociedade, é que o homem aprende como se dirigir a um superior, ou a um inferior, como tratar o rico ou o pobre, ao velho e a criança, ao funcionário e ao patrão, a sua mulher, a mulher do outro... e a um outro homem; a andar pelas ruas, a entrar em sua casa, ou em uma casa alheia (...).

São as velhas tradições, as únicas que, dentre esse princípio de respeito mútuo, nos pode inspirar o espírito de renúncias que nos devemos a nós mesmos, para a verdadeira doçura da alma (D'ÁVILA, 1958, p.19-21).

Estas palavras iniciam e apresentam um conhecido Manual de civildade da década de 1950 no Brasil: Manual intitulado de *Boas Maneirase* escrito por Carme D'Ávila. Foram muitos os livretos que, como este, pretendiam ensinar o *savoir-vivre*, foram um sem-número de Manuais de civildade editados em meados do século XX. Uma característica bastante singular dos livretos é a quase ausência da

imagem. Eles tinham quase sempre, é claro, suas capas ilustradas. No entanto, o miolo estava restrito às letras, ou seja, um amontoado de páginas cheias de palavras. Alguns traziam sim poucas, pequenas e esquemáticas ilustrações. Ilustrações que geralmente restringiam-se a demonstrar a colocação de talheres e copos ou de convidados à mesa. É significativamente também a esquematização de cartões de apresentação e de convites.

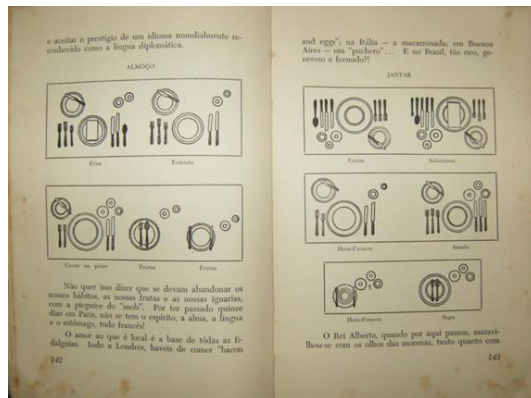


Figura 1 – Manual de Civilidade – Boas Maneiras Carmen D'Ávila. Ano 1958. Páginas 142 e 143

Na imagem acima (fig. 1) pode-se observar como usualmente a imagem aparecia nos Manuais de civilidade das décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Geralmente estavam restritas a duas partes do livro de normativas: a mesa e as correspondências. Na seção referente à mesa, era ilustrada a maneira como se deveria compor a mesma. Trazia o local dito correto de se posicionar talheres e pratos dependendo do tipo de comida a ser servida. Quais os talheres e pratos indicados para servir carne, entrada, sopa, fruta, sobremesa. Como deveriam ser posicionados os utensílios em cada situação. Para tal propósito a imagem apresenta-se bem esclarecedora, e penso até mais didática. Provavelmente, foi olhando imagens como estas que inúmeras mulheres colocavam a mesa para jantares e almoços.

Cinco quadros, cada qual contendo cinco diferentes formas de colocar a mesa foram representados nas páginas 142 e 143 do

Manual de Carmen D'Ávila. Duas destas esquematizações imagéticas proprunham-se ao almoço, e as três outras ao jantar. Como elementos destacamos pratos, copos, grardanapos, talheres apresentados através de imagens bastante esquemáticas. Imagens bastantes similares podem ser vizualizadas em diversos de Manuais de civilidade.

Sublinhamos, rapidamente, que normativas de civilidade como estas não encontram correspondente na coluna *Garotas*. O mesmo não se deve ao fator que a coluna apresentava as normas de maneira mais ligeira e menos direta, e sim porque era uma coluna direcionada a jovens mulheres solteiras. Tal elemento merece singular destaque no que refere-se a civilidade. As normativas de comportamento percebidas na coluna *Garotas* referem-se, majoritariamente, a ao *savoir-vivre* de uma mulher solteira de “boa família”, que na época morava com seus pais.

Contudo, outras regras de civilidade eram muito caras a essas jovens mulheres, a essas *Garotas*, como por exemplo: a correspondência. Segunda situação em que se pode visualizar imagem em Manuais de civilidade: normas de etiqueta em correspondência, convites e cartões. De maneira geral, as imagens estavam também muito presentes no ensinamento da composição de cartões de apresentações e de convites de jantares, casamentos, noivados – que estes sim, muito interessavam às personagens de Alceu Penna.

Na imagem abaixo (fig. 2) pode-se perceber como essas imagens circulavam nas páginas dos Manuais de civilidade da época. Esta, especificamente, circulou no livro chamado *A Excelência das Boas Maneiras*, de Luiz Waldvogel (1967). Trata-se de imagem bastante simples e esquemática, sem conter nenhuma ilustração. Traz o desenho de um quadrado que representa um cartão de apresentação com seu devido conteúdo: nome e endereço do remetente. Faz-se importante pontuar que, apesar de pouco rebuscada, esta é uma das imagens que se apresenta com maior frequência nos Manuais de civilidade brasileiros do século XX. Trata-se de uma questão abordada sempre com abrangência em todos os livros do gênero na época, assim como em revistas e colunas. Na coluna, *Garotas*, do mesmo modo, circulou uma imagem consideravelmente próxima a esta.

Na coluna *Garotas participam e agradecem* (fig.3), que circulou na edição da revista *O Cruzeiro* de 28 de dezembro de 1957,

pode-se visualizar uma imagem bastante semelhante àquela do Manual de civilidade acima citada. Trata-se de um retângulo representando um cartão de agradecimento, o da coluna está com a ponta esquerda dobrada. Nele, constam dizeres impressos e manuscritos. Ambos os cartões têm propósitos diferentes, já que, o do livro é um cartão de apresentação e o da coluna, um cartão de agradecimento. Porém, os dois ilustram uma forma bastante recorrente de imagem portadora de normativas de civilidade.

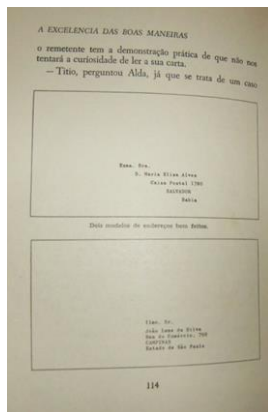


Figura 2 – Manual de Civilidade – A Excelência das Boas Maneiras. Ano 1967. Página 114.



Figura 3 – Coluna Garotas – Garotas participam e agradecem Revista *O Cruzeiro* de 28 de dezembro de 1957.

Um dos principais fatores que diferem as normativas de etiqueta editadas nos Manuais de civilidade das que estavam impressas nas páginas da coluna *Garotas* consiste no modo como ela circulava. As letras imperaram nos livretos de bom-tom desde a *Civilidade Pueril* de Erasmo, ainda no século XVI. Letras e palavras que permaneceram ensinando boas maneiras nos manuais de meados do século XX e continuam até os tempos de agora. Na longa duração do *savoir vivre*, é perceptível a prioridade do texto em detrimento da imagem. Um sem-número de impressos circularam pelos séculos que separaram os tempos de Erasmo do nosso. Muito provavelmente alguns traziam sim, imagens de maneira mais ampla. Entretanto, nos Manuais de civilidade que circularam no Brasil em meados do século XX a palavra imperou no mundo das boas maneiras. Seria ousado e prepotente afirmar que a coluna *Garotas* inovou neste sentido. A coluna estudada mostra-nos que a civilidade circulou em muitos outros suportes que não os antigos Manuais de civilidade. E, talvez mais interessante que perceber que a civilidade tenham circulado em outros impressos, seja o fato de perceber que ela circulou de maneiras distintas neles.

Na coluna assinada por Alceu Penna, as normas de bom-tom circularam nos textos, mas também circularam nas imagens, nos tracejados de Alceu Penna. Como pode-se perceber na imagem da página anterior (fig. 3) transmitia-se muito além do conteúdo textual por aquelas duas páginas. Transmitiam também uma forma de vestir, uma postura, etc.. A boneca de Penna segura a caneta com extrema delicadeza e elegância, seus ombros estão eretos e seu pescoço quase imóvel. Com uma roupa sóbria, uma camisa, ao mesmo tempo a jovialidade aparece na estampa floral. Unhas bem cuidadas e pintadas, rosto maquiado. Itens pouco chamativos à primeira vista, mas que marcam o cuidado com a aparência mesmo no âmbito do privado. Isto porque a coluna apresenta uma cenário provavelmente doméstico, no quarto, ou no escritório, da jovem moça.

A imagem, talvez de maneira mais sutil, traz normativas de comportamento tanto quanto o texto. A pedagogia pela imagem não é um fato original, muito menos um fato novo. Ao contrário, os antigos gregos e os romanos já utilizavam as imagens para o ensinamento da sua mitologia. Jean-Claude Schmitt (2007) assinala que o cristianismo, particularmente no medievo, utiliza-se largamente as

imagens para a pregação dos ensinamentos, a exemplo de gregos e romanos.

Através de gestos, posturas e trajés, as bonecas desenhadas pelo ilustrador mineiro ensinavam civilidade, por sua vez, eram apropriadas pela imaginação de homens e mulheres. É interessante pontuar que o imaginário produzido pelas *Garotas* possivelmente não estava apenas restrito ao mundo das boas maneiras, nem mesmo produziu imaginários apenas nas mulheres jovens daquela época. Primeiramente, como foi anteriormente colocado, a coluna não estava restrita à etiqueta. Trazia as normas diluídas em seus textos e imagens. Mas a coluna de humor de Alceu Penna pode ser considerada uma coluna de comportamento. De tal feita, o comportamento também pode ser situado dentro da civilidade, porém não se restringia a mesma. Em seguida, a coluna não era lida apenas por jovens mulheres. Era editada em revista de ampla circulação nacional, lida por homens e mulheres de várias idades, situações sociais e lugares do país. Mais do que isso, a coluna não se encontrava na seção de assuntos femininos de *O Cruzeiro*. Logo, seu público alvo não eram apenas garotas, mas também homens e mulheres.

As Garotas e a civilidade – entre o visível e o legível

Entre textos e imagens. Entre ilustrador e escritor. Assim eram compostas aquelas duas páginas semanais: a coluna *Garotas* entre o ver e o ler. Dos arranjos e das distribuições de traços e letras. Ilustrações que davam vida, cor e movimento aos textos. Textos que faziam com que as bonecas falassem. Textos que alegravam, que davam um toque de humor ao traço de Alceu Penna. A coluna estudada foi, e ainda é, lembrada por seus encantadores desenhos, mas eles não vinham sozinhos. Vinham acompanhados por versos e prosas. Essa simples e antiga associação entre letras e imagens também se fez presente na coluna. Páginas situadas entre dois mundos. Das *polianas* ao mundo do visível. Das suas falas ao mundo do legível. Diferentes formas, diferentes mundos: uma coluna.

Entre visível⁵ e o legível. “Entretanto, ainda que simples figura de linguagem [...], não deixa de ser verdade que uma página escrita é, por um lado, leitura e, por outro, quadro e visão; o legível e o visível têm fronteiras e lugares comuns, superposições parciais e imbricações incertas” (MARIN, 2001, p.19). Louis Marin elabora interessantes considerações acerca da problemática do termo leitura relacionado à imagem. Para o historiador da arte francês, o texto, antes de ser legível, é visível. Primeiro vemos um texto e, somente depois disso, deciframos seu código de escrita.

A palavra escrita não veio substituir a imagem. Ambas as formas de expressão vêm, há muito tempo, coexistindo de forma harmoniosa. Texto e imagem apresentam uma longa convivência. Essas duas histórias, ou melhor, essas duas formas de registros históricos, se confundem. Por isso, analisa-se a coluna *Garotas*, dentro desta perspectiva, dentro deste embaralhado de traços e letras.

Os textos vinculados à coluna *Garotas* não se apresentavam como explicação do material desenhado. Os textos apresentavam-se como complementares das imagens. As pesquisas realizadas visualizam que, no decorrer do tempo de publicação da coluna, mesclaram-se os termos ilustração e desenho para referir-se às imagens.

Imagens, no caso da coluna estudada, precediam aos textos, na confecção da coluna, algo nada corriqueiro na época. O convencional era o contrário. Usualmente as imagens funcionavam, e de certa forma ainda funcionam, como adorno do texto. Era assim com as iluminuras dos textos medievais, nos códices gravados pela prensa e posteriormente ilustrados. Era assim na imprensa brasileira de meados do século XX. As ilustrações geralmente eram traçadas depois da escrita da coluna. No entanto, acredito que, no caso da coluna *Garotas*, esta norma tenha invertido-se pelo fato dos desenhos de Penna “comandarem” aquelas duas páginas. Não que os textos

⁵ Neste trabalho separa-se o visível e o legível tal como defendera o historiador da arte Louis Marins (Marin, 2001). Utilizo a noção de legibilidade do texto, e a de visibilidade da imagem, assim como Louis Marin. Tal qual o historiador também acredito que entre textos e imagens existem fronteiras e lugares comuns. E é sobre essas fronteiras e esses lugares que pretendo tecer considerações nesta parte de minha narrativa histórica. Existem outras correntes teóricas, entre elas as de autores como Wolfgang Iser e Martine July que acreditam que uma imagem pode ser lida.

possam ser considerados menos importantes, mas, de fato, apresentavam-se como elemento de menor destaque na coluna. Deste modo, podemos considerar que o caráter ilustrativo na coluna *Garotas* não eram as imagens e sim os textos.

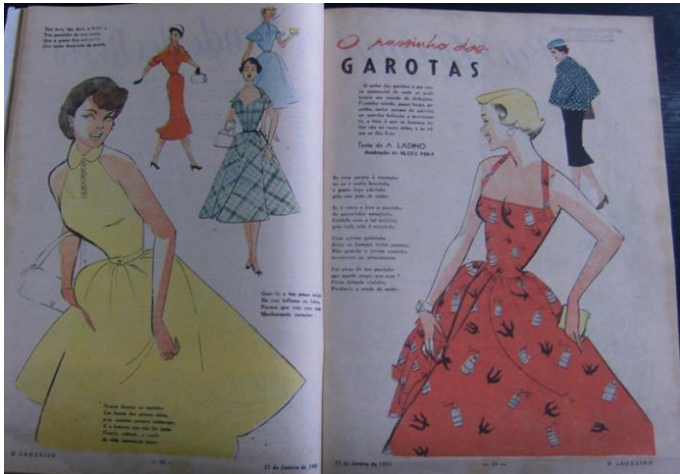


Figura 4 – O passinho das Garotas – Revista O Cruzeiro 27 de janeiro de 1951.p.38 e 39. Acervo: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre/RS.

O andar das garotas é um vasto manancial de onde se pode haurir um mundo de deduções. Passinho miúdo, passo largo, pesadão, andar sereno de gaivota ao marchar buliçosa e provocante, o fato é que os homens todos vão no rastro delas, a às vezes se dão bem.

Se uma garotas é exemplar
ou se é muito boazinha
a gente logo advinha
pelo jeito de andar [...] (A.LADINO, 1951, p.39).

A coluna *O passinho das Garotas* (fig. 4) de 27 de janeiro de 1951 traz um texto com pequena introdução e seis versinhos sobre o andar de uma *Garota*. Descreve como pode ser o andar de uma jovem mulher: manso, pesado, miúdo, largo. Ao decorrer dos versos, o autor faz deduções da personalidade de moça, a partir de seu andar. Como no primeiro verso, no qual afirma-se que pode ser detetável, pelo andar, se uma menina é boazinha ou não. No segundo verso, uma interessante questão é colocada: o andar também pode enganar. Já que, ele pode ser estudado, ensaiado, pensado. O andar, como uma convenção social também pode ser civilizado. Este consiste em excelente exemplo – bastante sutil, mas sempre presente – da temática da civilidade na coluna. Civilidade que se encontra diluída, neste caso, na normativa sobre o andar. Uma boa moça, boazinha, não pode ter um andar largo, muito menos pesado. Seu andar deve ser leve e miúdo, como uma boa moça, moça de família. Ou seja, um andar que marque sua posição social.

Os desenhos da coluna também colocam o andar, e a postura do andar, como elemento central. As duas bonecas em primeiro plano – uma virada para outra – fazem pose delicada, divertida e leve. Ademais, nas quatro personagens apresentadas em tamanho menor, é visível esse apego pelo bem andar. Bem-trajadas e bem adornadas, com a pose sempre ereta parecem deslizar suavemente pelo papel em que se encontra a coluna.

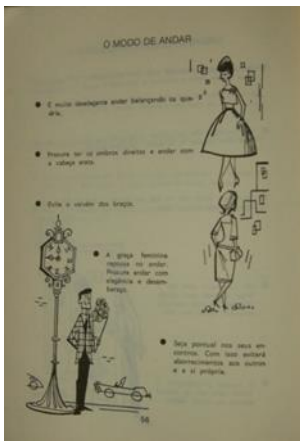


Figura 5 – Mil Regras Ilustradas de Boa Maneiras, 1961. p. 56.

- Andar apressado além de deselegante, pode também causar encontrões, porque há sempre pessoas distraídas que leem na rua ou olham vitrinas. (...)
- É muito deselegante andar balançando os quadris.
- Procure ter os ombros direitos e andar com a cabeça ereta.
- Evite o vai e vêm dos braços.
- A graça feminina repousa no andar. Procure andar com elegância e desembaraço.
- Seja pontuais em seus encontros. Com isso evitará aborrecimentos aos outros e a si própria (NICKOL, 1961, p.54).

Na imagem acima (fig. 5) temos a página de um Manual de civilidade da década de 1960. O manual foi escrito por Maria do Carmo Nickol e intitula-se *Mil regras ilustradas de boas maneiras* (1961). O livreto destaca-se, uma vez que é um dos poucos Manual de civilidade ilustrado localizado durante pesquisa. Datado do ano de 1961 apresenta ilustrações de Edmundo Rodrigues. Curiosamente, o prefácio do livro, não faz alguma menção ao fato de ele propor uma nova forma de ensinar o bom-tom – através de imagens. O livreto organiza-se de maneira bastante semelhante aos demais Manuais de civilidade. Em seu sumário, consta organizado os temas abordados e as páginas em que eles se encontram. Os temas são amplos e variados, como nos demais títulos desse gênero.

No item *Cortesia e Civilidade*, consta o subitem *Incidentes comuns na rua*, *Regras de cortesia na rua* e *O modo de andar*. Nestes três itens, encontram-se, além de ilustrações, textos organizados em forma de pontos: objetivos, simples e diretos. Provavelmente esta obra propunha uma leitura mais dinâmica, rápida e leve. Entre esses 3 subitens, encontram-se 15 ligeiros dizeres sobre o caminhar.

Esse texto coloca premissas muito próximas das trazidas pela coluna *O passinho das Garotas*. Destaca a atenção que deve ser dada ao andar, em especial, da mulher, uma vez que, segundo o livreto, a graça da moça está na elegância que dá a seus passos. As imagens do manual, assim como as da revista, trazem mulheres muito bem-trajadas e, portanto, bastantes adornos – fator que marca a classe social elevada da mulher representada. As bonecas do livro, mesmo impressas em preto e branco e traçadas com um número menor de

detalhes, têm marcas sempre presentes nas *Garotas*: excelente postura, gestos delicados e leves.

As Garotas – imagem, civilidade e cotidiano

As imagens e os textos da coluna *Garotas* circularam no dia-a-dia de homens e mulheres daquele Brasil de meados do século XX. Para além de sua circularidade⁶ num dito cenário cotidiano, aquelas páginas também tratavam de temas relacionados a questões habituais. Sublinhamos aqui o interesse crescente de historiadores acerca de questões que versam o cotidiano, como as imagens de circularidade ordinária. “Porque as imagens mais comuns são provavelmente as mais representativas das tendências profundas da cultura de uma época, de suas concepções da figuração, de suas maneiras de fazer e de olhar esses objetos. Todas as imagens, em todo caso, têm sua razão de ser, exprimem e comunicam sentidos [...]” (SCHMITT, 2007. p.11).

Se as imagens comuns são as mais representativas de uma época, assim como escreve Jean-Claude Schmitt, as *Garotas* do Alceu representam muitíssimo bem aqueles anos dourados brasileiros. As bonecas traçadas por Alceu Penna eram imagens comuns, até corriqueiras. Mas, acredito que apresentam profundas tendências de ser mulher, urbana, jovem e de classes média e alta naquele Rio de Janeiro de outrora. Apresentam tais tendências especialmente em virtude da despreteniosidade expressada pelas imagens e pelos textos. Imagens carregadas de valores simbólicos de uma época. Imagens que pretendiam divertir e fazer rir homens e mulheres com simples historietas que se passavam naquela mesma época.

Pelas páginas da coluna *Garotas* do Alceu, ou *Garotas* de *O Cruzeiro*, problematizou-se duplamente a civilidade. Primeiramente

⁶ Utiliza-se aqui o conceito de circularidades de acordo com os escritos de Carlo Ginzburg. Ver mais em: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

entre os Manuais de civilidade e uma coluna de revista. Em seguida, entre o legível, os textos e o visível, as imagens. De tal feitas, estas páginas ilustradas possibilitam a análise das normas de etiqueta de maneira menos direta e sistematizada, contudo não menos importantes e marcadas.

A coluna ensinava civilidade através de seus textos e suas imagens, no entanto, também produzia um imaginário sobre o feminino da época. Imaginário construído com base, segundo o próprio Alceu Pena, nas *Garotas* de carne e osso daquela época (Júnior, 2004). *Garotas* de carne e osso, *Garotas* reais, que, na coluna, foram transformada em *Garotas* de papel.

Através dos traços e das letras da coluna *Garotas* podemos visualizar um cenário brasileiro de meados do século XX, muito bem tracado por Penna. Temos as normativas de civilidade que começam a ganhar contornos na imprensa periódica brasileira. Temos, também, uma juventude urbana brasileira que marca principalmente o pós-segunda guerra. Na época o país alcança avanço econômico situado num período de marcante política nacional (Kornis, 2005). A República Nova levou mais uma vez brasileiros, e agora também brasileiras às urnas (Barros, p.27). Foi uma época de redemocratização. Época de presidentes da República com grande apelo popular (D'araujo, 1999), época de populismo, de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. O pai dos pobre, o presidente bossa nova (Gomes, 2002) ainda tão presentes no imaginário popular.

Época da República Nova, da Bossa Nova, do Cinema Novo, eram os anos de ouro⁷. Época em que os termos “novo” e o “moderno” ganham singular destaque em especial na publicidade do país (Figueredo, 1998). Época em que de amadurecimento da cultura de consumo, segundo Renato Ortiz (2006). Época, segundo o mesmo autor, em que se pode começar a pensar em uma cultura popular de massa brasileira. Renovação cultural que marca, em especial, as classes médias e altas do período. Um período interpenetrado pelo

7 A terminologia breve século foi utilizada por Eric Hobsbawm para designar o século XX. Segundo o historiador inglês este século teria durado desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até o final dos anos 1980, com o final da Guerra Fria (HOBSBAWM, 1998).

otimismo e pela esperança da sua população, que acreditava viver um período ímpar da história (Neves, 2001).

Apesar de estar inserida na seção de humor da revista *O Cruzeiro*, a coluna *Garotas* trazia muitas normativas de comportamento. Mais do que isso estavam diluídas naqueles textos e naquelas imagens normas de civilidade, as normas antes contidas nos Manuais de civilidade. Tão antigas e que não apresentam-se assimiladas ainda nos tempos de agora. E a coluna *Garotas* as trazia reverberadas em seus traços e em suas letras.

Referências Bibliográficas

- BASSANEZI, C. B. Mulheres nos anos dourados .In: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1999. p.324,350.
- BASSANEZI, C. B. e URSINI, L. B.O *Cruzeiro* e as Garotas. **Cadernos Pagu**, Revista do núcleo de estudos de gênero da Unicamp. Campinas, n.4, p.243-260, 1995.
- BURKE, P. **A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- CARVALHO, M. **Guia de boas maneiras**.São Paulo: Companhia Editora nacional, 1958.
- CARVALHO, L. M. **Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro**. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- CASTANHO, I. S. **Etiqueta social**. São Paulo: Editora Universitária Ltda São Paulo, 1952.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. **Leituras e leitores na França no Antigo Regime**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COELHO, A. e RODRIGUES, D. S. **Cadernos da Comunicação Série Memória. O Cruzeiro: a maior e melhor revista da América Latina.** Série Estudos, vol. 5, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, M. T. S. História, educação e civilidades: A correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930-1960. **Revista de Educação.** Revista do centro de Educação da UFSM. Santa Maria, v. 30, nº2, p. 121-138, 2005.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo AbyWarburg.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ELIAS, N. **A sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **O processo civilizador.v.1. Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1994

FIGUEREDO, Ana Carolina Camargo Moraes. **Liberdade é uma calça velha azul e desbotada. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964).** São Paulo: Hucitec, 1998.

FORNAZARI, L. **Gênero em Revista: Imagens de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra, 2001.** Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOMES, A. C. **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2002.

GONÇALO, J. **Alceu Penna e as Garotas do Brasil: Moda e imprensa – 1933/1980.** São Paulo: CLUQ – Clube dos Quadrinhos, 2004.

GUEREÑA, J. L. **El alfabeto de las buenas maneras. Los manuales de urbanidad em la España Contemporanea.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipéres, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das letras, 2006.

KORNIS, Mônica Almeida. **A era da Bossa Nova: Anos Dourados?** Revista Nossa História. São Paulo, nº23, ano II, p.26-29, set. 2005.

MARINS, L. **Sublime Poussin**. São Paulo: Edusp, 2001.

MIRANDA, J. T. **Boas Maneiras: e outras maneiras**. São Paulo: Bestseller Importadora de Livros S.A., 1965.

MORAIS, F. **Chatô: O rei do Brasil, vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, Lucília de Almeida. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964)**. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NETTO, A. **O império de papel. Os bastidores da revista O Cruzeiro**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

NICKOL, M. C. **Mil regras ilustradas de boas maneiras**. Rio de Janeiro: Edições de ouro, 1961.

ORTIZ, R. **A Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1980,

PECHMAN, R. M. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PENNA, G. O. **Vamos Garotas! Alceu Penna: moda, corpo e emancipação feminina (1938-1957)**, 2007. Dissertação (Mestrado em Moda, Cultura e Arte). Centro de Moda, SENAC, São Paulo.

RAINHO, M. C. T. **A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

_____. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de civilidade – Rio de Janeiro, século XIX**. **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.8, número 01/02, janeiro/dezembro, 1995.p. 139,152.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, R. (org.). **História da Vida Privada, v. 3**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p.169-209

ROTTERDAM, E. **A civilidade Pueril**. Lisboa: Estampa, 1978

ROUVILLOIS, F. **História de la cortesía: de 1789 a nuestros días.** Buenos Aires: Claridad, 2008.

SERPA, L. **A máscara da modernidade: A mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945).** Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

SCMITT, J. C. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média.** Bauru/SP: EDUSP, 2007.

WARBURG, A. **História da Fantasma para gente grande.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

RECEBIDO EM: 01/08/2016
APROVADO EM: 04/11/2017

CARLOS ROBERTO ANTUNES DOS SANTOS E A HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO PARANÁ

Carlos Roberto Antunes dos Santos and the history of food in the Paraná

*Maria Cecília Barreto Amorim Pilla**
*Cilene da Silva Gomes Ribeiro***

RESUMO

O objetivo deste artigo é trazer para discussão o clássico História da Alimentação no Paraná, de Carlos Roberto Antunes dos Santos, publicado pela primeira vez em 1995, propiciando a reflexão sobre os movimentos econômicos, sociais e políticos ocorridos no século XIX, na Província do Paraná, a partir da produção e do acesso aos alimentos e revelando as permanências que se verificam na produção e no consumo balizado pelo jogo do mercado capitalista. Atualmente, muito do que foi registrado como pertencente aos movimentos do século XIX se replica, seja nas relações de produção, distribuição, seja no consumo dos alimentos, evidenciando-se a atualidade e a importância da referida obra, que aborda temas persistentes e recorrentes no Brasil. Dada uma série de dilemas atuais, incluindo a insegurança alimentar, a falta de sustentabilidade ecológica e a necessidade de se garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, é pungente retornarmos à análise pretendida pelo autor, a partir da trilogia por ele defendida – escassez, carestia e qualidade.

Palavras-chave: história da alimentação no Paraná; Carlos Roberto Antunes dos Santos; consumo alimentar

ABSTRACT

The objective of this paper is to bring to the discussion the classic História da Alimentação no Paraná, by Carlos Roberto Antunes dos Santos, first published in 1995, promoting reflection on economic, social and political movements in the 19th century in

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é professor Adjunto III da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: ceciliapilla@gmail.com

** Doutora em História pela UFPR. Atualmente professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cilenex@hotmail.com

the Province of Paraná, from the production and access to food and revealing the permanences that occur in the production and consumption marked by the game of the capitalist market. Nowadays, much of what was registered as belonging to the movements of the nineteenth century is replicated, not only in the relations of production, distribution, but also in the consumption of food, evidencing the relevance and importance of this work, which addresses persistent and recurring themes in Brazil. Given a number of current dilemmas, including food insecurity, lack of ecological sustainability and the need to ensure the human right to adequate and healthy food is poignant returning to the analysis by the author, from the trilogy he advocated - shortage, dearness and quality.

Keywords: history of food in the Paraná; Carlos Antunes dos Santos; food consumption

1. Carlos Roberto Antunes dos Santos, historiador falecido em 2013, nasceu em Porto Alegre-RS tendo sua formação acadêmica iniciada com a Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná, onde também obteve o seu título de Mestre, em setembro de 1974, com a Dissertação “Preços e Profissões de Escravos no Paraná - 1860/1887”. Mais tarde, ainda nos anos 1970, doutorou-se pela Universidade de Paris X- Nanterre/França, com a Tese intitulada “Economia e Sociedade Escravista no Paraná”. Entre 1984 a 1986 realizou programa de Pós-Doutorado na *École des Hautes Études d'Amérique Latine*, na Universidade de Paris III/França, concluindo o referido programa com o trabalho intitulado “História Econômica do Brasil no contexto latino-americano”. Em 1992, através de concurso de provas e títulos alcançou a categoria de Prof. Titular do DEHIS/UFPR, com a tese “Alimentar o Paraná Província”.

Como se vê, Santos desenvolveu estudos sobre o Paraná desde em suas primeiras pesquisas. A partir da análise de aspectos políticos, sociais e econômicos do estado nos séculos XVIII e XIX, acabou trazendo à tona uma história até então pouco retratada e valorizada no âmbito das pesquisas historiográficas: a da alimentação.

Sua grande tese é que o alimento – sua produção, distribuição e consumo – interferiram de forma direta na formação do atual Estado do Paraná.

Quando Santos iniciou suas pesquisas no âmbito da alimentação, não era comum entre os historiadores considerar o alimento como categoria histórica. A comida e os gêneros alimentícios, em geral, apareciam como aspectos de estudos mais amplos sobre a sociedade rural e as estruturas agrícolas. Quando este estudioso escreveu sua primeira obra sobre o assunto, revelou um aspecto importante da formação do Paraná, de experiência assentada no campo, e ainda investiu em uma temática fundamental para a compreensão da vida de todos os seres humanos.

Com seus estudos analisou de que modos a escassez e a carestia de alimentos afetaram diretamente a estrutura de produção agroalimentar da Província do Paraná no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, retardando sua consolidação como uma parte independente da federação. Ainda, analisou como a disponibilidade de alimentos foi condicionante na formação dos hábitos alimentares da população local e como tais acesso interferiram nos costumes.

O objetivo do presente artigo é realizar uma leitura atualizada do clássico *História da alimentação no Paraná*, publicado pela primeira vez em 1995. Para tanto, serão realizadas duas etapas de reflexão. Num primeiro momento, pretende-se descrever o panorama feito pelo autor da produção de alimentos no Paraná no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, procurando identificar as principais características da penúria e da carestia dos alimentos, bem como a atuação das políticas nacionais e regionais nos processos de colonização e emancipação da região. Em um segundo momento, realiza-se uma síntese da estrutura agroalimentar na Província do Paraná, com foco nos principais alimentos da região, de acordo com Santos¹ (2007): o feijão, o milho, a mandioca, o arroz, a carne, o trigo e a erva-mate. Em um terceiro momento, busca-se na principal tese do autor – a trilogia escassez, carestia e qualidade dos

1 SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007. Para esse artigo tomamos a edição realizada pela Editora Juruá do ano de 2007.

alimentos – uma relação com alguns traços da situação alimentar atual, partindo-se do pressuposto de que o estudo da história contribui para propor elementos e algumas respostas aos problemas contemporâneos, dentre eles, as questões alimentares.

2. Em *História da alimentação no Paraná*, Santos² evidenciou que é por meio da análise das crises de produção de alimentos e de abastecimento que se pode chegar a conhecer a história das tensões, dos conflitos e da própria estrutura de produção alimentar de uma sociedade – sendo a história do abastecimento “(...) uma história que se regionaliza, que foge do nacional, que se particulariza, mesmo que suas coordenadas estejam presas a determinações de sistemas maiores”.

Ao realizar suas pesquisas, Santos (2007) explicitou que os estudos sobre o campesinato no Brasil, com mão de obra nacional ou estrangeira, revelaram-se sob um permanente aspecto de marginalidade, não tendo um papel de destaque na história brasileira. Tal população era vista como fixada no interior, dependente, rústica e que produzia apenas o suficiente para seu sustento. Pouco se evidenciou, à época, sobre suas características, com destaque para suas produções, que integravam o circuito do comércio e dos mercados urbanos; raramente se mencionava que a pequena produção se apresentava como um segmento social inserido no processo do capital comercial, ao gerar excedentes que eram apropriados por agentes econômicos. Por tais observações é que a obra de Santos continua viva e atual, podendo ser utilizada por todos os pesquisadores que estudam a produção de alimentos e a soberania alimentar. Sem o alimento de subsistência, sem o campesinato, não há crescimento, vida e saúde para o ser humano e a natureza.

² SANTOS, op.cit.,p.18.

Para a elaboração da obra em análise, Santos³ partiu de algumas premissas: 1 - de que a partir da segunda metade do século XIX estava surgindo na Província do Paraná um projeto que visava gerar modernidade e desenvolvimento à região, fazendo com que muitas medidas, tal como a formação de uma estrutura agroalimentar, fossem ensaiadas; 2 - de que o sistema produtivo provincial deveria ser definido a partir da dinâmica de produção agroalimentar, do estabelecimento de políticas de abastecimento e da formação e regulamentação do mercado de alimentos; e, 3 - de que a expansão do setor de exportação de alimentos havia criado uma série de efeitos de retorno, impactando diretamente no setor de subsistência.

Como método de investigação, realizou levantamentos e arrolamento de fontes históricas para captação de dados quantitativos e qualitativos sobre a questão agroalimentar e suas dimensões, a partir dos acervos do: Instituto de Terras e Colonização do Paraná (ITCF); cartórios de registros do Cível, comércio e anexos; Sessão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; Arquivo Público de Curitiba; Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba. As fontes utilizadas nas pesquisas que geraram a obra foram: relatórios dos presidentes de Província; correspondência dos Presidentes de Província; boletins do Arquivo Público Municipal; posturas municipais; fontes de imprensa; e, anuário estatístico.

Para Santos⁴, foram as políticas de produção e de abastecimento estabelecidas na Província do Paraná, especialmente a partir do século XIX, que deram origem ao atual estágio de desenvolvimento. À época, havia o desejo de atingir dois grandes objetivos, principalmente a partir do governo de Lamenha Lins: a emancipação dos escravos e a implantação de um novo sistema de colonização e imigração, ambas embasadas e sustentadas pela produção e distribuição de alimentos. O projeto de modernidade e desenvolvimento implementado na Província do Paraná após a promulgação da Lei de Terras de 1850 estava diretamente relacionado à colonização e ao abastecimento pelo estímulo à vinda de imigrantes europeus e o aumento da produção de alimentos básicos. Lamenha

3 SANTOS, op.cit.

4 SANTOS, op.cit.

Lins defendia um projeto que isso permitiria maior circulação de gêneros alimentícios diretamente das unidades de produção para as unidades de consumo, gerando uma dinamização do mercado interno, caracterizando sistemas produtivos regionais.

Santos⁵ explicitou em sua obra que o alimento, sua produção, distribuição e consumo, são as bases do crescimento civilizatório. Sem alimento e sem comida não há sociedade, não há desenvolvimento e crescimento e, portanto, desde os primórdios, o controle de toda a cadeia logística, que vai desde a produção até o consumo de insumos, determina quem tem o poder, quem comanda e quem é comandado. Os interesses mercantis europeus definiram as formas de ocupação, produção e exploração do território brasileiro ao longo de todo o processo de colonização. Foram as atividades exportadoras que estabeleceram o que, quando e como se produziam as matérias-primas, fossem elas para a exportação ou para consumo interno, implicando o estabelecimento de grandes unidades de produção e interesses comerciais.

Com o desenvolvimento da exploração do ouro em Minas Gerais e a concentração de esforços do mercado internacional neste tipo de comércio, algumas outras regiões do país, desprovidas de tal riqueza, passaram a ser percebidas e a contribuir em âmbito nacional. É o caso da pecuária sulina, que passou a ter grande importância na alimentação da população mineradora e do restante do país, auxiliando na articulação das diferentes regiões do sul. O Estado do Paraná, por exemplo, a partir da segunda metade do século XVIII ainda não havia estabelecido nenhuma estrutura produtora de alimentos voltada a suprir as necessidades da sua população porque mantinha como base de sua economia a criação e o comércio de gado, que era levado para os mercados de Sorocaba e constituía parte da exportação sulina. Neste período, um terço da população escrava lidava diretamente com o gado e o restante atuava nas demais atividades das fazendas, que constituíam um conjunto econômico e social integrado e quase autossuficiente, “(...) com a produção de

5 SANTOS, op.cit.

alimentos que consistiam basicamente em carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz”⁶.

Além dos alimentos produzidos na região como o arroz, o feijão e o milho, a farinha de mandioca e o peixe figuravam entre as maiores riquezas do litoral do Paraná, sendo que grande parte do que se produzia era consumida na própria região. De acordo com Santos⁷, a economia da Vila de Curitiba do final do século XVIII estava centrada na produção de bens de consumo destinados, principalmente, aos próprios habitantes, destacando-se a produção de milho, feijão, farinha de mandioca e trigo. É importante citar que esta combinação de alimentos essenciais também fazia parte da alimentação de boa parte do Brasil. Graham, por exemplo, em pesquisas relacionadas com a alimentação em Salvador, cita o arroz, o feijão, o milho e a farinha de mandioca como os alimentos de maior consumo da população entre o século XVIII e XIX⁸.

Em suma, o Paraná do século XVIII se articulou em dois espaços econômicos não-integrados: a área da economia pecuária, nos Campos Gerais, pela criação e transporte do gado e pelo tropeirismo; e, as áreas onde prevaleceram os padrões específicos de economia de subsistência, nas pequenas vilas do planalto e do litoral, que tinham o ritmo lento de produção como modelo instituído e marcante.

No início do século XIX, o setor de subsistência paranaense era bastante limitado, com ínfimo crescimento, gerando a necessidade, inclusive, de importação de produtos essenciais. Além da economia de subsistência ser pouco expressiva por seus métodos de produção, foi neste mesmo período que se evidenciou no Paraná o desenvolvimento da economia de exportação, que tratou de reduzir ainda mais a produção de alimentos para o consumo interno. Desta modalidade faziam parte a economia do mate, que monopolizou praticamente todas as atividades do litoral e do primeiro planalto, e a economia da pecuária, determinante para a ocupação do primeiro e segundo planaltos do Paraná. Estimuladas, respectivamente, pelo comércio com os países do rio da Prata e com as Minas Gerais, essas

6 SANTOS, op.cit.,p.29.

7 SANTOS, op.cit.,p.29.

8 GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade**: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780 – 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.147.

economias foram gerando cada vez mais desequilíbrio entre os setores comerciais e de subsistência, a ponto de gerar uma grave crise de abastecimento na região. Insumos como açúcar, trigo, carnes e toucinho, sal, bebida, tecidos, entre outros produtos agroalimentares e artigos de primeira necessidade, eram escassos e necessitavam ser importados de outras regiões, gerando um déficit entre o que se exportava e o que se importava. Sem tecnologias para a produção agrícola, sem sistemas viários de integração de diferentes regiões que facilitassem o comércio, sem apoios financeiros à pequena produção e com a euforia gerada pela economia do mate e do gado desfocando os interesses da produção agrícola de consumo e gerando seu abandono, os agricultores acabaram por se limitar a produzir apenas o suficiente para o sustento de suas famílias, escasseando, assim, o abastecimento da população.

Curitiba, mesmo sendo um centro administrativo importante na região, e Paranaguá, que propiciava comunicação garantida com o litoral atlântico e possibilidades de escoamento da produção, não possuíam capacidade produtiva e de consumo para atender sequer suas populações, sendo as produções de gêneros alimentícios extremamente precárias. Nas primeiras décadas do século XIX, os mercados de Curitiba e Paranaguá comercializavam os produtos de subsistência básicos à população – milho, feijão, charque, toucinho ou os importados, tais como o açúcar, sal, vinho, vinagre, gado e aguardente – e muitas medidas legais tiveram que ser instituídas no intuito de se combater a escassez e a carestia, a especulação de preços e abusos.

O mate, a partir da segunda década do século XIX, passou a ser o grande foco de produção e exportação do Paraná, situação que se manteve durante quase todo século XIX. Desde o início da década de 1840, o Paraná aumentou de forma considerável sua produção de erva-mate, fazendo com que a atividade ervateira passasse a monopolizar capitais e mão de obra livre e escrava, fato que só se modificou quando as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a produzir erva-mate de melhor qualidade, afetando a produção e a exportação do produto pelo Paraná. O mate, de qualquer forma, tornou-se o “(...) produto fundamental para a integração da

economia paranaense às rotas da economia brasileira e da Economia-Mundo”⁹ e fez prosperar produtores e comerciantes, integrando-os de forma definitiva às rotas do capitalismo. Em contrapartida, a agricultura se manteve reduzida às “(...) pobres lavouras de cana e arroz, no litoral, que movimentavam pequenos engenhos. Por sua vez, no planalto curitibano, apenas escassas plantações de milho. Tudo, porém, em pequena escala”¹⁰, o que gerava preocupações, já que não havia alimentos suficientes para o consumo da população e para seu crescimento.

Depender de importações de insumos de primeira necessidade era um dos males da concentração de esforços na produção da erva-mate e fazia com que os gêneros alimentícios custassem muito à população. Percebe-se já naquela época um jogo desigual: uma enorme euforia motivada pelos ganhos com a economia extrativa e uma imensa penúria e carestia dos produtos de subsistência.

A carestia dos alimentos bem como sua escassez, fizeram com que regras e legislações fossem criadas pela Coroa portuguesa e depois pelo Governo Imperial no intuito de se garantir à população a oferta de alimentos em quantidade e preço justo, evidenciando-se a preocupação em relação à subsistência, um tema de abrangência social.

O mate fez com que a Província do Paraná se enquadrasse nos movimentos capitalistas da Economia-Mundo, mesmo que no contexto de uma nação periférica como o Brasil no que dizia respeito aos movimentos comerciais internacionais. Em suma, como relata Santos¹¹, tal situação levou à formação de uma estrutura neocolonial, integrada ao processo internacional de acumulação de capital, com as variáveis “terra” e “trabalho” levadas à linha do liberalismo econômico, mas adaptadas a condições próprias.

Os anos 1850 anunciaram, pois, mudanças estruturais na sociedade brasileira, principalmente a partir da inserção do Brasil na Economia-Mundo, da abolição do tráfico de escravos e da

9 SANTOS, op.cit.,p.38.

10 SANTOS, op.cit.,p.39.

11 SANTOS, op.cit.

promulgação da Lei de Terras (Lei 601, de 18 de setembro de 1850) – e a Província do Paraná não demoraria a sofrer a extensão dessas condições.

Mesmo com as novas regulamentações e os impactos internacionais sobre a produção e a venda de produtos paranaenses, a crise do setor agrícola continuava se constituindo em um foco permanente de carestia, apesar de toda a emancipação econômica e política promovida pela extração da erva-mate, influenciando todo o sistema de preços e a situação precária da subsistência no Paraná, que reproduzia a situação nacional.

Em 1870, enquanto a economia do mate seguia em alta nos quadros de exportação paranaenses, assistia-se ao declínio da economia pecuária, motivado pelo uso dos campos, antes utilizados somente para criação de gado, para as invernadas que se iniciaram em 1860, ou seja, para repouso e engorda do gado.

Com a crise da pecuária avolumada a partir de 1870, evidenciou-se uma “(...) nova forma de utilização da propriedade fundiária, reflexo da desagregação do sistema econômico-social estabelecido” sobre esta economia¹². Diversas famílias de fazendeiros deixaram o campo e passaram a morar nas cidades, movimentando ainda mais o comércio urbano. Da mesma forma, o trabalho escravo, que anteriormente representava o alicerce da sociedade campeira, começou a sofrer reduções. Terras antes utilizadas na criação do gado e plantio de alimentos de subsistência passaram a ser utilizadas para as invernadas, que aparentemente geravam retornos mais fáceis e garantidos aos proprietários rurais. A terra passou a ser um bem de alto valor e elemento essencial da riqueza dos criadores.

Conforme corrobora Graham¹³, “(...) nenhuma cidade alimenta a si mesma”. O abastecimento das cidades depende de um contingente de trabalhadores para plantar ou cultivar os alimentos, gente para transportá-los, intermediários para comprá-los e revendê-los aos consumidores. Sem o cultivo não há alimentos e sem os alimentos não há comércio. Sem comércio, não há a aquisição e a alimentação. Quando a oferta é pequena, quem tem condições de

12 SANTOS, op.cit.,p.56.

13 GRAHAM, op.cit,p.19.

vender, o faz de forma especulativa e, assim, quem sofre as reais consequências é a população, que paga valores muito altos para ter acesso ao alimento. A carestia se consolida e prejudica ainda mais o consumo.

Em virtude das mudanças da sociedade desencadeadas pela desagregação da economia da pecuária, crises cíclicas internacionais que atingiam a economia do mate provocando queda de preços e a situação pífia da produção agroalimentar e de abastecimento na província, mesmo que algum excedente continuasse sendo comercializado para outras regiões do país, a província do Paraná viu-se na emergência de construir um projeto de modernização e desenvolvimento da região, em termos sociais, econômicos e políticos. Como os movimentos escravistas foram sendo abolidos ao longo do tempo, o Paraná passou a ver com bons olhos a presença de trabalhadores imigrantes. Com a Lei de Terras de 1850 já em vigor, que instituiu a terra como mercadoria, estimulou-se a vinda dessas pessoas para prover a grande e a pequena lavoura com a mão-de-obra necessária, como parte de uma política colonizadora regional apoiada pelo Governo Imperial, em consonância com a política de emancipação.

Infelizmente, a política nacional de colonização, que utilizava mão de obra de imigrantes, foi direcionada inicialmente para atender as grandes lavouras, agora sem trabalho escravo. Mas, “(...) em relação à economia de subsistência, os liberais no poder acabavam por não reconhecer a existência de crise por falta de alimentos à população”¹⁴ e, por isso, as políticas de abastecimento continuavam a ser desenvolvidas e praticadas de forma regional, localizada, com foco em problemas específicos.

Na Província do Paraná, as ações e discursos dos presidentes buscavam recuperar a produção de alimentos a partir do trabalho livre e estabelecer políticas de abastecimento, implementando um processo de colonização que corroborasse com um projeto de modernização e desenvolvimento regional.

Inicialmente, a vinda dos imigrantes não surtiu o efeito esperado pelo governo provincial na produção de alimentos, uma vez

14 SANTOS, op.cit.,p.66.

que não houve comprometimento do Governo Imperial com a empreitada. Mesmo com a presença de imigrantes, o liberalismo econômico tentava manter a ideia de que a vocação agrícola do país era produzir para exportar, sem a preocupação com a produção de alimentos para atender as necessidades da população local.

Em 6 de abril de 1876, o então presidente da Província do Paraná, Lamenha Lins, promulgou a Lei 451, estabelecendo grupos de estudos sobre imigração a fim de fixar os imigrantes em colônias nos arredores dos centros urbanos. Com sucesso, a experiência pioneira desta fixação se deu com a Colônia de Santa Cândida, e a partir daí outras colônias foram fundadas, tais como as de Órleans, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, Lamenha, Santo Inácio e Rivière, ao redor de grandes cidades como Curitiba¹⁵.

Ainda em 1876 o governo Lamenha Lins já havia estabelecido 12 colônias nos arredores de Curitiba e uma série de ações relacionadas ao novo plano de colonização agrícola foram colocadas em prática, visando suprir os centros urbanos por meio da agricultura de subsistência e a garantia do abastecimento. Assim, as colônias passaram a produzir milho, arroz, feijão, mandioca, verduras, frutas e a criar animais domésticos, cujos excedentes eram comercializados em Curitiba. Passaram a alimentar as cidades e a oferecer um certo suporte ao setor de exportação, pois alguns gêneros paranaenses, via sistema de cabotagem, atingiram outras praças nacionais, em valores apreciáveis comparados com as exportações anteriores.

A experiência profissional trazida pelo camponês europeu no trato da terra e na introdução de novos meios de trabalho deveria ser passada ao camponês brasileiro, acostumado ao uso de métodos rudimentares, depredatórios e exploratórios como a queimada e a roçada. Melhorar a técnica de preparo poderia, entre outros fatores, aumentar a produtividade das terras.

Nas colônias estabelecidas ao redor de Curitiba, produzia-se centeio em grande escala, trigo, batata, milho, feijão, ervilha, fumo e legumes em geral, dependendo da etnia dos imigrantes de cada uma das colônias. Algumas colônias, menos produtivas, forneciam lenha

15 SANTOS, op.cit.,p.75.

para a Capital. Outras, localizadas mais ao litoral da Província, produziam cana-de-açúcar, café, vinho, mandioca, fumo, arroz, milho, araruta e feijão.

3. “Ao se analisar a formação de um sistema de produção agroalimentar deve ser considerado que este conjunto se refere às atividades que definem a função ‘alimentação’ numa dada sociedade”¹⁶. Quando Santos escreveu esta frase em *História da alimentação no Paraná*, certamente estava se referindo ao fato de que toda a cadeia de produção de alimentos está atrelada não apenas à sua produção, mas à sua industrialização ou ao seu beneficiamento, comercialização e distribuição. Sem estas etapas da cadeia de produção de alimentos, não se gera o consumo. Todo este conjunto denominado produção agroalimentar está inserido em uma formação econômica e social, dependendo diretamente de sua estrutura e organização. A produção agroalimentar exprime a visão da sociedade em que está inserida, é afetada por suas dinâmicas e afeta diretamente o consumo alimentar das populações envolvidas e, assim, seus hábitos alimentares. O que está sendo produzido e ofertado é o que passa a ser consumido pela população e inserido como parte de seus hábitos alimentares.

Na Província do Paraná, as novas condições de hábitos e de consumos alimentares implicaram maior capacidade de produção agrícola, diversificação dos produtos, meios de transporte alternativos e implantação de redes viárias, novos mercados e patamares do sistema agroalimentar.

Santos¹⁷ evidencia que, durante o século XIX, produtos como milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, carne verde, trigo, centeio e mate eram considerados básicos para o regime alimentar da

16 SANTOS, op.cit.,p.118.

17 SANTOS, op.cit.

população, pois se encontram na maioria das fontes pesquisadas. Mesmo que a carne fosse muito desejada e recomendada devido à suas características nutricionais, não era acessível à grande parte da população, em virtude de seus preços elevados.

Produzido em boa parte da região, tanto no período da Comarca como da Província do Paraná, o feijão constituía produto básico da lavoura de subsistência, compondo, juntamente com o milho e a mandioca, a dieta da maior parte dos produtores e da população de baixa renda presente nas cidades.

Santos¹⁸ afirma que o feijão era um dos produtos mais enfatizados em relatórios da economia paranaense, em que se mencionava a importância e a presença desse alimento na refeição de trabalhadores contratados por jornada de trabalho, juntamente com farinha e charque. O autor relata, ainda, que o feijão, um dos produtos que mais se adequava à terra paranaense, sempre foi cultivado para consumo, mesmo em momentos de escassez, sendo o feijão preto muito referenciado em anúncios ao longo do século XIX.

O autor também cita que o milho, juntamente com o feijão, a farinha de mandioca e o charque, era considerado gênero de primeira necessidade para a alimentação da população. Da mesma forma que o feijão, a produção de milho estendeu-se ao longo do século XIX em todas as áreas de produção agrícola do Paraná. Considerada como área de boa produção para este alimento, a Província era estimulada ao seu plantio, mesmo que a derrubada e a queimada se constituíssem base preliminar para este cultivo. Sérios problemas de oferta deste alimento ocorreram ao longo do século XIX, gerando descontentamento da população e carestia.

Dentre os alimentos mais produzidos e consumidos no Brasil ao longo de toda a sua história está a mandioca. Descrita como o “pão da terra” pelos navegantes e colonizadores, a mandioca tornou-se alimento básico da alimentação da população brasileira, por ser um produto de produção e consumo doméstico.

No Paraná, a mandioca tornou-se produto típico do litoral, apesar de também ser produzida em menor escala em outras regiões. No século XVIII, a farinha de mandioca era largamente produzida no

18 SANTOS, op.cit.

litoral, exportada pelo porto de Paranaguá e vendida em Curitiba, tornando-se amplamente consumida por ricos e pobres e integrada aos hábitos alimentares dos habitantes da região. Versátil para uso em diversas preparações, a farinha de mandioca passou a integrar a mesa do paranaense e se tornou ingrediente de iguarias bem conhecidas da nessa cozinha paranaense.

O arroz, no Paraná, era até a década de 1860 um produto complementar, que não fazia parte da lista de gêneros de primeira necessidade, com exceção de algumas regiões da Província. Foi a partir de 1870 que passou a ser percebido como gênero básico, sendo incluído nas listas de comercialização e controle de especulações comerciais.

De acordo com Santos¹⁹, a carne verde figurava entre os gêneros alimentícios inseridos em processos de crise constante: preços elevados, qualidade do produto, aspectos de higiene, divergências entre os comerciantes e a população, manipulação de pesos, entre outros. Ainda, o universo da carne verde envolvia interesses diversos de produtores, comerciantes, governos e populações em face do capital comercial em expansão, “(...) a ponto de se poder afirmar, sem grande exagero, que a história do abastecimento no Brasil é, sobretudo, a história da carne verde”²⁰.

No Paraná, ao longo do século XIX, a carne verde não era considerada como gênero de primeira necessidade, ainda que houvesse demanda por parte da população pelo controle de preços. Parte da dificuldade de negociá-la, em todas as regiões paranaenses, devia-se à falta de qualidade do produto, asseio dos estabelecimentos e oportunidade de preço acessível.

Para Santos²¹, “(...) os cereais tiveram um peso considerável sobre a população camponesa e a vida global dos homens”, sendo que o trigo, juntamente com cereais secundários como a cevada, a aveia e o centeio, afirmou a expansão da civilização europeia. No Brasil, mesmo diante de culturas rivais como o milho e a mandioca,

19 SANTOS, op.cit.

20 SANTOS, op.cit.,p.131.

21 SANTOS, op.cit.,p.137.

estabeleceu-se como gênero essencial a partir da colonização dos imigrantes, já que fazia parte de seu hábito alimentar.

Na primeira metade do século XIX, embora já existisse alguma produção na Província do Paraná, o trigo era essencialmente importado para atender a demanda da população. E em meados do século, contrariamente, já se viam produções significativas de um trigo considerado de boa qualidade em algumas áreas paranaenses, que posteriormente foram praticamente devastadas pelas pragas inerentes à esta cultura, fazendo com que a Província e o restante do país gastassem valores razoáveis na importação do produto.

Em 1857, o parlamento votou a Lei 939, com o objetivo de estimular a retomada da produção de trigo no país e, assim, atrair a mão-de-obra imigrante, cujo principal alimento de consumo era o pão. Assim, é possível evidenciar, por meio da obra de Santos, a criação de uma política pública de compra de sementes de trigo a fim de garantir aos consumidores do grão que eles poderiam manter seus hábitos alimentares nesta nova terra.

Com esta política de incentivo à produção de trigo, houve estímulo e apoio às várias fases da cadeia de produção como, por exemplo, melhorias nas sementes, nos métodos de cultivo e de beneficiamento, no escoamento da produção, expansão de padarias (emergindo o estrangeiro no ofício de padeiro) e inserção de novas técnicas de preparo do pão – fazendo dele um alimento indispensável à população.

A expansão do comércio de pão na Capital deveu-se, em grande medida, à vinda dos imigrantes europeus para o Paraná e sua fixação em colônias agrícolas nos arredores de Curitiba. Como o preço do pão branco, feito somente de trigo, era elevado, ele era consumido apenas pelos ricos. Aos pobres restavam os pães cujo trigo era misturado com algum outro tipo de cereal, chamados de broa, introduzindo-se o hábito na população paranaense de utilizar centeio e cereais diversos.

O mate foi, conforme afirmação de Santos²² já mencionada, uma das mercadorias mais produzidas e exportadas pelo Paraná no século XIX. Sofrendo reflexos diretos da economia internacional,

22 SANTOS, op.cit.

teve oscilações em sua produção e importância, mas não deixou de ser foco principal da produção dos grandes latifúndios agrícolas no período. Santos relata que a erva-mate era a bebida mais popular, por ser mais barata que o café, o chá verde e o chá preto. No Paraná de 1885, a ingestão do mate feito na base do chimarrão era bastante significativo – conforme Santos, o consumo per capita era de três cuias por dia. Além da influência decisiva do mate na economia da Comarca e da Província, o produto também fazia parte dos gêneros básicos para o abastecimento doméstico, juntamente com o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, a carne e o trigo. Outros itens como o charque, o açúcar, o sal e cereais complementares como o centeio, a cevada e a aveia também tiveram grande importância na dieta paranaense ao longo do século XIX.

Santos²³ reforça, ainda, que “(...) qualquer inventário sobre a produção agroalimentar no Brasil deve levar em consideração que três variáveis estiveram aí permanentemente presentes: a escassez, a carestia e a qualidade dos alimentos”. A presença constante destas três variáveis definiu o nível de oferta, as possibilidades e dimensões de acesso por parte da população de baixa renda aos gêneros de primeira necessidade e a qualidade dos produtos disponíveis.

A escassez dos alimentos gerava a exploração pelos mercados e a carestia dos alimentos, tornando-se um grave problema para o acesso a eles de boa parte da população paranaense e uma grande preocupação das autoridades. No intuito de resolver a situação e tornar mais justa a aquisição dos alimentos, foram promulgadas leis, resoluções, posturas e outros ordenamentos jurídicos. A carestia dos produtos de consumo alimentar se evidenciou ao longo de todo o século XIX, gerada pelos maus sistemas produtivos, pela ação de intempéries e das pragas, pela falta de mão de obra para a produção, pela deficiência no modal de distribuição, pela falta de estruturas comerciais adequadas nos centros urbanos, pela especulação dos comerciantes e atravessadores, pelos altos custos com a importação de alimentos e pela escassez de técnicas de melhoria da produtividade da terra.

23 SANTOS, op.cit.,p151.

No tocante aos estudos realizados por este autor sobre o cotidiano dos alimentos no Paraná, constata-se um quadro de face dupla, que evidencia a formação de uma estrutura agroalimentar com políticas de abastecimento e projeto de modernidade na colonização e produção de gêneros.

4. A presença constante da trilogia escassez, carestia e qualidade tem implicado crises de abastecimento de gêneros alimentícios, principalmente para as populações mais pobres, no país como um todo, desde os movimentos de colonização.

A agricultura de subsistência tem sido essencial para gerar economia, seja porque gera produtividade, seja porque seus excedentes podem ser comercializados. Entretanto, até os dias atuais, tais movimentos ainda não são adequadamente valorizados por boa parte dos governos do mundo, que os mantêm à margem, discriminados e sem incentivos.

Assim como Santos²⁴ (2007) evidenciou a escassez e a carestia de produtos alimentícios no Paraná do século XIX, observa-se que atualmente muitos países já não possuem nem reservas satisfatórias de alimentos, nem capacidade de produzi-los. Dependem da importação de alimentos e das constantes oscilações dos valores de mercado, o que gera carestia e dificuldades na aquisição dos alimentos por parte da população²⁵. Os problemas evidenciados há mais de um século parecem se repetir nos movimentos atuais de produção de alimentos.

24 SANTOS, op.cit.

25 MENDONÇA, Maria Luísa; ROSSET, Peter. Agrocombustíveis e crise dos alimentos. *Revista do Observatório das Nacionalidades*, v. 5, n. 8, jan./jul., 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/2891348/Agrocombust%C3%ADveis_e_crise_de_alimentos Acesso em: 09 de set. 2016.p.215.

As aflições permanentes dos agricultores, desde os séculos XVIII e XIX, revelam a necessidade de melhores condições de trabalho que lhes assegurem a manutenção de suas conquistas. Ações de capacitação técnica, tanto no campo quanto para estratégias de venda, ainda são latentes e necessitam de apoio para seu desenvolvimento e sustentabilidade, tanto das próprias organizações das famílias agricultoras como do Estado, compartilhando assim as responsabilidades na produção e abastecimento das populações.

Conhecido atualmente como celeiro agrícola do Brasil, o Paraná tem enfrentado, desde sua colonização, diversos movimentos e crises relacionados ao abastecimento que impactam de forma direta seu desenvolvimento econômico e social. O desabastecimento de alimentos de subsistência gerada pela produção em massa de alimentos para a exportação, percebida de forma atenta no século XIX com a erva-mate e arroz, continua sendo alvo de inúmeros questionamentos de todos os que buscam o equilíbrio da segurança alimentar e nutricional, já que interfere no direito humano à alimentação. Se antes era a carne, o mate, o arroz, hoje são os produtos agrícolas transformados em commodities, regulados pelas regras de mercado, que colocam em risco o abastecimento alimentar das populações, além da diversidade alimentar dos povos e a preservação da biodiversidade.

Deixar de produzir para subsistência com foco na produção de larga escala continua sendo um dos fatores de crise no abastecimento. Dar maior apoio financeiro aos grandes latifúndios, subjugando os pequenos produtores, tem sido um dos grandes geradores de desigualdades sociais e de escassez de alimentos e recursos por boa parte da população. Produzir sem apoio tecnológico e sem a garantia da desova da produção faz com que muitos pequenos produtores abandonem suas propriedades e produções, aumentando os percentuais de migrantes nas grandes cidades e prejudicando ainda mais o abastecimento. Os contextos de mercantilização e externalização da agricultura fazem com que a produção para o autoconsumo continue sendo largamente afetada. Estimuladas a produzir mormente produtos comerciais, visíveis e sancionados pelo mercado, as unidades familiares acabam por reduzir o tempo e o

espaço para a produção de alimentos para seu próprio consumo, invisível aos olhos do mercado²⁶.

O ciclo retratado por Santos²⁷ vem se repetindo nos séculos posteriores à sua análise historiográfica. Nós críticos que, no século XIX, provocavam sérios problemas no abastecimento de gêneros agrícolas repetem-se ainda hoje como, por exemplo, as técnicas rudimentares, a falta de tecnologia e apoio à produção, a falta de mão de obra produtiva, a falta de acessos viários e a competitividade de produção com produtos mercadologicamente mais rentáveis que geravam escassez dos alimentos de primeira necessidade.

A determinação sobre o que se produz e quando se produz definida pela Economia-Mundo no século XIX parece ter se repetido posteriormente nos sistemas capitalistas, nos quais os países que dominam as relações econômicas no contexto internacional movimentam a produção e o consumo de alimentos global de acordo com seus interesses políticos e econômicos. “Sob a forma de agronegócio as atividades agropecuárias vêm sendo cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal”²⁸.

Campos e Campos (2007) também declaram que o agronegócio nada mais é do que uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada em um contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial. Uma versão mais contemporânea do que já ocorria no século XIX, por determinação nacional ou da Província do Paraná.

O acesso à alimentação adequada deveria ser consequência de um sistema alimentar sustentável, que protegesse e respeitasse o ambiente natural de onde os alimentos são obtidos. Entretanto, a

26 GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*. 2007; XIV:5-35.p.7.

27 SANTOS, op.cit.

28 CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [Internet]. 2007; 11(245). Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>. s/p

evolução recente dos sistemas alimentares, na maior parte do mundo, tem indicado convergências para um sistema altamente industrializado, globalizado e dominado por poucos agentes econômicos, com características que impactam desmedidamente na sustentabilidade dos sistemas, não convergindo com produções pequenas e de subsistência²⁹ (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

Paradoxalmente, desde que as sociedades se reconhecem como tais, muitos países cujas populações passam fome, seja pela baixa disponibilidade de alimentos ou por escassos recursos financeiros para sua aquisição, são também grandes produtores de alimentos para o mercado internacional. Assim, em detrimento do abastecimento de suas populações, suas produções acabam alimentando os países desenvolvidos do mundo – fato ainda muito percebido no território brasileiro e no Paraná. Por isso, a história da fome no mundo parece estar ligada, de forma direta ou indireta, à sociedade da abundância e do consumo (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

São relações de poder que interferem diretamente na produção, distribuição e consumo de alimentos no mundo. Como demonstram Campos e Campos³⁰, o avanço do agronegócio não ocorre de maneira harmônica, já que seu desenvolvimento é pautado por muitos paradoxos, entre os quais o aumento da insegurança alimentar e da desigualdade social, dos conflitos no campo e da destruição ambiental.

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2007), “(...) o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida”³¹. Portanto, quando não se possibilita à população o acesso ao alimento, seja pela sua inexistência, pela sua qualidade ou pelos valores

29 CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 496 p.

30 CAMPOS, op.cit. s/p.

31 BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. **Relatório da III Conferência Nacional de SAN**. Fortaleza: Consea, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/consea>

financeiros para sua aquisição, não se está assegurando o mais básico de todos os direitos.

No século XIX, a escassez, a carestia e a baixa qualidade dos alimentos eram responsáveis pela fome da população e, como consequência, havia baixa produção agrícola e, portanto, mais escassez, carestia e baixa qualidade. Produzia-se, assim, um ciclo de insegurança alimentar e nutricional e uma ruptura da soberania alimentar da população.

Mesmo que se perceba no plano de modernização da produção de alimentos implementada pelo Presidente Lamenha Lins, na Província do Paraná, pela colonização por imigrantes, o desejo de atender a demanda de alimentos em cada região, com base no respeito à cultura alimentar de cada grupo e etnia, não se pode confirmar que seu interesse primário era o de garantir a soberania alimentar do paranaense. Comer representava garantia de trabalho e geração de receitas e, dessa forma, reestruturar os mercados locais, para a partir deles combater a crise alimentar, possivelmente só almejava a garantia de mercados e do crescimento econômico da Província.

Portanto, não há o que se questionar: o debate acerca das dimensões da cadeia agroalimentar, produção e consumo, não ocorre há pouco tempo no Brasil. Tem raízes plantadas em nossa história, que se repete, com seus erros, problemas e interesses econômicos.

Considerações Finais

O fio condutor da análise que a *História da alimentação no Paraná* propõe é o da colonização agrícola, da produção dos alimentos e do abastecimento na segunda metade do século XIX no Paraná como elementos aglutinadores de outras categorias socioeconômicas, tais como o mercado interno, produtos de subsistência, preços, qualidade, carestia e penúria. Entretanto, tal obra trata de um assunto que transcende a época temporal retratada, pois discute situações que são rotineiras ainda hoje.

Ao se verificar as formas de apropriação e utilização das terras produtivas hoje, analisar os incentivos e objetivos propostos pelo mercado, evidencia-se que os interesses políticos e econômicos continuam falando mais alto do que a subsistência da população, o acesso a alimentos limpos e seguros, a segurança e a soberania alimentar.

Outra importante referência dos estudos de Santos³² é à formação dos hábitos alimentares, gerada e movimentada pela disponibilidade dos alimentos, ou seja, come-se o que se tem para comer, compartilha-se o que se tem para compartilhar e se inclui no gosto e na cultura alimentar aquilo que se tem acesso.

Para o autor, seja na sua obra *História da alimentação no Paraná*, seja nas inúmeras contribuições teóricas deixadas por ele, comer é um ato social atrelado a atitudes, usos, costumes, protocolos, condutas e situações, sendo espelho e reflexo das diferentes épocas e sociedades, o que remete à importância de se correlacionar o universo da agricultura de subsistência, o alimento e o comer. Não se pode perceber o hábito sem o acesso ao alimento, não se pode perceber a cultura alimentar sem a disponibilidade e a utilização dos alimentos nos tempos, nas regiões, na terra e nas panelas.

Sejam frutos da produção doméstica, de subsistência ou de largas e vastas produções, os alimentos transitam e constituem consumos. São inseridos na alimentação dos indivíduos e das famílias e produzem hábitos, repassados de geração em geração.

No Paraná do século XIX, poucos gêneros faziam parte do consumo alimentar, uns trazidos e incorporados, outros regionais. Milho, feijão e mandioca foram traduzidos como a base da alimentação do paranaense, da gente pobre e trabalhadora. Os mesmos milho, feijão e mandioca plantados em diferentes áreas da antiga Província do Paraná passaram a incorporar o hábito alimentar do paranaense do litoral, do primeiro e do segundo planalto. Terra boa para o plantio do feijão, o Paraná expandiu sua produção ao longo dos séculos e acabou por se tornar um grande celeiro deste alimento, sendo até hoje reconhecido como uma das regiões brasileiras que mais o produz. Terra boa para o plantio da erva-mate, o estado fez de

32 SANTOS, op.cit.

seus territórios um jardim verde de produção e incorporou nos filhos de sua terra o hábito de beber o tal chimarrão. Terra boa para o plantio da mandioca, o litoral do Paraná passou a produzi-la em larga escala no século XIX e a exportar farinha para outras regiões do país – que hoje utiliza tal produto como uma das bases de sua gastronomia, principalmente a litorânea. O milho, que era alimento indígena, caiu no gosto dos portugueses e africanos desde o início da colonização e continuou sendo alimento básico à alimentação de todos, sob as mais diversas formas de consumo.

Se milho, arroz e feijão eram os alimentos básicos da vida humana, o milho foi fundamental também para a criação de suínos e para a obtenção do toucinho, seu mais importante subproduto, que era usado para cozinhar, untar e preservar os alimentos, conforme cita Luna e Klein³³. Assim como no Paraná, os alimentos básicos como milho, arroz, feijão e carnes foram, desde os primeiros tempos, produzidos em todas as partes de São Paulo, tanto no litoral como no planalto, fazendo parte do consumo de sua população³⁴.

Hábitos construídos ao longo do tempo e que só puderam se efetivar pela permanência da produção e acesso destes alimentos à mesa da população. Ao se analisar alguns comportamentos alimentares da região interiorana do atual Estado do Paraná, verifica-se a presença do arroz, do feijão, da carne de porco, da carne verde e da mandioca cozida como bases da alimentação da maior parte das famílias, dia após dia. Produzir arroz, além de ter como foco a economia e o aumento de divisas, incorporou na população paranaense o hábito de seu consumo.

Alguns autores, tais como Scarano (1990/1991), ainda referenciam que o padrão alimentar dos homens livres ou escravos ao longo da colonização e dos séculos posteriores não se diferenciava daquele que havia no Brasil do século XVIII, formado por farinha de mandioca ou de milho feita com água e mais alguns complementos. A mandioca de tipo americano substituiu o inhame africano e o milho substituiu o milharete, fazendo com que estes dois alimentos,

33 LUNA, Francisco Vidal Luna; KLEIN, Herbert S. Klein.. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19. *Estud. Econ.*, v.40, n.2. São Paulo, jun./2010.

34 BARBOSA, Lívia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez. 2007.

associados ao feijão, passassem a ser os mais utilizados na alimentação destas populações.

Em estudo realizado por Barbosa³⁵, nota-se que a trilogia arroz, feijão e carne tem, em comparação com outros alimentos, o maior consumo diário na maior parte das regiões brasileiras, incluindo a paranaense, até os dias de hoje, mesmo diante de uma nova realidade social e de alimentação. Também são consumidos constantemente a farinha de mandioca e o milho, ambos componentes de inúmeros preparações.

Conforme referencia Montanari³⁶ (2008), cada região do mundo acabou por eleger seu cereal preferido: o trigo, tão difundido nas regiões mediterrâneas e por todos os seus descendentes; o sorgo no continente africano; o arroz na Ásia; e, o milho na América. Cultivados desde os primórdios das civilizações humanas, estes cereais tornaram-se “verdadeiras plantas de civilização” que, disponíveis ou introduzidas, circularam ao redor do mundo e passaram a compor a alimentação do brasileiro, incluindo o paranaense.

Com a colonização estimulada pela Lei de Terras, a região Sul do Brasil recebeu grande contingente de imigrantes europeus, que introduziram em terras paranaenses novos consumos e hábitos, novos gostos e sabores. Podemos observar com o aval de Santos, que as cozinhas locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, estabelecem trocas culturais por meio das diferentes culinárias, evidenciando que o gosto alimentar não se dá exclusivamente pelos seus aspectos biológicos e nutricionais, mas constitui-se como uma categoria histórica e cultural.

RECEBIDO EM: 16/03/2017
APROVADO EM: 17/05/2017

35 BARBOSA, op.cit.

36 MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.p.24.

Resenha

ARTEMISIA GENTILESCHI E OS MECENAS DE SEU TEMPO: CARTAS DE UMA PINTORA DO SÉCULO XVII

Resenha de: SOLINAS, Francesco. (Org.) *Lettere di Artemisia*. Firenze: De Luca Editori d'Arte, 2011.

Cristine Tedesco*

A obra organizada por Francesco Solinas (2011), intitulada *Lettere di Artemisia*¹, é uma edição crítica e anotada da correspondência da pintora italiana Artemisia Gentileschi (1593-1654). A publicação inclui mais de 35 cartas inéditas da correspondência profissional e amorosa e outros documentos, assinados por Artemisia e seu marido Pierantonio Stiattesi, relativos ao período florentino e ao retorno da pintora à Roma, em 1620. A publicação inclui ainda todas as cartas de Artemisia já editadas, entre elas a correspondência escrita de Nápoles ao mecenas Cassiano dal Pozzo, erudito e colecionador de arte, residente em Roma; ao aristocrata e mecenas don Antônio Ruffo; bem como as cartas ao Grão Duque Cosimo II de Medici e Ferdinando II de Medici; ao ministro Andrea Cioli; a Galileu Galilei e ao Duque Francesco I d'Este. Além das contribuições críticas e comentários de Francesco

* Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Francesco Solinas é historiador da arte e crítico de arte especialista no período entre a Renascença e o Antigo Regime. Desenvolve estudos sobre a relação entre arte, criação artística, política e diplomacia a partir de correspondências. Atualmente é professor conferencista na *Collège de France*. A publicação *Lettere de Artemisia* reúne um total de 71 cartas enviadas e recebidas por Artemisia entre 1619 a 1651, não incluindo imagens da pintora. As correspondências estão localizadas nos seguintes acervos italianos: *Archivio di Stato di Firenze* (ASF), *Archivio Storico Frescobaldi e Albizzi* (ASFA), *Biblioteca Nazionale di Firenze* (BNF), *Archivio di Stato di Modena* *Archivio Segreto Estense* (ASM ASE), *Archivio Storico del Banco di Napoli* (ASBN).

Solinas, a edição *Lettere di Artemisia* ainda conta com a colaboração de Michele Nicolaci e Yuri Primarosa.

Algumas questões iniciais são importantes para situar Artemisia Gentileschi em seu contexto. Filha primogênita e única mulher entre os quatro filhos do pintor Orazio Gentileschi e de sua esposa Prudenza Montore, Artemisia nasceu em Roma, em julho de 1593. Órfã de mãe aos 12 anos, conheceu e aprendeu com o pai a arte da pintura. Realizou funções de aprendiz, como moer pigmentos e preparar cores e fundos para as telas, além de desenhar figuras humanas e colaborar amplamente com as obras de Orazio Gentileschi. Ainda que Artemisia tenha atuado para a família Medici e para a coroa inglesa, a pintora produziu com muito mais frequência para um público amplo de mecenas, patronos e colecionadores particulares.

Notamos que Artemisia construiu uma autonomia maior que outras pintoras, a exemplo de Sofonisba Anguissola, Elisabetta Sirani e Lavinia Fontana, provavelmente porque se desvinculou do pai ainda jovem, quando partiu para Florença, passando a viver da pintura sem uma figura masculina à sua frente, como revela sua correspondência e outras fontes como recibos de pagamentos de suas obras e inventários. Uma vida longa consolidou Artemisia Gentileschi na arte; ela viveu mais de 60 anos e produziu para algumas das cortes mais importantes de seu tempo².

No prefácio da publicação Francesco Solinas (2011) apresenta uma breve revisão bibliográfica apontando os principais trabalhos desenvolvidos sobre a pintora Artemisia Gentileschi entre os séculos XX e XXI. De acordo com o autor, entre os artistas do período Barroco, cujas vida e obra têm suscitado um profundo interesse do público da última parte do século XX, podemos certamente encontrar Artemisia Gentileschi. Contudo, Solinas (2011) pondera que, em relação ao “maldito” Caravaggio, ao “diplomático” Rubens e ao “político” Bernini, ou mesmo considerando outros artistas como Van Dyck, Poussin e Rembrandt, Artemisia aparece como menos qualificada, sua obra foi vista como modesta e exígua.

² Para saber mais é possível consultar: TEDESCO, Cristine. “*E non dite che dipingeva come un uomo*”: história e linguagem pictórica de Artemisia Lomi Gentileschi entre as décadas de 1610 e 1620 em Roma e Florença. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas.

Assim, há ainda hoje muito o que perguntar sobre essa pintora e sua personalidade, que a coloca entre as mais fascinantes e modernas, e sua vida entre as mais aventureiras daqueles tempos, como destaca Solinas (2011, p. 7). De acordo com o mesmo autor, a partir de estudos recentes sobre sua trajetória e suas criações pictóricas, Artemisia vem recuperando a posição de extrema relevância que ocupou durante sua vida.

Nesse sentido, é importante lembrar que Artemisia atuou em cidades importantes para a época, como Roma, Florença, Veneza, Nápoles e Londres, onde colaborou numa obra iniciada pelo pai a pedido da família Stuart. Sua produção não restringiu-se aos temas do universo privado e retratos, mais comuns na produção de mulheres pintoras daquele período. Artemisia explorou os temas do Barroco, inclusive nus e foi a primeira mulher aceita na Academia de Belas Artes de Florença, o que lhe permitiu ter seu próprio atelier e contratar modelos. Foi reconhecida por seus pares, homenageada por literatos venezianos que lhe dedicaram diversos poemas e sua trajetória artística foi registrada pelos biógrafos da época e posteriores. Além disso, a pintora também contribuiu com o grupo de artistas empenhados em tornar a pintura, até então considerada um ofício mecânico, uma atividade intelectual quando produziu sua obra-prima, a *Alegoria da Pintura* (1638-1639) para a família real inglesa.

Conforme Solinas (2011), durante o século XIX Artemisia ficou esquecida, assim como o ficaram seu trabalho como pintora e a experiência que adquiriu nos mais diversos ambientes artísticos que frequentou na Europa. Muitas de suas obras, apreciadas entre os maiores colecionadores de seu tempo, foram localizadas e reconhecidas recentemente, mais de um século depois da publicação do processo crime intitulado *Stupri et Lenocinij Pro Curia et Fisco*, organizado por Antonino Bertolotti (1876)³. A publicação dos documentos do processo penal contra o pintor Agostino Tassi, acusado de estuprar a jovem pintora, repercutiu sobre sua vida em Roma. Artemisia foi lembrada somente pela ótica do escândalo

3 BERTOLOTTI, Antonino. Agostino Tassi: suoi Scolari e compagni pittori in Roma. In. *Giornale di erudizione artistica*, v. fasc. VII-VIII, 1876.

público que o processo significou, o que não trouxe reconhecimento à sua pintura, a qual ainda hoje é conhecida apenas parcialmente.

Entre as décadas de 1960 e 1990, duas publicações importantes sobre Artemisia apareceram nos Estados Unidos. Ward Bissell (1968) e Mary Garrard (1989) iniciaram uma reconstituição biográfica e trabalharam com sua obra pictórica, inaugurando uma nova perspectiva sobre Artemisia Lomi Gentileschi, que até então havia sido lembrada na pintura como mera discípula do pai. Francesco Solinas destaca ainda o primeiro catálogo⁴ sobre Artemisia do qual temos conhecimento. Publicado em 1991, foi o resultado da exposição realizada na *Casa Buonarroti*, na cidade de Florença. No catálogo de 1991, há a contribuição dos pesquisadores Luciano Berti, Pina Ragionieri, Giuseppe Bartolomei, além dos textos dos organizadores, Roberto Contini e Gianni Papi. Ao longo dos artigos, existe uma tendência em mostrar uma Artemisia diferente daquela apresentada como aprendiz do pai e seguidora de Caravaggio.

Por fim, Solinas menciona os trabalhos de Keith Christiansen e Judith Mann (2001)⁵ como as últimas reflexões sobre a técnica pictórica de Artemisia. O mesmo autor não deixa de lembrar suas próprias contribuições aos estudos que tratam da vida e obra de Artemisia na exposição⁶ realizada em Milão, em 2011, no mesmo ano da publicação de *Lettere di Artemisia*. Solinas (2011, p. 9) finaliza a primeira parte do prefácio afirmando que Artemisia estudou modelos, reinventou modos de reproduzir a luz em suas obras, produziu com a intensidade dos mais importantes artistas das cidades nas quais viveu.

A publicação também apresenta um texto de caráter biográfico sobre a trajetória de Artemisia. Entre os artistas da família de Artemisia estão o pai Orazio Gentileschi, um pintor maneirista da região da Toscana que se estabeleceu em Roma, onde conheceu e adotou o *caravaggismo*; e o tio, Aurelio Lomi, que se estabeleceu em Florença e atuou como pintor, principalmente para a corte dos

4 CONTINI, Roberto; PAPI, Giami (Org.). *Artemisia*. Catalogo della mostra. Leonardo de Luca: Firenze, 1991.

5 CHRISTIANSEN, Keith; MANN, Judith W. *Orazio and Artemisia Gentileschi: Father and Daughter Painters in Baroque Italy*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2001.

6 CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. (Org.). *Artemisia Gentileschi*. Storia di una passione. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.

Medici. Após a conclusão do processo crime, em 1612, e a realização do matrimônio com Pierantonio Stiattesi Artemisia se estabeleceu com o marido em Florença, provavelmente fugindo da situação que se criou em torno da pintora em Roma. Na cidade florentina, Artemisia passou a ter visibilidade através de sua pintura, e produziu obras encomendadas principalmente pela família Medici.

Esse período foi um dos mais importantes para a trajetória de Artemisia, porque foi em Florença que conheceu intelectuais de seu tempo, poetas, músicos, escritores e eruditos, com os quais se correspondeu posteriormente, a exemplo de Galileu Galilei. A saída repentina de Artemisia de Florença para Roma, em 1620, se deu devido a questões financeiras. O acúmulo de dívidas decorrente de um contrato de trabalho mal pago pelo Grão-Duque Cosme II, que se encontrava muito doente e debilitado devido à tuberculose, trouxe problemas econômicos e sua situação em Florença ficou insustentável (SOLINAS, 2011, p. 79).

Em Roma, Artemisia passou a receber frequentes encomendas de cardeais e jovens mulheres de famílias nobres, que a procuravam para encomendar retratos, afirma Francesco Solinas (2011). O historiador da arte ressalta que para dar conta da intensa rotina de trabalho no ateliê, Artemisia contratou assistentes que lhe preparavam as telas e as cores, como foi o caso de Alessandro Bardelli (SOLINAS, 2011, p. 88). Em solo romano, Artemisia foi admirada por outros artistas de seu tempo, como Pierre Dumonstier, Simon Vouet e Jérôme David, cujos quais produziram obras em sua homenagem. O mesmo autor lembra que o reconhecimento internacional da pintora criou condições para sua saída da Península Itálica, em 1638, com destino a Londres, onde colaborou com seu pai na produção de uma obra para o teto da Casa da Rainha (*Queen's House* de Inigo Jones) em Greenwich, realizada antes da morte de Orazio Gentileschi, em 1639. A temporada em Londres acabou sendo muito positiva, e ao retornar a Nápoles, entre 1640 e 1641, sua fama internacional rendeu-lhe um período de grande crescimento nas encomendas e reconhecimento entre mecenas, governadores, duques e duquesas de diferentes regiões.

Na correspondência de Cassiano dal Pozzo é possível encontrar seis cartas enviadas ao colecionador por Artemisia Gentileschi entre 1630 e 1637. O célebre erudito e amante da arte

integrou o grupo de conselheiros de Francesco Barberini – um dos responsáveis pelo desenvolvimento da vida artística romana do período, conforme Francis Haskell (1997)⁷. Na carta de 24 de agosto de 1630, por exemplo, Artemisia informou a dal Pozzo que ao finalizar alguns quadros para a Imperatriz seu primeiro compromisso seria “[...] servire Vostra Signoria Illustrissima, alla quale tanto devo”⁸. Fez questão de mencionar os quadros que estava produzindo para a Imperatriz também como uma forma de se apresentar como uma pintora que atuava entre grupos ilustres. Na mesma carta Artemisia solicitou o envio de “[...] sei para di guanti delle più belli che io ne ho da regalare alcune dame”⁹, reforçando ao patrono sua presença num contexto respeitável. De acordo com Solinas (2011, p. 85), as luvas romanas estavam entre as mais prestigiadas do período e muitas vezes eram oferecidas como presentes diplomáticos por cardeais e núncios papais. Essas questões aludem aos ambientes nos quais Artemisia circulava em seu cotidiano como pintora e a rede de relações da qual fazia parte.

Em 9 de outubro de 1635¹⁰ Artemisia escreveu a Galileu Galilei, que já estava no exílio em Arcetri, nos arredores de Florença, pedindo-lhe para intervir em seu nome com o Grão-duque Ferdinando II sobre os dois quadros que ela tinha enviado. Artemisia não tinha recebido nenhuma resposta do Grão-duque sobre as pinturas, e muito menos uma doação ou pagamento. A pintora fez amistosa referência à ajuda que o cientista lhe deu no passado a respeito de um retrato de Judite, produzido para Cosme II. Ela fez uma comparação entre o silêncio do Grão-duque e a generosidade de outros soberanos com ela. Também mencionou as honras e recompensas que ela tinha recebido dos líderes mais poderosos da Europa. Provavelmente Artemisia enfrentava problemas econômicos nesse período, visto que está escrevendo a Galileu pedindo sua intervenção no sentido de receber alguma remuneração do Grão-duque pelos quadros enviados.

7 HASKELL, Francis. *Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália barroca*. São Paulo: Edusp, 1997.

8 “Servir Vossa Senhoria Illustrissima, à qual tanto devo”. *Lettere di Artemisia*, 2011, p. 85. Tradução livre.

9 “Seis pares de luvas das mais belas que eu preciso para presentear algumas damas”. *Ibid.*, p. 85. Tradução livre.

10 *Ibid.*, p. 109-110.

Os embates da pintora frente às questões de gênero e as relação de poder de seu tempo tornam-se mais evidentes em alguns fragmentos de suas correspondência, a exemplo de quando respondeu a um pedido de envio de esboço de uma tela encomendada pelo nobre siciliano don Antônio Ruffo, em janeiro de 1649, [...] “il nome di donna fa star sempre in dubbio sinché non si è visto l’opra”¹¹. A pintora não apenas negociava as imagens, como também buscava valorizar seu próprio trabalho, não aceitando propostas que diminuíssem valores por motivos de atraso nas entregas. Essa questão pode ser notada numa correspondência enviada a Ruffo, em agosto de 1649 quando a pintora justificou o atraso de entrega de um quadro e finalizou dizendo: “[...] farò vedere a Vostra Signoria Illustrissima quello che sa fare una donna”¹². Em outubro do mesmo ano Artemisia respondeu ao aviso de Ruffo de que diminuiria o valor do pagamento devido a um novo atraso. A pintora apontou com orgulho suas origens romanas, dizendo: “Avverta V. S. Ill.mo che quando io domano um prezo non fo all’usanza di Napoli che domandano trenta e po’danno per quatro [...] io so’ romana e perciò voglio procedere sempre alla romana”¹³. Ao final da correspondência ressaltou: “Vostra Signoria Illustrissima non perderà con me e ritroverà uno animo di Cesare nell’anima di una donna”¹⁴. Artemisia valoriza o gosto de seu patrono, mas também enfatiza suas origens romanas, provavelmente buscando transmitir seu comprometimento com a produção da obra. Artemisia ainda mencionou sua atuação em outras regiões da Península Itálica provavelmente como uma maneira de agregar valor às suas obras e também como forma de mostrar seu reconhecimento, se construindo como pintora experiente e prestigiada. Acreditamos que Artemisia tanto desestabiliza o contexto no qual está inserida,

11 “O nome da mulher cria sempre uma dúvida até que não se veja a obra”. *Ibid.*, p. 126. Tradução livre.

12 “Mostrarei para Vossa Senhoria Ilustríssima aquilo que uma mulher sabe fazer”. *Ibid.*, p. 130. Tradução livre.

13 “Considere Vossa Senhoria Ilustríssima que quando eu peço um preço não faço ao modo de Nápoles que pedem trinta e depois dão por quatro [...] eu sou romana, e por isso quero proceder sempre ao modo romano”. *Ibid.*, p. 134. Tradução livre.

14 “Encontrará uma força de César na alma de uma mulher”. *Ibid.*, p. 133. Tradução livre.

como também revela ambiguidades e principalmente negocia com os limites de seu tempo quando se constrói como mulher pintora.

A correspondência de Artemisia permite investigar a rede de relações construída pela pintora nas cortes e instituições nas quais atuou na primeira metade do século XVII, problematizando as relações e representações de gênero e a cultura do período entre os séculos XVI e XVII. Nesse sentido, a publicação contribui em especial com as discussões sobre como Artemisia se inseriu e atuou no mundo da produção artística, ainda que a conjuntura histórica da época dificultasse o acesso à cultura letrada, às técnicas e ao conhecimento em geral.

Lembramos que a trajetória de Artemisia Gentileschi foi construída pela historiografia da arte a partir do texto de Roberto Longhi, *Gentileschi. Padre e Figlia* (1916/2011)¹⁵. A tendência dos autores que o sucederam foi explicar a trajetória de Artemisia como consequência da profissão do pai e apresentar sua obra como reprodução do conceito de *chiaro-scuro* explorado por Michelangelo Merisi, o Caravaggio. Nas últimas décadas do século XX a obra da artista foi convertida em uma espécie de vingança contra seu estuprador, Agostino Tassi. Nesse sentido, em nossas pesquisas sobre Artemisia Gentileschi, procuramos ultrapassar anacronismos e chavões que muitas vezes simplificaram a importância de sua obra, principalmente porque episódios específicos de sua trajetória biográfica foram considerados chaves de leitura para explicar sua produção, a exemplo do estupro do qual foi vítima em Roma, em 1611.

As recentes radiografias de obras da artista¹⁶, apontam que a pintora desenvolveu uma linguagem permeável aos diferentes contextos nos quais atuou. Artemisia possuía a capacidade de adaptar-se às exigências das cortes da Península Itálica e da Europa. Seus estudos de perspectiva, de claro-escuro e de anatomia, além da valorização que dava às suas próprias criações, de sua busca

15 LONGHI, Roberto. *Gentileschi. Padre e figlia. Carte d'artisti*. Milano: Abscondita, 2011.

16 Ver a publicação do catálogo da *Mostra Artemisia*, realizada em Roma, entre dezembro de 2016 e maio de 2017: SPINOSA, Nicola; BALDASSARI, Francesca; MANN, Judith. (Org.). *Artemisia Gentileschi e il suo tempo*. Catalogo della mostra. Museo di Roma. Milano: Arthemisia Group, Skira editore, 2016.

incansável em ser uma pintora em constante diálogo com os artistas de seu tempo e sua inserção em diferentes contextos advertem que não podemos reduzir a arte à autobiografia, como se a pintura de Artemisia fosse resultado direto das experiências que viveu.

RECEBIDA EM: 04/07/2016
APROVADA EM: 19/06/2017

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar

trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro
80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil
Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113
prppg@ufpr.br
ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.
2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.

3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “doc”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20 páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.

4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.

5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.

6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).

8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.

c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do*

periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.

10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105